



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

BRUNA DELFINO CABRAL

**CULTURA(S) NOS SERTÕES: IMPACTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS EM
ASSENTAMENTOS RURAIS NO CEARÁ**

FORTALEZA

2018

BRUNA DELFINO CABRAL

CULTURA(S) NOS SERTÕES: IMPACTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS EM
ASSENTAMENTOS RURAIS NO CEARÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito exigido para a obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido.

Orientadora: Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C117c Cabral, Bruna Delfino.
Cultura(s) nos Sertões : impactos de políticas culturais em assentamentos rurais no Ceará / Bruna Delfino Cabral. – 2018.
171 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2018.
Orientação: Profª. Dra. Alexandra Maria de Oliveira.
1. Cultura. 2. Políticas Culturais. 3. Assentamentos Rurais. 4. Sertões de Canindé. I. Título.
CDD 910
-

BRUNA DELFINO CABRAL

CULTURA(S) NOS SERTÕES: IMPACTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS EM
ASSENTAMENTOS RURAIS NO CEARÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial exigido para a obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido.

Aprovada em 25/09/2018.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Raimundo Oswald Cavalcante Barroso
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Profa. Dra. Danielle Rodrigues da Silva
Instituto Federal do Ceará – IFCE

Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Profa. Dra. Medina do Nascimento Judite da Encarnação
Universidade de Cabo Verde

Aos camponeses e camponesas que acreditam na sua Cultura enquanto dimensão essencial do desenvolvimento do campo.

AGRADECIMENTOS

O ato de escrever este texto de agradecimento instantaneamente me levou a pensar em toda a caminhada percorrida até o momento de defesa da tese. Como diz Freire (2001), toda vida profissional tem *a priori* uma pessoa com história, anseios, desejos, emoções, gente de carne e osso. E, como todo ser humano, viveu, vive, e acumulou experiências e conhecimento com o tempo e na crença, na busca e na tentativa de realização dos sonhos, enfrentou desafios e angariou conquistas. Não existe caminhada isolada, de contextos e de pessoas, por isso expresso meus agradecimentos a várias pessoas.

A Deus, por possibilitar a realização de mais este objetivo. Por abrir “janelas”, abençoando minhas escolhas, colocando “anjos” no percurso, sustentando-me e fortalecendo-me ao longo da caminhada.

Ao professor e amigo Dr. Francisco Amaro Gomes, pelo encorajamento e pela motivação para efetivar a pesquisa de doutorado na área de Geografia Agrária.

À Silma Magalhães, pela admirável paixão pelo trabalho desenvolvido na área de Cultura em assentamentos rurais do Ceará. Pelos diálogos e pelas valiosas indicações.

À Anaclecia e Pastora, pela amizade nascida ainda em 2008 nos tempos de ATER, pelo carinho, pela disponibilidade, pela articulação dos entrevistados, pela mobilização dos camponeses para contribuírem na construção dos mapas sociais.

À Margarida e à Antonieta, duas referências de mulheres, mães, trabalhadoras, guerreiras, lutadoras das causas sociais do campo, pela amizade e pelo apoio durante a investigação no campo.

Aos camponeses e camponesas dos assentamentos Todos os Santos, Tiracanga e Santo Antônio, pela acolhida e disposição em contribuir nas entrevistas e pelo apoio e envolvimento com a pesquisa.

À Isabel Luísa Guedes Almeida, pela acessibilidade e simplicidade em contribuir na pesquisa com sua visão sobre os Pontos de Cultura do Ceará, tão “caros” à nossa Cultura.

À Julia Delfino, pelo ensino, mesmo em dias nublados, de superar e ter força para lutar por um mundo melhor e mais justo.

À Tania Freitas Delfino e ao Jorge Luiz Ribeiro Vasques, pelo apoio emocional e financeiro.

Ao Francisco Ronaldo Sousa Rocha, pela companhia na maioria dos trabalhos de campo e pela tolerância em ouvir meus lamentos sobre os desafios de se escrever uma tese.

À minha grande amiga Mariana Macêdo, por vezes tão longe (Piauí, São Paulo ou França), pela presença na minha vida, principalmente nos três primeiros anos de construção da tese. Pelo compartilhamento das angústias e alegrias do doutorado e da vida, que tornaram os dias de estudo na Biblioteca de Humanas da Universidade Federal do Ceará mais leves.

Às participantes do Grupo de Whatsapp Pomodoros, pelo compartilhamento de situações e sentimentos do cotidiano de se fazer um doutorado.

Ao professor Dr. José Levi Sampaio, pelas inúmeras indicações de livros, artigos, teses e dissertações sobre Cultura e Geografia do Brasil.

À professora Dra. Alexandra Maria de Oliveira, pela oportunidade, pela orientação e pelo crédito no potencial da pesquisa proposta.

À professora Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, pela colaboração e participação na banca de qualificação.

Aos professores Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira e Dr. Raimundo Oswald Cavalcante Barroso, pela acessibilidade, pelas contribuições relevantes na banca de qualificação, e pela participação na banca de defesa da tese.

Às professoras Dra. Danielle Rodrigues da Silva, Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues e Dra. Medina do Nascimento Judite da Encarnação, pela participação da banca de defesa da tese e pelas contribuições à minha pesquisa.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento em Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro de bolsa de doutorado no período da pesquisa.

A todos que colaboraram, de alguma maneira, com a pesquisa.

"O sertão é barroco; não é clássico ou neoclássico. É onde o pensamento se forma mais forte que o poder do lugar; o sertão dá asas à imaginação; é ficção, fantasiação; é poesia, mais do que ciência; é literatura, mais do que história."

(Guimarães Rosa).

RESUMO

A criação da Lei 12.343/2010, que instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) e o estabelecimento da Política Nacional de Cultura Viva (Lei n.º 13.018/2014), proporcionou indiscutivelmente um avanço no desenvolvimento das políticas culturais no Brasil. A pesquisa objetivou analisar as políticas culturais implementadas em assentamentos rurais, tendo como referência os Pontões e os Pontos de Cultura. O recorte espacial da pesquisa foi composto de três assentamentos rurais localizados no Território Sertões de Canindé: Tiracanga, Todos os Santos e Santo Antônio, os dois primeiros do município de Canindé e o terceiro do município de Caridade. O recorte temporal foi de 1989 a 2017. O estudo trata de uma pesquisa qualitativa, em que a metodologia constou de quatro etapas: levantamento bibliográfico e cartográfico; realização do trabalho de campo; sistematização e análise das informações, e dados coletados e elaboração do texto final. As políticas culturais são transformadoras de formas/conteúdos do espaço geográfico e interferem, dessa forma, nos significados e sentidos que esse espaço adquire para os indivíduos. Nesse sentido, o Pontão de Cultura e os Pontos de Cultura implementados nos assentamentos rurais impactaram o cotidiano e a vida dos assentados, causando transformações positivas e contribuindo para o desenvolvimento dessas comunidades. O Programa Arte e Cultura na Reforma Agrária (Pacra) e o serviço de Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER) foram mediadores importantes entre o Estado e os camponeses assentados e colaboraram significativamente no acesso dos assentados às políticas culturais. Constatou-se que essas políticas possibilitaram a inclusão social, fortalecendo a Cultura como expressão de valores e de sentimentos e potencializando a Cultura Camponesa.

Palavras-chave: Cultura. Políticas Culturais. Assentamentos Rurais. Sertões de Canindé.

ABSTRACT

The creation of the Law 12.343/2010, which institutes the National Plan of Culture (Plano Nacional de Cultura - PNC) and the establishment of the National Policy for Living Culture (Política Nacional de Cultura Viva - Law 13.018/2014), provided an undeniable advance in the development of cultural policies in Brazil. In this context, this research aimed to analyze the cultural policies implemented in rural settlements, having as reference the Pontões and Pontos de Cultura (Big Points and Culture Points). The spatial scoping of this research is the group of three rural settlements located in the Sertões de Canindé Territory: Tiracanga, Todos os Santos and Santo Antônio. The first two belong to the municipality of Canindé and the third to the municipality of Caridade. For this study, the period analyzed was from 1989 to 2017. This is a qualitative research whose methodology was composed of four stages: bibliographical and cartographic survey; fieldwork; systematization and analysis of collected information and data; and elaboration of the final text. Cultural policies are transforming geographic space and, in this way, alter the forms/contents of space, interfering with the meanings and senses that this space acquires for individuals. Thus, the Big Point and the Culture Point implemented in the rural settlements affected the daily life of the settlers, causing positive transformations and contributing to their development. The Art and Culture Program in Agrarian Reform (Pacra) and the Technical Advisory and Extension Service (ATER) functioned as important mediators between the State and the settled peasants, collaborating significantly to the access to cultural policies. It was verified that these policies made possible the social inclusion, strengthening Culture as an expression of values and feelings, potentializing the Peasant Culture.

Keywords: Culture. Cultural Policies. Rural Settlements. Sertões de Canindé.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Recorte Espacial da Pesquisa.....	17
Figura 2 –	Fotografia do Mapa Social produzido do/no Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará	24
Figura 3 –	Construção do Mapa Social do/no Assentamento Tiraçanga, Canindé, Ceará.....	25
Figura 4 –	Construção do Mapa Social do/no Assentamento Santo Antônio, Caridade, Ceará	26
Figura 5 –	Distribuição de Pontos de Cultura no Brasil por Região – 2015	44
Figura 6 –	Distribuição de Pontos de Cultura na Região Nordeste Brasileira – 2015	45
Figura 7 –	Comunidades e infraestrutura do Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará	68
Figura 8 –	Uso e ocupação da terra no Assentamento Tiraçanga, Canindé, Ceará	77
Figura 9 –	Uso e ocupação da terra no Assentamento Santo Antônio, Caridade Canindé, Ceará	83
Figura 10 –	I Encontro Cultural dos Assentamentos de Canindé, Assentamento Tiraçanga, Canindé, Ceará, 2009	98
Figura 11 –	Reisado do Mestre Romeu, Assentamento Santo Antônio, Caridade, Ceará, 2011.....	101
Figura 12 –	Corrida de Jumento, Assentamento Santo Antônio, Caridade, Ceará, 2011.....	103
Figura 13 –	Elenco do Espetáculo <i>A Farra do Boi Carrapicho</i> , Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará, 2008	113
Figura 14 –	Espectáculo <i>Narradores da Terra e do Fogo</i> , Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará, 2010	114
Figura 15 –	Espectáculo <i>20 anos sem Gonzaga, 20 anos sem a sanfona de ouro</i> , Assentamento Santana da Cal, Canindé, Ceará, 2016	118
Figura 16 –	Lançamento do Ponto de Cultura Casa da Cultura da Reforma Agrária, Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará, 2015	128
Figura 17 –	Grupo Nóis de Teatro, Oficina de Teatro, Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará, 2015	129
Figura 18 –	Lançamento do Ponto de Cultura Casa da Cultura da Reforma Agrária, Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará, 2015.....	130
Figura 19 –	Capacitação Audiovisual, Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará, 2016.....	130
Figura 20 –	Capacitação de Teatro Infantil, Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará, 2015.....	131
Figura 21 –	Capacitação em Confecção de Adereços, Assentamento Tiraçanga, Canindé, Ceará, 2010	133
Figura 22 –	Capacitação “Formação em Confecção de Figurino”, Assentamento Tiraçanga, Canindé, Ceará, 2010	134
Figura 23 –	Capacitação de Introdução à Dança Contemporânea, Assentamento Tiraçanga, Canindé, Ceará, 2011	135
Figura 24 –	Capacitação em Arte e Educação, Assentamento Tiraçanga, Canindé, Ceará, 2012.	136

Figura 25 – Grupo Resgate Cultural Força Jovem, Caridade, Ceará, 2010	138
Figura 26 – Casa de Cultura da Reforma Agrária (amarela) e Casa Sede (azul), Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará, 2016	142
Figura 27 – Casa de Cultura Comunitária e Ateliê, Assentamento Tiracanga, Canindé, Ceará, 2016	143
Figura 28 – Jovens acessando a internet nas proximidades da Casa de Cultura da Reforma Agrária, Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará, 2016	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Pontos de Cultura do Território Sertões de Canindé, Ceará, 2015	22
Quadro 2 –	Distribuição de Pontos de Cultura em Assentamentos Rurais do Estado do Ceará, 2017.....	46
Quadro 3 –	Elaboração, assessoria e aprovação de projetos culturais desenvolvidos e/ou apoiados pelo Pacra no Território Sertões de Canindé, Ceará – 2003 a 2015	51
Quadro 4 –	Ações de Formação desenvolvidas e/ou apoiadas pelo Pacra no Território Sertões de Canindé, Ceará – 2003 a 2015	53
Quadro 5 –	Grupos e/ou Assentamentos articulados ao <i>Pontão de Cultura Terra Viva Terra de Arte</i> , 2015.....	124
Quadro 6 –	Capacitações realizadas no Ponto de Cultura Casa da Cultura da Reforma Agrária – 2015 a 2016.....	128
Quadro 7 –	Capacitações realizadas no Ponto de Cultura Raízes da Terra, Canindé, Ceará – 2010 a 2013.....	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Quantidade de Pontos e Pontões de Cultura no Brasil por ano – 2004 a 2015	43
Tabela 2 –	Quantidade de Pontos e Pontões de Cultura por Estado Brasileiro – 2004 a 2015	43
Tabela 3 –	Demografia da população recenseada, por situação do domicílio e sexo, segundo os municípios do Território Sertões de Canindé, Ceará, 2010.	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACACE	Associação de Cooperação Agrícola do Ceará
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica Ambiental Social
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CACTUS	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CONSAD	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPDA	Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CPT	Comissão Pastoral da Terra
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará
FICART	Fundo de Investimento Cultural e Artístico
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDACE	Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa Estratégia do Ceará
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LEAT	Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MINC	Ministério de Cultura
MONDIALCULT	Conferência Mundial sobre Políticas Culturais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

NUAP	Núcleo de Antropologia da Política
PACRA	Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária
PDA	Plano de Desenvolvimento do assentamento
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRA	Plano de Recuperação do Assentamento
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PRONERA	Programa Nacional da Reforma Agrária
PTC	Programa Territórios da Cidadania
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT	Secretaria da Cultura
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URCA	Universidade Regional do Cariri
USP	Universidade de São Paulo
UVA	Universidade Estadual do Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CULTURA(S) EM DEBATE: POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL...	30
2.1	Cultura ou Culturas: a complexidade de uma palavra	30
2.2	O olhar do camponês assentado sobre Cultura	35
2.3	Marcos Legais na política cultural do Brasil	38
2.4	Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária (Pacra)	48
3	CULTURA(S) NOS SERTÕES	56
3.1	Três histórias de “morada da vida”	56
3.1.1	<i>Narradores da Terra de Fogo: a conquista da Terra do Assentamento Todos os Santos</i>	65
3.1.2	<i>Assentamento Tiraçanga: uma história de resistência na luta pela terra</i>	71
3.1.3	<i>Assentamento Santo Antônio: o sonho possível de comprar a terra</i>	79
3.2	Manifestações culturais camponesas	90
4	POLÍTICA CULTURA VIVA EM ASSENTAMENTOS RURAIS: A ARTE QUE TRANSFORMA	104
4.1	Grupos Artísticos do campo	107
4.2	Pontão de Cultura Terra Viva, Terra de Arte: a experiência do Assentamento Todos os Santos	122
4.3	Pontos de Cultura em Assentamentos Rurais no Território Sertões de Canindé	126
4.4	Casas de Cultura no/do campo	141
5	À GUIA DE CONCLUSÃO	148
	REFERÊNCIAS	155
	APÊNDICES	169

1 INTRODUÇÃO

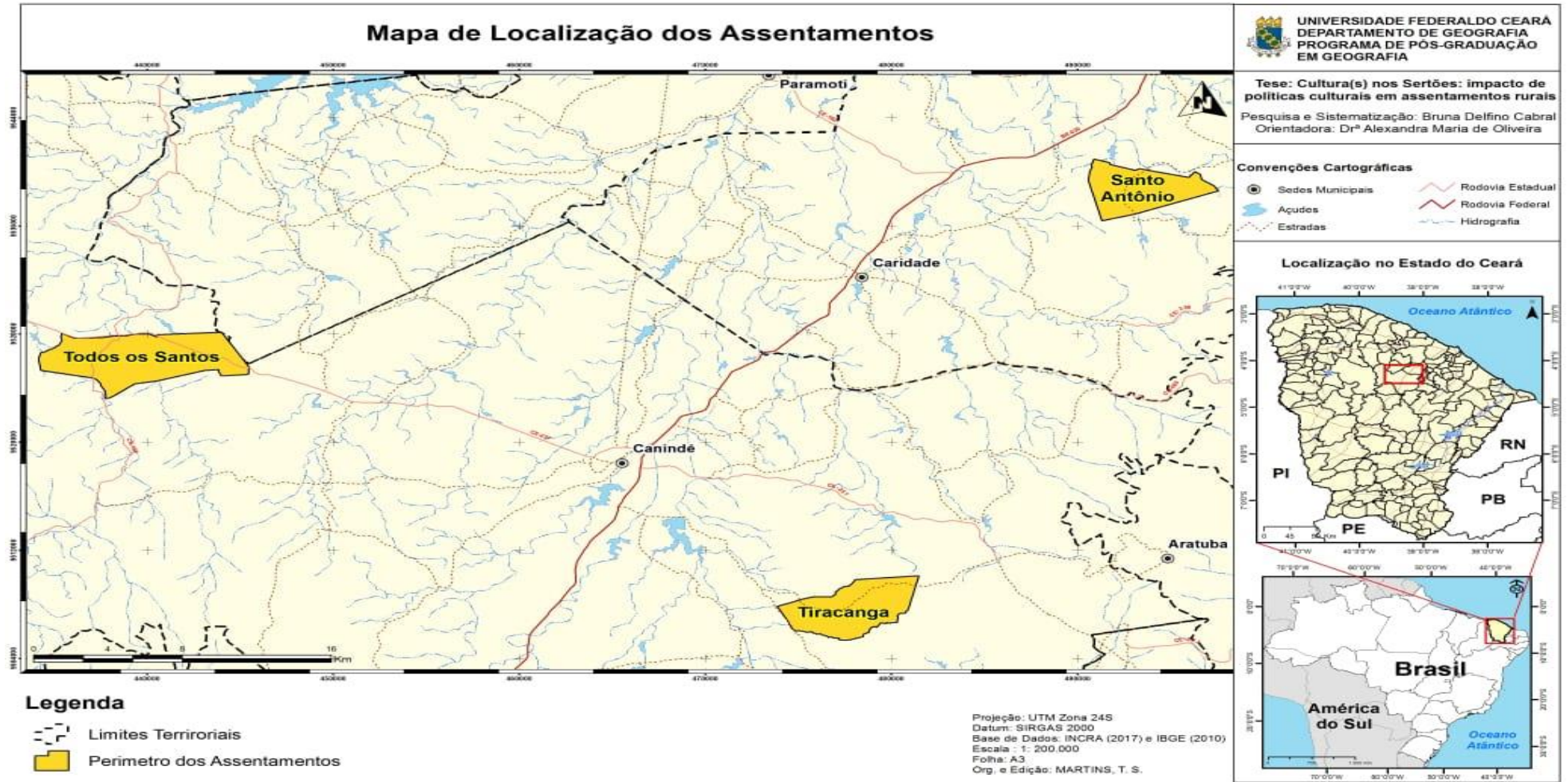
A pesquisa traz o desafio de analisar as políticas culturais implementadas em assentamentos rurais no Território Sertões de Canindé-CE, tendo como referência os Pontões e os Pontos de Cultura da Política Cultura Viva.

O recorte espacial da pesquisa englobou três assentamentos rurais localizados no Território Sertões de Canindé: Todos os Santos, Tiracanga e Santo Antônio, os dois primeiros no município de Canindé e o terceiro no município de Caridade (Figura 1).

Optou-se por esses assentamentos rurais por duas razões principais. Primeiro, por serem os únicos assentamentos rurais no Território Sertões de Canindé beneficiados com Pontos de Cultura, da Política Cultura Viva, do Ministério de Cultura (MinC). Segundo, pelo fato de os dois primeiros assentamentos serem federais, e o último ser um assentamento estadual, apresentando diferenciações em relação a sua constituição enquanto assentamento, posse da terra e vínculo às instituições governamentais (os primeiros são vinculados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e o outro é ligado ao Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – Idace). Isso permitiu uma leitura mais próxima da realidade, configurada como heterogênea.

Somada a essas razões, aponta-se a experiência da pesquisadora em ter atuado como técnica social do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES), convênio celebrado entre o Incra e o Sebrae, durante dois anos e meio (de agosto de 2008 a janeiro de 2011) no Território Sertões de Canindé. Nesse período, foi possível vivenciar inúmeras situações cotidianas dos assentamentos, tais como: participação e apoio à gestão das Associações de Assentamentos; diálogos sobre relações de gênero com grupos de mulheres; estímulo à criação e ao acompanhamento de grupos de jovens; apoio e orientação na elaboração de regimentos internos; acompanhamento de técnicos agropecuários aos quintais produtivos das famílias; articulação de reuniões ou visitas em órgãos (Incra, Idace, STTR, entre outros); apoio na realização de dois grandes encontros culturais – o I Encontro Cultural dos Assentamentos de Canindé em 2009 e o II Encontro Cultural dos Assentamentos de Canindé em 2010.

Figura 1 – Recorte Espacial da Pesquisa



Essa experiência sem dúvida contribuiu intensamente para a escolha da pesquisadora pela temática desta tese. A propósito, Freire (1981) chama a atenção para a valorização das experiências de vida e explica que não é possível separar o que há em si de profissional do que se é enquanto homem: “é como se a atividade profissional dos homens e das mulheres não tivesse nada que ver com suas experiências de menino, de jovem, com seus desejos, com seus sonhos, com seu bem-querer ao mundo ou com seu desamor à vida” (FREIRE, 2001, p. 40). É nesse sentido que se compreendem as experiências de vida e profissionais da pesquisadora junto aos assentados do Território Sertões de Canindé como ponto fundamental para o seu interesse pelo tema e a sua dedicação à pesquisa.

O campo deve ser compreendido enquanto um território, ou seja, um espaço social, local de realização das dimensões (social, política, econômica, ambiental) da vida, onde ocorrem as relações e constantemente as lutas de classes. O campo não se reduz ao “meio rural”, local fora das limitações do urbano. O campo é um espaço e um território heterogêneo. Diante disso, deve-se considerar ainda, a existência de paradigmas diferentes do modelo de desenvolvimento do campo: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA).

De acordo com Fernandes (2006), a diferença fundamental entre os dois paradigmas é a perspectiva de superação do capitalismo. O sujeito do campo precisa saber onde está “pisando”, para poder “agir”. De modo geral, para o PCA a questão agrária não existe, já que os problemas do desenvolvimento do capitalismo são resolvidos pelo próprio capital. Para este paradigma o camponês irá “naturalmente” desaparecer, se tornará o “operário do campo”. Neste caso, a terra é tida como mercadoria, o que importa é aumentar a produção, independente de como, porque o objetivo é o lucro. Já para o PQA a questão agrária é inerente ao desenvolvimento do capitalismo que é contraditório e desigual. Para este paradigma o camponês resiste, e vai se reinventando e luta contra o desenvolvimento do capitalismo. A terra é tida como espaço de vida do camponês, das relações sociais. É neste paradigma que ganham força a Educação do Campo, a Agroecologia e as políticas culturais desenvolvidas nos assentamentos rurais.

O recorte temporal escolhido vai de 1986 a 2017 por vários motivos. Primeiro, porque o período contempla a época da criação dos assentamentos rurais selecionados. Segundo, porque o intervalo de tempo também representa o momento da criação do Programa Cultura Viva, posteriormente transformado em lei. Terceiro,

porque o período corresponde ainda ao tempo de implantação e desenvolvimento dos projetos culturais, principalmente nos anos 2000. Finalmente, porque o período de tempo permite estudar e avaliar os impactos gerados com a implementação e o desenvolvimento de políticas culturais nesses assentamentos.

O camponês assentado, enquanto sujeito e classe social, está inserido no contexto social, político, econômico e histórico do Brasil, país marcado pelas contradições existentes no modelo de produção capitalista.

No governo Lula (2003-2010), período em que Gilberto Gil e Jucá Ferreira foram ministros, a Cultura foi considerada como pertinente ao desenvolvimento do país, compreendida como estratégia, base da construção e da preservação da identidade, espaço para a conquista da cidadania e instrumento de superação da exclusão social. Ou seja, a Cultura foi concebida nas suas mais variadas dimensões, desde a dimensão simbólica à econômica (LULA DA SILVA, 2007).

Rubim (2010), ao analisar as políticas culturais no governo Lula a partir de três tradições do país em relação ao campo cultural – ausências, autoritarismos e instabilidades¹, destaca que essas políticas passaram a existir de modo efetivo, passando pela possibilidade de se tornarem permanentes.

Já no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), o desafio do Ministério da Cultura (MinC) era manter as conquistas, superar lacunas e consolidar as inovadoras políticas culturais no campo da Cultura do governo Lula (RUBIM 2015). Passaram pelo MinC durante esta período três ministros, Ana de Hollanda, Marta Suplicy e Juca Ferreira, tendo o ministério se caracterizado, de forma geral, pelo caráter turbulento, por indecisões, descontinuidades, continuidades, retrocessos, avanços e contradições, quando se esperava uma gestão comprometida com a manutenção do projeto político do governo federal de 2003.

Calabre (2015) corrobora apresentando algumas reflexões sobre as políticas culturais no período de 2011 a 2014, como a perda simbólica e efetiva do poder da Cultura e de sua centralidade política e as revisões de projetos/leis já praticamente finalizados, que trouxeram a “sensação” de contradição e instabilidade nesse período, marcado por descontinuidades e algumas continuidades.

¹ RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. EDUFBA: Salvador, 2007.

Em 12 de maio de 2016, o Presidente Michel Temer extinguiu o MinC por medida provisória, gerando manifestações. Militantes ocuparam, entre outros prédios, o Palácio Gustavo Capanema no Rio de Janeiro, os prédios da Fundação Nacional de Artes (Funarte) em Belo Horizonte, Brasília e São Paulo, e as sedes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do MinC em Pernambuco. Diante da repercussão negativa e da pressão sofrida pelos movimentos em prol da Cultura, o presidente reestabeleceu o MinC ainda no dia 23 do mesmo mês.

A extinção e a recriação do MinC pelo governo Michel Temer revelou muito sobre o campo cultural do país. Apesar de o MinC ser um ministério pouco capitalizado política e economicamente, o campo cultural, principalmente após a gestão de Gil e Jucá, constituiu-se num espaço de grande poder simbólico no interior do Estado e na sociedade (BARBALHO, 2017).

Na visão de Barbalho (2017), todos os movimentos contra a extinção do MinC, que provocaram um fenômeno generalizado na maioria dos estados do país, demonstraram a ampla politização do campo cultural brasileiro, em que se viram agentes engajados nos debates e embates para a elaboração das políticas públicas para o setor. Essa politização foi tecida e consolidada principalmente no governo Lula, e continuada, com suas singularidades, no governo Dilma, quando foi implementado um conjunto de políticas (dentre elas a política Cultura Viva), com a finalidade de institucionalizar a Cultura no âmbito das políticas públicas federais.

Contudo entende-se que o Estado deve conceber a Cultura como um direito do cidadão e, portanto, “assegurar o direito de acesso às obras culturais produzidas, particularmente o direito de fruí-las, o direito de criar as obras, isto é, produzi-las, e o direito de participar das decisões sobre políticas culturais” (CHAUÍ, 2008, p. 65). E durante todo o contexto de políticas culturais do país, o programa Política Cultura Viva consolida-se como um exemplo assertivo nesse intuito. Reflexo disso são o Pontão e os Pontos de Cultura estudados.

Os Pontos de Cultura, são grupos e/ou entidades de finalidade cultural que desenvolvem e realizam suas ações culturais continuadas em uma determinada comunidade ou território reconhecidos pelo Ministério da Cultura por meio dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva. Já um Pontão de Cultura é uma entidade cultural, que articula vários outros pontos ou iniciativas culturais, desenvolvendo ações de mobilização, formação, mediação e articulação.

Por conseguinte, levantaram-se algumas indagações que nortearam a pesquisa: Quais os conceitos/ definições de Cultura são utilizados? O que se entende por Cultura? Como a Cultura é compreendida pelos camponeses assentados? Quais as manifestações culturais nos assentamentos rurais localizados no Sertão Cearense? Como e quando se deu o desenvolvimento das políticas culturais no Brasil? Como as políticas culturais “chegaram” aos assentamentos rurais? Houveram mediadores para os camponeses acessarem aos projetos culturais? Os projetos culturais (Pontão e Ponto de Cultura) implementados foram ou não exitosos no objetivo aos quais se propunham?

A partir dessas indagações, chegou-se, por fim, à questão central orientadora do desenvolvimento do estudo apresentado: Quais impactos foram gerados com a implantação de políticas culturais, em especial a política Cultura Viva, em assentamentos rurais, considerando as experiências do Pontão e dos Pontos de Cultura no território do Sertão de Canindé?

Buscando responder a essas questões, a presente tese apresenta como objetivos específicos:

- Debater o conceito de Cultura e contextualizar as políticas culturais no Brasil com enfoque na Política Cultura Viva em assentamentos rurais, a partir do caso do Pontão de Cultura e dos Pontos de Cultura do Território Sertões de Canindé.
- Apresentar e caracterizar os assentamentos rurais Todos os Santos, Tiracanga e Santo Antônio, enfatizando as manifestações culturais existentes.
- Refletir sobre os impactos gerados e/ou potencializados pela Política Cultura Viva em assentamentos rurais.

O Território Sertões de Canindé possui sete Pontos de Cultura reconhecidos pelo MinC, conforme pode ser verificado no Quadro 1, três dos quais estão localizados em assentamentos rurais: Raízes da Terra Assentamento Tiracanga II, Ponto de Cultura Casa de Cultura da Reforma Agrária e Terra que se Planta e Encanta.

Quadro 1 – Pontos de Cultura do Território Sertões de Canindé, Ceará, 2015

Município	Ponto de Cultura	Entidade Responsável	Modalidade
Boa Viagem	Nós em Cena	Grupo Pantim de Teatro	Teatro e Dança
Canindé	Raízes da Terra Assentamento Tiracanga II	Associação dos Trabalhadores Rurais Assentamento Tiracanga II	Dança Popular
	Ponto de Cultura Casa de Cultura da Reforma Agrária	Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos I	Teatro
Caridade	Terra que se Planta e Encanta	Associação dos Moradores de Santo Antônio	Dança, Artes cênicas e artesanato
Itatira	Grupo de Reisado Boi Catingueiro	Associação Comunitária Menino Jesus de Alegre II	Dança
Madalena	Made in Sertão	Associação Musical de Madalena	Música
Paramoti	Sertão D'Arte	Associação Hip Hop Expressão de Rua	Dança

Fonte: Adaptado de mapaculturaviva.org.br. Acessado em: 17 de maio de 2016.

Neste estudo, optou-se pela pesquisa qualitativa como procedimento metodológico. Ramires e Pessôa (2013) explicam que a palavra qualidade vem de *qualitas*, que significa essência, ou seja, designa parte essencial, aquilo que é determinante e importante, sinalizando o horizonte da intensidade, indo além da extensão. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa tem como viés o reconhecimento da existência de uma relação entre o mundo real e o sujeito, “de uma interdependência viva entre o sujeito e objeto e de uma postura interpretativa, constituindo-se como um campo de atividades que possui conflitos e tensões” (RAMIRES; PESSOA, 2013, p. 25).

Para atingir os objetivos propostos pela investigação, a metodologia foi realizada em 4 etapas: levantamento bibliográfico e cartográfico; trabalho de campo; sistematização de dados e informações; análise e elaboração do texto. Ressalta-se que as etapas não ocorreram de forma fechada; por vezes se entrelaçaram e aconteceram simultaneamente de acordo com a necessidade da pesquisa.

A primeira etapa da pesquisa constituiu o momento em que se obtiveram informações gerais e específicas sobre a temática abordada e a área pesquisada por meio de levantamento bibliográfico e cartográfico. A pesquisa bibliográfica foi realizada por intermédio de consultas, entre outros locais, nas bibliotecas das universidades federais e estaduais, no Laboratório de Estudos Agrários e Teóricos (Leat), no Centro de Apoio ao

Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (Cactus), no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace) na Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (Fetraece), no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Canindé e Caridade, na Secretaria da Cultura (Secult) do Ceará, na Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Já o levantamento cartográfico foi realizado nas instituições responsáveis pela disponibilização das bases cartográficas, Incra (assentamentos Todos os Santos e Tiracanga) e Idace (Assentamento Santo Antônio).

Alásia de Heredia (1979), Bergamasco e Norder (1996), Simonetti (1999), Alencar (2005), Leite et. al (2004), Vasconcelos (2014), Shanin (1983, 2005) e Fernandes (1999, 2008, 2013) foram autores essenciais para a compreensão do campesinato e das temáticas associadas a esse conceito, como a definição de assentamentos rurais e o cotidiano dos assentamentos.

Obras como as de Geertz (1989), Burke (1989), Laraia (1986), Alfredo Bosi (1992), Chauí (1989, 2008), Ribeiro (2006), Thompson (1998), Claval (2001), Cascudo (2004), Barroso (2005), Eclea Bosi (2009) e Eliot (2013) contribuíram significativamente na reflexão sobre o conceito de Cultura.

Dessa forma, organizou-se um banco de dados bibliográficos e cartográficos, que subsidiou as outras etapas, alimentando a pesquisa e fundamentando a interpretação e a análise dos dados.

A segunda etapa da investigação – o trabalho de campo – ocorreu concomitantemente ao levantamento bibliográfico. Foi um momento extremamente relevante, uma vez que possibilitou o aprofundamento do conhecimento da realidade estudada. Para Santos (1999), o empírico deve proporcionar contato entre o pesquisador e os sujeitos.

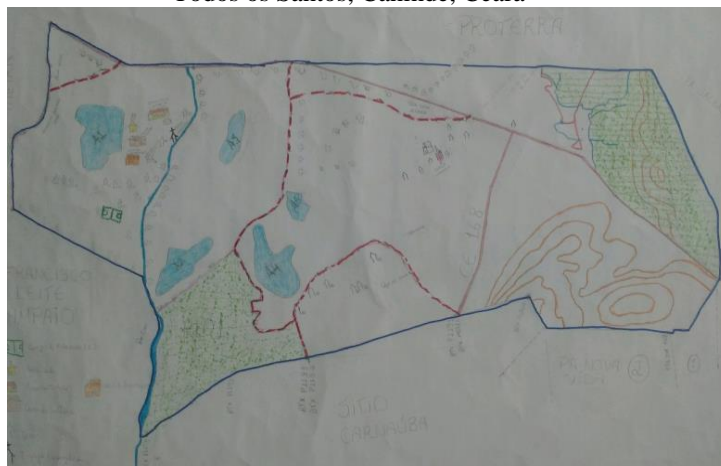
Os levantamentos de campo ocorreram durante os anos de 2016, 2017 e 2018, objetivando obter informações sobre as seguintes questões (entre outras indicadas no decorrer do texto da tese): história dos assentamentos; infraestrutura e usos das áreas dos assentamentos; entendimento dos assentados sobre Cultura; funcionamento do processo de implementação e execução das políticas culturais no lócus de pesquisa; percepção dos assentados sobre os impactos gerados por essas políticas; desafios

encontrados no acesso às políticas culturais; mediadores entre as políticas culturais e os assentados.

Para o êxito dessa segunda etapa, o planejamento foi essencial, momento em que se definiram: as atividades a serem realizadas; os critérios para a escolha dos entrevistados e a quantidade de participantes; os roteiros semiestruturados das entrevistas; as datas e a mobilização das pessoas para o trabalho de campo; a metodologia de construção do mapa social.

O trabalho de campo ocorreu em três fases. Na primeira fase, realizou-se a primeira visita em cada assentamento pesquisado com a finalidade de apresentar a pesquisadora, o objetivo e a metodologia da pesquisa, assim como a importância da investigação para os assentados representantes legais das associações dos assentamentos rurais e dos projetos culturais. Nessa ocasião, solicitou-se autorização para a execução da pesquisa. Ainda nessa visita, foram iniciados o desenvolvimento da segunda fase e a elaboração do mapa social dos assentamentos rurais. Para a construção do mapa foi utilizada a cartografia social, procedimento metodológico em que o produto (mapa social) é construído de modo colaborativo, ou seja, é produzido pelos sujeitos pertencentes à área mapeada e mediados, neste caso, pela pesquisadora. Segundo Acelrad (2014), é importante destacar que os mapas sociais são representações do espaço, elaborados por pessoas que ocupam um determinado território, nos quais apresentam a forma como vivem e trabalham, o que torna esses espaços simbólicos e afetivos. No mapeamento social, as comunidades representam o seu mundo a seu modo (Figura 2 – Mapa Social produzido do/no Assentamento Todos os Santos). Vale lembrar que um mapa não é algo fechado, mas um processo permanente de construção.

Figura 2 – Fotografia do Mapa Social produzido do/no Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará



Fonte: Cabral, 2017.

Esses mapas são construídos de forma participativa e apresentam o cotidiano de uma comunidade (GORAYEB; MEIRELES, 2014), em que são desenhados localidades, rios, lagos, casas, equipamentos sociais como Casa Sede, Casas de Cultura, escolas, e outras variáveis consideradas importantes pelas populações envolvidas.

Nesse contexto, inicialmente foi realizada uma roda de conversa para explicar sobre os elementos básicos de um mapa (título, legenda, escala, orientação, fonte) e posteriormente foi proposto aos assentados que desenhassem em cima de base cartográfica, levada pela pesquisadora, a infraestrutura e os usos do assentamento. Em uma segunda visita, após sistematização e digitalização, o mapa foi apresentado, atualizado e validado pelos assentados.

A produção dos mapas teve a participação de camponeses de faixa etária e sexo variados (Figuras 3 e 4). Essa produção colaborou para o fortalecimento do sentimento de pertença dos sujeitos e desencadeou o debate sobre questões cotidianas dos assentamentos: quantidade de moradores (cadastrados e agregados); utilização e funcionamento da Casa Sede, de escolas, das Casas de Cultura; zoneamento dos assentamentos estudados.

Figura 3 – Construção do Mapa Social do/no Assentamento
Tiracanga, Canindé, Ceará



Fonte: Cabral, 2017.

Figura 4 – Construção do Mapa Social do/no Assentamento Santo Antônio, Caridade, Ceará



Fonte: Cabral, 2017.

Na terceira fase do trabalho de campo, foram realizadas 34 entrevistas semiestruturadas entre julho de 2016 e junho de 2017. As entrevistas foram divididas e aplicadas em dois grupos, conforme descrição abaixo, e seguiram um roteiro (verificar apêndice) como base. Esse roteiro objetivou direcionar as perguntas de acordo com os interesses da investigação, entretanto os entrevistados ficaram à vontade nas respostas, algumas vezes indo além dos questionamentos.

No Grupo 1 foram entrevistadas pessoas, sujeitos históricos, que vivem o dia a dia dos assentamentos, do Pontão e dos Pontos de Cultura, o que possibilitou uma maior aproximação do objeto de pesquisa. Esse grupo dividiu-se em dois subgrupos, descritos abaixo. O subgrupo A constou de cinco entrevistas realizadas com os presidentes das associações dos assentamentos. O subgrupo B constou de 22 entrevistas conforme especificação abaixo. Essa quantidade foi definida por saturação, ou seja, foi interrompida quando as informações obtidas passaram a apresentar certa redundância ou repetição, de modo a tornar irrelevante a persistência na coleta de dados.

Grupo 1

Subgrupo A:

- Presidente da Associação do Assentamento Tiracanga I.
- Presidente da Associação dos Moradores do Santo Antônio.
- Presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais Assentamento Tiracanga II.
- Presidente da Associação dos Trabalhadores do Assentamento Todos os Santos.
- Presidente da Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto

de Assentamento Todos os Santos I.

Subgrupo B:

A escolha do entrevistado foi aleatória, por sorteio, levando em consideração os seguintes critérios:

- Segundo o grau de inserção no Ponto de Cultura:
 - Participa das atividades do Ponto de Cultura (Integrante do grupo artístico do campo, participante direto, participante indireto).
 - Não participa das atividades do Ponto de Cultura.
- Segundo o sexo (masculino e feminino).
- Segundo a idade (criança, adulto, idoso).

No que diz respeito ao grau de inserção no Ponto de Cultura, os participantes diretos foram definidos como os assentados sócios das associações dos assentamentos e/ou pais de integrantes dos grupos artísticos do campo que contribuem diretamente nas ações do Ponto de Cultura. E os participantes indiretos são aqueles que, apesar de não contribuírem efetivamente, prestigiam os eventos que acontecem e se posicionam como apoiadores da política cultural.

No Grupo 2, foram entrevistadas cinco pessoas, coordenadores dos Pontos de Cultura da área pesquisada e representantes envolvidos no âmbito cultural, atreladas aos Pontos de Cultura do Ceará, conforme especificado a seguir.

Grupo 2

- Coordenadora do Ponto de Cultura Raízes da Terra.
- Coordenador do Ponto de Cultura Terra que se Planta e Encanta.
- Coordenadora do Ponto de Cultura da Casa de Cultura de Reforma Agrária.
- Coordenadora do Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária (Pacra).
- Coordenadora dos Pontos de Cultura do Ceará da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Secult – CE).

É importante destacar duas questões: 1) os coordenadores dos Pontos de Cultura são também integrantes dos Grupos Artísticos; 2) além desses dois grupos de entrevistados, conversou-se informalmente com três professoras, uma de cada escola dos assentamentos estudados.

Segundo Silva e Mendes (2013), a entrevista é um artifício de investigação capaz de proporcionar ao pesquisador o conhecimento das características típicas de cada contexto e de como as pessoas pensam e agem de acordo com suas crenças, seus valores, e seus sentimentos e símbolos vivenciados no dia a dia. É importante esclarecer que, mesmo com a comprovada autorização dos entrevistados para a utilização das entrevistas, optou-se por utilizar nomes fictícios, a fim de preservar-lhes a identidade.

Na terceira etapa da pesquisa, foi realizada a sistematização de dados e de informações coletadas, ocasião em que as entrevistas foram transcritas e os mapas digitalizados.

Por fim, na quarta etapa da investigação, procedeu-se à análise e à elaboração do texto da tese, cuja estrutura está organizada em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, a *Introdução*, apresentam-se os objetivos gerais e específicos da pesquisa, os recortes espacial e temporal, os procedimentos metodológicos e a forma como a tese está organizada.

O segundo capítulo, *Cultura(s) em Debate: política cultural no Brasil* constitui-se de quatro tópicos. No primeiro tópico, *Cultura ou Culturas: a complexidade de uma palavra* realiza-se uma revisão da literatura sobre o conceito de Cultura perpassando pela compreensão do que são as políticas culturais. No segundo, *O olhar do camponês assentado sobre Cultura*, debate-se sobre a compreensão do termo Cultura na visão dos sujeitos sociais da pesquisa. No terceiro, *Marcos legais na política cultural do Brasil*, descrevem-se as principais leis referentes às políticas culturais no contexto nacional, aprofundando na Política Cultura Viva, na centralidade dos Pontos e dos Pontões de Cultura. Já no quarto, *Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária (Pacra)*, aborda-se o projeto pioneiro de cunho cultural desenvolvido pelo Inca do estado do Ceará, importante mediador entre as políticas culturais e os camponeses.

O terceiro capítulo da tese, *Cultura(s) nos Sertões*, dividido em dois tópicos, inicialmente faz uma discussão acerca do conceito e das características do ser camponês, perpassando pela definição de assentamento rural, local onde “nasce” o camponês assentado, sujeito protagonista da pesquisa. O primeiro tópico, *Três histórias da “morada da vida”*, faz uma retrospectiva histórica e apresenta os três assentamentos rurais pesquisados. O segundo tópico, *Manifestações culturais camponesas*, aborda as manifestações culturais cotidianas encontradas e citadas pelos assentados.

O quarto capítulo, *Políticas Culturais em Assentamentos Rurais: a Arte que transforma*, subdivide-se em quatro tópicos. O primeiro tópico, *Grupos Artísticos do*

Campo, descreve a história e as características do Grupo de Teatro Carrapicho, do Grupo Raízes da Terra e do Grupo Resgate Cultural Força Jovem, que difundiram a luta pela Cultura em seus assentamentos e estiveram à frente da execução dos Projetos Pontos de Cultura do Território Sertões de Canindé. O segundo, *Pontão de Cultura Terra Viva, Terra de Arte: a experiência do Assentamento Todos os Santos*, apresenta o estudo de caso do desenvolvimento do único Projeto Pontão de Cultura em assentamento rural do país, localizado e executado pelo Assentamento Todos os Santos. O terceiro, *Pontos de Cultura em Assentamentos Rurais no Território Sertões de Canindé*, tece sobre as experiências dos camponeses assentados durante e depois dos projetos culturais dos Pontos de Cultura. O quarto, *Casas de Cultura no/do campo*, fala sobre a importância da construção de uma infraestrutura para o Pontão e os Pontos de Cultura.

O quinto e último capítulo, *À Guisa de Conclusão*, reitera a constatação de que as políticas Culturais geram impactos nos assentamentos rurais, influenciam na organização das associações de assentamentos rurais, geram novos espaços de lazer, consolidam relações internas e externas dos/nos assentamentos, fortalecem o sentimento de pertença e a autoestima dos assentados, além de possivelmente se tornarem um atrativo para a participação dos jovens nas atividades dos assentamentos rurais.

Cabe destacar que "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001" (BRASIL, 2018).

2 CULTURA(S) EM DEBATE: POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL

2.1 Cultura ou Culturas: a complexidade de uma palavra

O conceito de Cultura é complexo e estudado por diversas áreas das ciências sociais, possibilitando várias interpretações e perspectivas. Laraia (1986) assinala que possivelmente a discussão sobre o conceito de Cultura não finda, pois sua compreensão exata significa a compreensão da própria natureza humana.

Esse autor, no livro *Cultura: um conceito antropológico* discorre, entre outras questões, sobre o desenvolvimento do conceito de Cultura desde as manifestações iluministas até os autores modernos. Ainda segundo Laraia (1986, p. 25), Edward Tylor (1832-1917) teria definido pela primeira vez o conceito de Cultura como é utilizado atualmente, enquanto “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” evidenciando que o ser humano é o único ser possuidor de Cultura.

De acordo com Geertz (1989), não existe Cultura universal, uma única Cultura. Ele diz que “o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu” (GEERTZ, 1989, p. 4), sendo a Cultura essas teias e a sua análise, ou seja, uma ciência interpretativa, em busca de significado. Numa perspectiva antropológica, esse autor entende que a Cultura é feita pelo e para o homem, interpretada por ele, descrita por ele e pode ter várias interpretações.

Alfredo Bosi (1992), na obra *Dialética da colonização*, explica o conceito de Cultura a partir da linguística e da etimologia da palavra. Cultura, culto e colonização são derivadas do verbo *colo*, que significou, “na língua de Roma, eu moro, eu ocupo terra, e por extensão, eu trabalho, eu cultivo o campo” (BOSI, 1992, p. 11). A Cultura é entendida como um “conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social” (BOSI, 1992, p. 16). Assim como Geertz (1989), Bosi ressalta a existência de “Culturas”, no plural, embora os critérios possam mudar e devam mudar, como por exemplo, passar da raça para a nação, ou de nação para a classe social.

Alfredo Bosi (1992) também discerne a Cultura acadêmica da Cultura popular, da Cultura criadora e da Cultura de massas. Sinteticamente, a primeira é uma Cultura sistematizada, é “falar sobre alguma coisa de modo programado” (BOSI, 1992, p. 320). A segunda sugere modos de viver, entre outros: o alimento; a habitação; o vestuário; o modo de andar; as festas do padroeiro; a relação homem-mulher; as práticas

de cura; o modo de criar galinha, porco; o modo de rir, chorar, agredir; o conhecimento do tempo. A terceira é a Cultura criadora individualizada de escritores, compositores, artistas plásticos, cineastas, dramaturgos, ou seja, intelectuais que não vivem dentro da universidade, agrupados ou não. E por último, a Cultura de massas é imbricada com os sistemas de produção e mercado de bens de consumo (BOSI, 1992).

Sobre a expressão Cultura de massas, Eclea Bosi (2009), ao realizar uma pesquisa sobre as leituras de um grupo de operárias da indústria paulista, afirma, no livro *Cultura de massa e Cultura popular: leituras de operárias*, que a expressão “indústria cultural” é mais adequada do que Cultura de massa, já que esta última não trata de um fenômeno que nasceu espontaneamente das próprias massas, isto é, de um substituto do folclore, da arte genuinamente popular. Ao contrário, as mensagens da televisão e da imprensa, por exemplo, são fabricadas mediante planejamento, como os produtos não culturais, e visam o consumo.

Em outra perspectiva, Chauí (1989) ressalta a carga ideológica da palavra “massa”, e a importância de não equipará-la ao popular, já que o termo Cultura de massa tenta ocultar a divisão de classes da sociedade, dos conflitos e das contradições.

Já Thompson (1998) chama a atenção para a generalização do termo Cultura popular. Para ele, a Cultura tradicional é ao mesmo tempo rebelde, visto que são desenvolvidos mecanismos de defender os costumes populares diante da chegada de inovações. O costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual os interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. Portanto a Cultura popular

[...] pode sugerir uma perspectiva ultraconsensual dessa Cultura, entendida como sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas em que se acham incorporados. Mas uma Cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa assume a forma de um sistema (THOMPSON, 1998, p. 17).

Burke (1989), no livro *Cultura Popular Na Idade Moderna Europa, 1500-1800*, fala sobre a problemática da delimitação da noção de “popular”, chamando a atenção para certas dificuldades, dentre as quais destaca o fato de o termo Cultura popular oferecer uma falsa impressão de homogeneidade. Outra questão levantada pelo autor é a vaga fronteira entre as Culturas do povo e as Culturas das elites, tornando-se

perigoso considerar o que se chama de “modelo de duas camadas” de Cultura de elite e popular.

Claval (2001), em sua obra *A Geografia Cultural*, considera alguns aspectos relevantes ao abordar a Cultura: primeiro, é preciso compreender que a Cultura é a mediação entre os homens e a natureza, ou seja, a Cultura é constituída pelo conjunto de artefatos, do *know-how* e dos conhecimentos por meio dos quais os homens mediatizam suas relações com o meio natural. Segundo, a Cultura é uma herança, transmitida de geração a geração, o que não significa que seja imutável. Terceiro, a Cultura é construção e permite aos indivíduos e aos grupos se projetarem no futuro; portanto cada um se projeta no futuro e trabalha para criar um contexto melhor do que aquele do presente. Quarto, a Cultura é na maior parte formada por palavras, articulada no discurso e realizada na representação, representação essa constituída de realidade e signos inventados para descrever a Cultura, dominá-la e verbalizá-la, ou seja, é impregnada da dimensão simbólica. Por último, a Cultura é um dos fatores essenciais da diferenciação das situações sociais e do reconhecido *status* de cada um.

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco)², a Cultura pode “ser considerada como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social” (UNESCO, 1982, p. 39). A Cultura engloba: as artes, as letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 1982).

Essa definição consta na Declaração do México sobre políticas públicas culturais, que foi elaborada durante a Conferência Mondiacult em 1982, marcando expressivamente o caminho da Unesco em suas ações e orientações no âmbito da Cultura na década de 1980.

A partir dessa definição, Gruman (2008) faz a seguinte reflexão:

A Cultura é dinâmica, se recicla incessantemente incorporando novos elementos, abandonando antigos, mesclando os dois transformando-se num terceiro com novo sentido. Tratamos, portanto, do mundo das representações, incorporadas simbolicamente na complexidade das manifestações Culturais. Cultura não é acessório da condição, mas sim seu substrato. O ser humano é humano porque produz Cultura, dando sentido à experiência objetiva, sensorial (GRUMAN, 2008, p. 178).

² No dia 16 de novembro de 1945, trinta e sete países assinaram a carta que estabeleceu a Unesco. Na conferência, Ellen Wilkinson, então simultaneamente Ministra britânica da Educação e presidente da Conferência geral, lê a recém-adotada constituição, que entrou em vigor em novembro de 1946, depois de sua ratificação por 20 Estados-Membros (UNESCO, 2002).

Em 2001, a Unesco elaborou outro documento, no campo da Cultura, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, onde define o seguinte em seu primeiro artigo:

A Cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade Cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras (UNESCO, 2002, p. 3).

A Unesco, pois, reafirma a existência de Culturas, no plural, e reforça a ideia de que a Cultura é inerente à vida humana, devendo ser preservada. Já no segundo artigo do mesmo documento, *Da diversidade Cultural ao pluralismo Cultural*, é declarada a imprescindibilidade de avaliar uma “interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver” (UNESCO, 2002, p. 3).

No caso do povo brasileiro, as características estão relacionadas à “confluência” de matrizes raciais diferentes, “tradições culturais distintas”, que se encontrarão forçadamente para formar uma nova estrutura de sociedade (BOGO, 2008, p. 10).

A Cultura não é caracterizada pela existência de padrões equivalentes no nosso tempo e espaço, e sim a Cultura vive pela sua suficiência. Não se deve confundir Cultura com civilização. Civilização é o conjunto das Culturas, sendo assim o todo e a Cultura à parte (CASCUDO, 2004). Contudo,

[...] a Cultura não pode ser equacionada nas regras comparativas, e sim medida e avaliada pela sua substância interior e real. Pela sua suficiência e aceitação natural. A legitimidade decorre desse conceito. A Cultura de um ceramista no Palácio de *Minus*, em Cnossos, e a de um norte-americano no *Empire State Building*, de nova Iorque, não são superiores ou inferiores senão aos olhos de cada um dos participantes. São ambas, positivamente Culturas (CASCUDO, 2004, p. 42).

Essa é uma questão a ser considerada, pois existe uma tendência à imposição de uma “Cultura hegemônica”, em que o melhor é a Cultura das grandes cidades, onde a mídia e os meios de comunicação ditam o que se comer, vestir, usar,

ouvir, dançar, ler. Criam-se estereótipos, como o *funk* estar ligado ao tráfico de drogas; o *Cult* é ter o celular de última geração; sentar na calçada e bater um papo com os amigos não é moderno, assim como tantas outras situações são consideradas “atrasadas” ou fora de moda.

Laraia (1986) fala sobre o estranhamento ao comportamento de outras Culturas e, aponta que a herança Cultural, desenvolvida por meio de várias gerações, condiciona a se ter uma reação depreciativa em relação ao comportamento dos que agem fora dos padrões aceitos pela maioria.

O fato é que cada sistema Cultural está em constante mudança. Do mesmo jeito que é essencial para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de Culturas diferentes, é importante compreender as diferenças ocorridas dentro do mesmo sistema (LARAIA, 1986).

Burke (1989) conta que, para os descobridores da Cultura popular, o "povo" eram os camponeses. Os camponeses constituíam de 80% a 90% da população da Europa. De início, as canções que lhes chamaram a atenção foram intituladas “canções populares”, as danças chamadas de "danças populares" e as histórias denominadas "contos populares". O que não quer dizer que era uma Cultura homogênea, pois esta varia de acordo com “a idade, as condições sociais e materiais, a religião, a Educação, o local e o sexo” (BURKE, 1989, p. 56).

Como pode se perceber, muitas são as formas de definir Cultura no meio científico. Para esta pesquisa, adotou-se a definição de Burke (1989, p. 25) em que a Cultura é “um sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas (apresentações, objetos artesanais) em que eles são expressos ou encarnados”.

Nesta perspectiva, compartilha-se com Barroso (2005, p. 21) a ideia de que “a Cultura é o acervo de saberes do qual uma coletividade lança mão para se relacionar com o mundo, para lidar com a natureza e com a sociedade, para tornar possível a convivência no seu interior e com o seu exterior, enfim, para viver e se reproduzir”. Portanto a Cultura é compreendida para além de manifestações folclóricas (festas e tradições), como disse Saraiva (2015, p. 62) a Cultura não é a apenas a cereja do bolo, é “uma dimensão significativa de todas as esferas da vida social”.

Chauí (2008), explica que o termo Cultura passou a ser compreendido como o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, estabelecem as práticas e os valores, ditam para si próprios o possível e o impossível, o sentido da linha

do tempo, as diferenças no interior do espaço, os valores como o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, instauram a ideia de lei, e, portanto, do permitido e do proibido, definem o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano.

Contudo, diante deste panorama complexo e múltiplo, buscou-se também compreender qual a interpretação que o camponês assentado tem sobre o termo Cultura, até mesmo porque, é a partir desta concepção de Cultura que ele irá tecer os projetos culturais, sociais, políticos e econômicos.

2.2 O olhar do camponês assentado sobre Cultura

Neste tópico buscou-se compreender, as concepções do que seria Cultura a partir do sujeito social histórico em questão: os camponeses assentados, homens, mulheres, jovens, adultos e idosos, inseridos ou não em políticas e projetos culturais.

Primeiro, é praticamente unânime que a Cultura seja representada também pelas manifestações: arte, artesanato, música, teatro, dança, pintura, cordel, poesia. Além disso, o termo Cultura é utilizado para quase tudo possível de ser apreendido numa sociedade, considerando inclusive o cotidiano. Isso pode ser verificado na fala de uma assentada quando ela diz:

A Cultura pra mim é a arte, é o que tem aqui no interior, aqui no Todos os Santos. Tem gente que faz crochê, outros trabalham com barro, a gente trabalha com teatro, envolve a música, aulas de violão, aulas de dança. Eu acho que a Cultura é uma referência aqui no Todos os Santos. Tem a Casa de Cultura, acho que aqui é o ideal, é Cultura viva (Integrante do Grupo de Teatro Carrapicho 1 – entrevista concedida em outubro de 2016).

Segundo, evidencia-se a mesma complexidade ao se tentar definir a palavra Cultura por autores acadêmicos (BURKE, 1989; GEERTZ, 1989; CHAUI, 1989; CASCUDO, 2004). E devido a essa complexidade, há uma tendência à generalização, ao entendimento de Cultura como “tudo”, “muita coisa”, “várias coisas”. A Cultura é vista para além da arte, da música, da dança, do drama, do poema, entre outras manifestações, e, ao mesmo tempo, é tida como algo de extremo valor, para eles, para o assentamento e para o mundo de forma geral. Como se verifica em trechos de entrevistas abaixo:

A Cultura é muitas coisas, não é só isso não. “Cultura é só cantar, Cultura é só escrever livro, só fazer poema”? Não. É muita coisa, todo canto que a gente pisa tem Cultura porque tem. “Tem não?”, tem sim. É uma coisa muito

importante mesmo (Assentado sócio da Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos I – entrevista concedida em dezembro de 2016).

Cultura pra mim é como se fosse o povo, tudo. Tudo hoje em dia é Cultura, um alimento que você come é Cultura, uma brincadeira que você brinca é Cultura, não é possível viver sem a Cultura no seu dia a dia (Integrante do Grupo de Teatro Carrapicho 2 – entrevista concedida em outubro de 2016).

[...] na minha visão a Cultura é uma coisa muito rica pra nós aqui que vive no campo. Eu até me orgulho muito que vi muito jovenzinho nosso, brincando no meio do terreno, ensaiando as peças nossas no meio do terreno e hoje tem um prediozinho, a coisa da luta da gente. Cultura pra mim acho que é tudo, ter uma Cultura pra mim é tudo (Presidente Associação dos Trabalhadores Rurais do Tiracanga II – entrevista concedida em setembro de 2016).

Cultura é uma coisa muito importante pra mim, Cultura não é só dançar, Cultura pra mim significa a vida da pessoa, o que passou, até hoje. Tem gente que pensa que Cultura é só pintar, Cultura não é pintar. Cultura é vida, Cultura é arte, Cultura é tudo o que passa pela vida da gente, passa tudo por Cultura, eu não sabia o que era Cultura, eu só estudava e ficava dentro de casa o tempo inteiro, depois que eu descobri a Cultura tem muitas coisas puxando uma a outra porque Cultura é tão especializada porque é uma coisa que é uma dança, é pintura, é teatro, é várias coisas (Integrante do Grupo Raízes da Terra 1 – entrevista concedida em setembro de 2016).

[...] no meu entendimento, Cultura é tudo aquilo que a gente faz, desde a maneira como a gente fala, a maneira de se vestir, de andar, a música que a gente... pra mim é Cultura, cada qual tem a sua maneira e o seu jeito de expressar a sua Cultura. Pra mim é esse pensamento, às vezes “ah, Cultura é só dança”, não, pra mim não é só dança não, Cultura é tudo, a maneira como eu falo, a maneira de eu me vestir, a maneira de eu me comportar, tudo isso é Cultura (Coordenadora do Ponto de Cultura Raízes da Terra – entrevista concedida em setembro de 2016).

Nas falas acima é possível perceber claramente que os camponeses entendem a complexidade da definição de Cultura, inclusive não a reduzindo a ao entretenimento. Esse entendimento por parte deles é extremamente interessante, visto que conforme reflexão realizada por Chauí (2008) a Cultura dominante, tende a ocultar diversidade cultural, reforçando o surgimento da Cultura de massa ou indústria cultural. E uma das conduções da indústria cultural é definir a Cultura como lazer e entretenimento. O entretenimento é uma dimensão da Cultura, pois é a maneira como uma sociedade inventa seus momentos de distração, diversão, lazer e repouso. Entretanto, a Cultura não pode ser traduzida resumidamente enquanto isso.

Terceiro, a Cultura é entendida também enquanto vida, chegando a se confundir com o próprio modo de vida camponês, ou seja, o conjunto de ações

cotidianas, vivências ligadas à terra, à agricultura, que perpassam desde o ato de plantar até a realização de festas e comemorações dentro do assentamento. Nesse ponto, é importante lembrar que a Cultura faz parte do modo de vida, embora a Cultura não seja igual ao modo de vida (BURKE, 1989).

Ah, o que eu entendo por Cultura é vida, a primeira coisa que vem na minha mente que é o viver, é você estar bem. A Cultura, por isso que a gente viu que... nós somos agricultores e agricultoras aqui, mas pra gente ter uma vida boa tem que ter essa Cultura ligada à agricultura, que é você tá se divertindo, é você tá organizando, é você estar participando junto com o outro, trocando ideias, fazendo noites Culturais, é dizendo a sua poesia, fazendo do seu jeito, do jeito que a gente sabe, a gente não copia, é o nosso jeito. Então, pra mim, Cultura é vida (Assentada sócia da Associação dos Trabalhadores Rurais do Tiracanga II – entrevista concedida em setembro de 2016).

Cultura pra mim é viver os costumes, não deixar perder aquele vínculo que você tem, você se dedicar, de uma certa forma não deixar morrer aquela tradição cultural, estar sempre resgatando, embora muitas vezes as dificuldades, a falta de apoio; é pouco, mas vale a pena principalmente pra gente que mora no campo. A gente valorizar, não deixar morrer a Cultura, estar sempre lutando em prol da Cultura para que a cada dia possa se fortalecer. No meu ponto de vista, eu acho que a juventude, muitas vezes, ela esquece da sua identidade Cultural e no momento a gente tá tentando, o grupo de jovens não deixar que essa Cultura venha a morrer. A gente tá começando a trabalhar junto com as crianças para que as crianças possam dar continuidade ao trabalho (Coordenadora do Ponto de Cultura Casa de Cultura da Reforma agrária/Integrante do Grupo Carrapicho – entrevista concedida em outubro de 2016).

[...] pra mim Cultura é tudo aquilo que a pessoa tem vontade de se expressar, quer mostrar o que acontece aqui pra fora (Filha de assentado não participante – Comunidade Sede do Assentamento Todos os Santos – entrevista concedida em outubro de 2016).

Pelas falas transcritas, observa-se também a valorização de uma Cultura específica, a Cultura Camponesa. Tardín (2012) explica que a Cultura Camponesa se constitui a partir de uma variedade de sujeitos sociais históricos forjados culturalmente numa íntima relação familiar, comunitária e com a natureza, delimitando territorialidades com as transformações necessárias à sua reprodução material e espiritual, gerando expressões singulares.

Woortmann (1990) revela que a moral campesina é composta por um conjunto de valores determinados pelos elementos Terra, Trabalho, Família e Liberdade. A terra é apreendida como patrimônio do qual se retira o produto do trabalho, assegurando o alimento da família e das gerações futuras. O trabalho se funda na conexão da força (de trabalho) familiar, garantindo sustento de todos os familiares, é compreendida como uma unidade de produção, que dá base para uma organicidade

social camponesa, elemento estruturante, socializador de seus integrantes. A liberdade é atribuída ao episódio de não se sujeitar ao outro (patrão).

Portanto, a Cultura está presente em toda a trama social, em tudo aquilo resultante da ação humana, suas interferências sobre o mundo e sua interpretação de mundo (FERREIRA, 2010).

Destarte, após o debate e compreensão das diversas visões sobre o conceito de Cultura, é importante compreender como se deu o processo em que a Cultura passa a ser incluída também como política no Brasil.

2.3 Marcos Legais na política cultural do Brasil

Segundo a Constituição Federal de 1988, “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da Cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. O art. 216 define patrimônio cultural como

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Assim, é dever do Estado garantir o direito, a preservação e a difusão da Cultura. Para isso, é obrigação do Estado desenvolver as políticas públicas culturais que se organizam em programas.

Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura por meio do Decreto 91.144, que, em 1990, por meio da Lei 8.028, foi transformado em Secretaria da Cultura, vinculada à Presidência da República, situação que foi revertida em novembro de 1992 pela Lei 8.490. Em 1999, ocorreu a ampliação dos recursos desse ministério e a reorganização de sua estrutura, promovida pela Medida Provisória 813, de 1º de janeiro de 1995, transformada na Lei 9.649, de 27 de maio de 1998. E em 2003, a Presidência da República aprovou a reestruturação do Ministério da Cultura, por meio do Decreto 4.805 (BRASIL, 2015).

Em 1986, foi criada a primeira lei brasileira de incentivos fiscais para financiar a Cultura: a chamada Lei Sarney. Em vez de financiamento direto, o próprio Estado propunha que os recursos fossem buscados pretensamente no mercado, entretanto o dinheiro, na maior parte, era público, decorrente do mecanismo de renúncia fiscal (RUBIM, 2007).

Em 1991³, foi criada a Lei 8.313 de Incentivo à Cultura, também conhecida como Lei Rouanet, e foi constituído o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart), praticamente um aprimoramento da Lei Sarney, começando, lentamente, a injetar novos recursos financeiros no setor através do mecanismo de renúncia fiscal (CALABRE, 2007).

Em 2005, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 48, que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal instituindo o Plano Nacional de Cultura⁴ (PNC). Essa emenda estabelece que o plano vise o desenvolvimento cultural do país e à integração das ações do poder público, devendo ser de duração plurianual (BRASIL, 2005).

O PNC foi aprovado e tornado lei (12.343) somente em dezembro de 2010, com o objetivo principal de planejar e implementar políticas públicas de longo prazo (até 2020) direcionadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Neste documento, a Cultura é entendida como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos, portanto dever-se-á considerar toda a sua extensão antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética (BRASIL, 2010).

O PNC baseia-se em três dimensões da Cultura: uma como expressão simbólica; outra como direito de cidadania; e por último, como potencial para o desenvolvimento econômico. O Plano também prevê revisões periódicas para que suas diretrizes e metas possam ser aperfeiçoadas e ressalta a necessidade de fortalecer os processos de gestão e participação social (BRASIL, 2010).

Uma das implicações do PNC foi a transformação de uma ação estruturante⁵ – os Pontos de Cultura – na Política Nacional de Cultura Viva⁶, com o sancionamento da Lei nº 13.018 em julho de 2014.

³ A década de 1990, quando são formuladas as leis de incentivo, é marcada por um período em que o neoliberalismo está se expandindo no país, que tinha como um dos focos a privatização (SANTOS, 2011).

⁴ Destaca-se que os anos de 2003 a 2010 foi um período em que as políticas públicas culturais passaram por transformações radicais, do plano conceitual à relação entre Estado e sociedade, período esse que o Ministério da Cultura teve como ministros Gilberto Gil e Jucá Ferreira.

⁵ O Programa Arte, Cultura e Cidadania, o Programa Cultura Viva, concebido e implementado em 2004 pelo Ministério da Cultura, envolvia um conjunto de ações distribuídas em cinco eixos e desenvolvidas

A Política Nacional de Cultura Viva tem como objetivos:

- I – garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais;
- II – estimular o protagonismo social na elaboração e na gestão das políticas públicas da Cultura;
- III – promover uma gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de diálogo com a sociedade civil;
- IV – consolidar os princípios da participação social nas políticas culturais;
- V – garantir o respeito à Cultura como direito de cidadania e à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica;
- VI – estimular iniciativas culturais já existentes, por meio de apoio e fomento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- VII – promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;
- VIII – potencializar iniciativas culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade, e ampliar instrumentos de educação com educação;
- IX – estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados disponibilizados para a ação cultural (BRASIL, 2014).

Para o ex-coordenador⁷ dos Pontos de Cultura da Secretaria do Estado do Ceará (Secult), o Cultura Viva teve e tem um papel significativo na descentralização das Políticas Públicas Culturais.

O Cultura Viva é a política que conseguiu efetivamente chegar em praticamente todos os territórios do nosso país, sendo capaz de articular projetos de alcance democrático e universal⁸.

A Política Nacional de Cultura Viva tem como instrumentos os Pontos de Cultura, os Pontões de Cultura e o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura. Pontos de Cultura são “entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades” (BRASIL, 2014).

com diferentes graus de consolidação enquanto ações públicas: Pontos de Cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura, Viva, Griôs, e Escola Viva (TURINO, 2009). O Programa foi criado com o objetivo de promover a produção, a pesquisa, o registro e a difusão das expressões culturais dos grupos e entidades responsáveis pelos modos de ser, pensar e fazer cultural no país, e tem como base a parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil, no campo da cultura (BRASIL, 2013).

⁶ Para verificar as principais mudanças do Programa Cultura Viva ao se tornar Política Nacional de Cultura Viva, verificar Instrução Normativa (IN) nº 01, de 07 de abril de 2014, publicada no DOU em 08 de abril de 2014.

⁷ Entrevista concedida pelo Ex-Coordenador dos Pontos de Cultura da Secult-CE, por e-mail no dia 22 de março de 2017. Ressalta-se que o entrevistado ficou no cargo de outubro de 2009 a fevereiro de 2017.

⁸ Idem nota 6.

Para Turino (2009, p. 64), Pontos de Cultura “são organizações culturais da sociedade que ganham força e institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado.” De acordo com o autor, os Pontos de Cultura não devem ser para as pessoas, e sim das pessoas. Ou seja, os Pontos são reconhecidos por um grupo e/ou uma entidade por já terem desenvolvido atividades culturais, empoderados do que são e fazem. A Cultura, nessa política, deve ser entendida *a priori* como processo, e não como produto, até porque os “Pontos” já desenvolvem atividades antes e continuam a desenvolver, após a política, o investimento. Quando ocorre o empoderamento, há grande probabilidade de serem geradas mudanças que vão inclusive além da Cultura, na dimensão social, econômica e de valores. Assim, os Pontos de Cultura fortalecem iniciativas já existentes, oportunizando um desenvolvimento alternativo e autônomo, garantindo sustentabilidade na produção da Cultura (TURINO, 2009).

Já os Pontões de Cultura são entidades jurídicas “de natureza ou finalidade educativa, que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais, em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de Pontos de Cultura e outras redes temáticas” (BRASIL, 2014). Os Pontões de Cultura criam ambientes que possibilitam e, ao mesmo tempo, incentivam a troca de experiências, o desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e a articulação entre os diferentes Pontos de Cultura, que poderão se agrupar em nível estadual e/ou regional ou por áreas temáticas de interesse comum, objetivando à capacitação, ao mapeamento e a atividades e metas conjuntas.

Na opinião da ex-coordenadora dos Pontos de Cultura da Secult, o diferencial dos Pontos de Cultura é o “empoderamento dos agentes culturais e a potência das manifestações culturais nas comunidades envolvidas, bem como a descentralização dos recursos públicos” (Entrevista concedida pela Ex-Coordenadora dos Pontos de Cultura da Secult-CE realizada por e-mail, no dia 22 de março de 2017).

Já o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura é composto pela integração dos grupos, coletivos e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, que desenvolvam ações culturais e que possuam certificação simplificada concedida pelo Ministério da Cultura (BRASIL, 2014).

Santos (2011, p. 173), ao analisar as leis de incentivo⁹ e compará-las ao Programa Cultura Viva, ressalta a importância de quatro aspectos inovadores do Programa.

O primeiro aspecto é tratado como uma inversão da lógica da política cultural. “Em vez de se transformar em um balcão de seleção e concessão de financiamentos para grandiosas obras espetacularizadas, o Estado diz quanto pode disponibilizar em recursos financeiros e humanos.” Essa mudança na forma de o Estado “disponibilizar” as políticas culturais diminui a desigualdade de poderes entre as pequenas comunidades e as grandes produções culturais.

O segundo, diz respeito ao uso da tecnologia para além de uma ferramenta, como instrumento que pode ser modificado e adaptado pelos próprios usuários às necessidades específicas de cada comunidade.

O terceiro, refere-se à formação de uma rede horizontal de Pontos. Quando os sujeitos entendem que são parte do processo de mudança, identificam-se em torno de uma rede com mais parceiros com objetivos similares aos seus, articulam-se e assim fortalecem o poder de alcance e de ação.

O quarto, considera a transversalidade do tema Cultura, o que propicia o investimento e uso do tema pelo conjunto de vários ministérios. Nesse contexto, Santos (2011) corrobora a reflexão de Turino (2009) a respeito do Programa Cultura Viva. Para Santos, o Estado conseguiu ir além dos interesses privados meramente mercadológicos das grandes corporações, valorizando a Cultura já vigente nas comunidades, de modo que a política cultural reconhece os sujeitos de suas práticas, fortalecendo a identidade e possibilitando novas formas de participação na sociedade.

O fato é que o Programa Cultura Viva é um projeto exitoso, pois difunde cada vez mais a Cultura, respeitando a diversidade e democratizando a Cultura. A implantação dos Pontos de Cultura pautada numa nova gestão e democracia entre estado e sociedade fez diferença. No lugar de impor uma programação cultural ou chamar os grupos para dizerem o que necessitam, o Estado pergunta como a querem (TURINO, 2009).

Em outubro de 2015, conforme dados apresentados na Tabela 1, o Brasil contava com 4.316 Pontos de Cultura e 186 Pontões de Cultura. Como pode ser

⁹ Os Governos Collor e Fernando Henrique deram continuidade à política de incentivo fiscal para a Cultura. Para aprofundamento às leis de “incentivo” cultural, verificar: Rubim (2007); Barbalho (2007); Cardoso (1998); Sarney (2000), entre outros.

observado, a maior parte dos Pontos e Pontões foi implementada durante o governo do presidente Lula, de 2004 a 2010 – cerca de 3.300 Pontos e 155 Pontões.

Tabela 1 – Quantidade de Pontos e Pontões de Cultura no Brasil por ano – 2004 a 2015¹⁰

ANO DE INÍCIO DE VIGÊNCIA	Nº DE PONTOS	Nº DE PONTÕES
2004	73	0
2005	406	14
2006	86	19
2007	1794	32
2008	481	20
2009	264	38
2010	196	32
2011	206	2
2012	0	5
2013	485	12
2014	325	12
TOTAL	4316	186

Fonte: MinC, 2015.

Tabela 2 – Quantidade de Pontos e Pontões de Cultura por Estado Brasileiro – 2004 a 2015¹¹

UF	Nº DE PONTOS	Nº DE PONTÕES
AC	21	3
AL	102	4
AM	44	2
AP	17	2
BA	374	7
CE	260	10
DF	94	3
ES	33	3
GO	89	4
MA	74	1
MG	200	9
MS	60	2
MT	241	7
PA	75	7
PB	66	3
PE	161	10
PI	111	3
PR	116	3
RJ	451	25
RN	67	1
RO	33	1
RR	14	2
RS	261	6
SC	88	3
SE	38	1
SP	1187	52
TO	39	0
TOTAL	4316	186

Fonte: MinC, 2015.

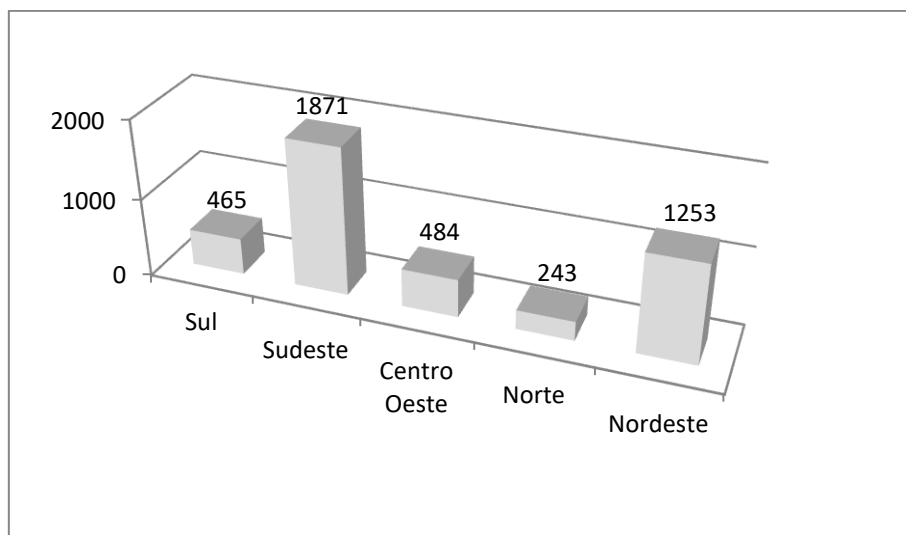
¹⁰ Essa informação foi concebida via e-mail, encaminhado em resposta ao e-mail de solicitação desses dados ao Ministério de Cultura (atendimento.scdc@cultura.gov.br).

¹¹ Idem nota nº 9.

Já na Tabela 2, observa-se a distribuição de Pontos e Pontões de Cultura pelo Brasil. Verifica-se que, apesar de ter a atuação da Política Cultura Viva por todo país, constata-se, conforme Figura 5, que esses Pontos e Pontões estão concentrados na região Sudeste, aproximadamente 43% (total de 1.871), e só o estado de São Paulo apresenta 1.187 Pontos. Além disso, verifica-se que a região com o menor número de Pontos e Pontões é a região Norte, com 6% (243 no total).

Ainda que se considere as altas taxas de densidade demográfica da Região Sudeste quando comparadas as da Região Nordeste¹², faz-se necessário ressaltar que a Região Sudeste, em função de sua infraestrutura, possui um aparato institucional mais consolidada no que tange à produção cultural. Contudo, essa concentração de pontos culturais não deixa de ser mais uma tradução das disparidades regionais existentes no território brasileiro e, portanto, não deve ser desconsiderada.

Figura 5 – Distribuição de Pontos de Cultura no Brasil por Região, 2015

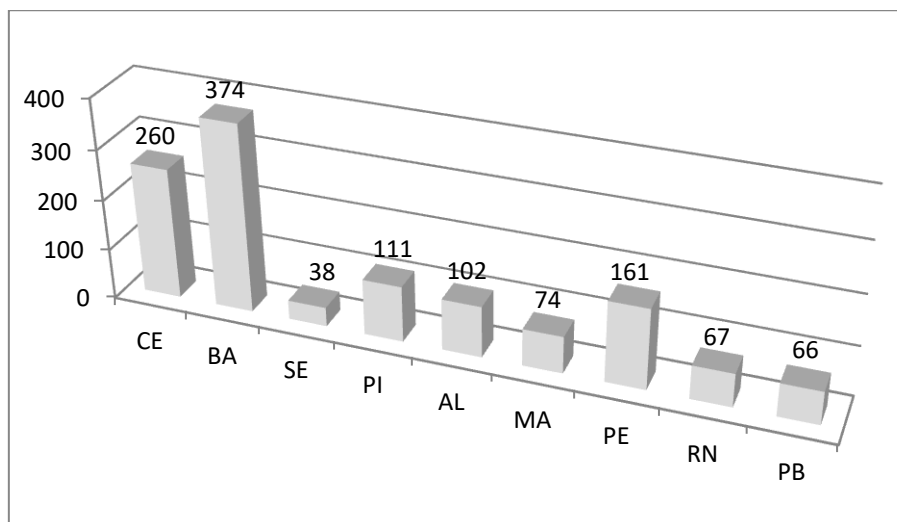


Fonte: MinC, 2015.

Na Figura 6 a seguir, Distribuição de Pontos de Cultura no Nordeste do Brasil (2015), observa-se que a Bahia possui a maior quantidade de Pontos de Cultura (374), seguida pelo Ceará, com 260, e por Pernambuco, com 161.

¹² Conforme dados do Censo Demográfico – IBGE, 2010 – enquanto o Sudeste possui densidades demográficas que variam de 76,25 a 444,07 hab/km², no Nordeste essas taxas variam de 17,65 a 39,79 hab/km². Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=10&uf=00>. Acesso em 27 de maio de 2018.

Figura 6 – Distribuição de Pontos de Cultura na Região Nordeste Brasileira, 2015



Fonte: MinC, 2015.

Conforme dados fornecidos pelo Ministério de Cultura, até setembro de 2015, o estado do Ceará tinha 260 Pontos de Cultura – 200 da rede Estadual, 4 da rede Municipal, 46 da rede federal – e 10 Pontões de Cultura.

Os Pontos de Cultura da rede estadual foram selecionados pela Secult por meio de dois editais, um lançado em 2008 e outro em 2010. Os Pontos de Cultura da rede municipal estão vinculados à Prefeitura Municipal de Sobral. Já os Pontos da rede federal e os Pontões de Cultura foram implementados via editais diretamente com o Ministério de Cultura, entre os anos de 2004 e 2009.

Ressalta-se que, do total de 260 Pontos de Cultura, apenas 15 estão localizados em Assentamentos Rurais, conforme Quadro 2 – a seguir. Desses Pontos, 14 são da rede estadual, ou seja, via Secult, 8 foram implementados pelo Edital I de 2008 e 6 pelo Edital II de 2010. Apenas 1 foi Ponto Direto, via Ministério da Cultura.

São Pontões de Cultura do Ceará:

- a. Rede de memória das serras do Ceará, localizado em Guaramiranga;
- b. Pontão de Culturas de Griôs e mestres do Cariri, localizado no Juazeiro do Norte;
- c. Polo de produção de audiovisual no Ceará, localizado em Fortaleza;
- d. Terra Viva, Terra de Arte, localizado em Canindé;
- e. Margem, localizado em Paracuru;
- f. Rede Boca no Trombone – a Cultura semiárida brasileira navegando nas ondas do rádio, localizado em Fortaleza;

Quadro 2 – Distribuição de Pontos de Cultura em Assentamentos Rurais do Estado do Ceará, 2017

Assentamento		Ponto de Cultura	Município	Tipo/Edital
1	Tiracanga	Raízes da Terra	Canindé	Rede Estadual – Secult, Edital I 2008
2	Lagoa do Mineiro	Nós Artistas da Vida	Itarema	Rede Estadual – Secult, Edital I 2008
3	Maceió	Assentamento Maceió: Cultura e Ecologia	Itapipoca	Rede Estadual – Secult, Edital I 2008
4	Recreio	Criança Feliz	Quixeramobim	Rede Estadual – Secult, Edital I 2008
5	Cachoeira do Fogo	Cachoeira do Fogo: Sertão e Tradição	Independência	Rede Estadual – Secult, Edital I 2008
6	Santana	Santana Terra da Cultura	Monsenhor Tabosa	Rede Estadual – Secult, Edital I 2008
7	Barra do Leme	Cantos da Mata	Pentecoste	Rede Estadual – Secult, Edital I 2008
8	Esperança – Localidade Lagoa do Mato	Lagoa do Mato	Sobral	Rede Estadual – Secult, Edital I 2008
9	Novo Juazeiro	Nossa Vida, Nossa Arte	Independência	Rede Estadual – Secult, Edital II 2010
10	Coqueirinho	Trilhas da Liberdade	Fortim	Rede Estadual – Secult, Edital II 2010
11	Assentamento Sabiaguaba – Caetanos de Cima	Abrindo velas, Pescando Culturas	Amontada	Ponto Direto – Minc
12	Santo Antônio	Terra que se Planta e Encanta	Caridade	Rede Estadual – Secult, Edital II 2010
13	Todos os Santos	Ponto de Cultura da Casa da Reforma Agrária	Canindé	Rede Estadual – Secult, Edital II 2010
14	Mucuim	Mucuim de Todas as Artes	Arneiroz	Rede Estadual – Secult, Edital II 2010
15	Poço da Onça	Poço da Onça – Poço de Cultura	Miraíma	Rede Estadual – Secult, Edital II 2010

Fonte: Minc, 2015.

- g. Aldeia Digital, localizado em Fortaleza;
- h. Pontão da Cultura – Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, localizado em Fortaleza;

- i. Projeto travessia: instrumentalizando e aperfeiçoamento na área de Arte e Cultura, localizado em Fortaleza;
- j. Disseminação de tecnologias de gestão cultural no Nordeste brasileiro, localizado em Nova Olinda.

Do total de Pontões de Cultura do estado do Ceará, cinco estão localizados na capital, e apenas um está sediado no meio rural, o Pontão de Cultura Terra Viva, Terra de Arte, sediado no Assentamento Todos os Santos.

De acordo com Gil (2005), os Pontos de Cultura “são intervenções agudas nas profundezas do Brasil, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a Cultura local”¹³.

A implementação dos Pontões de Cultura e Pontos de Cultura é feita via Edital Público. No processo de seleção dos projetos, são levados em consideração vários critérios, entre outros: capacidade de viabilização e gestão; capacidade de desenvolvimento de novas iniciativas locais; capacidade de incorporação de outros parceiros e recursos; abrangência e alcance; atendimento de populações em áreas de alta vulnerabilidade social; indicadores de IDH (mortalidade infantil, desemprego, violência, alfabetização); idoneidade e compromisso com o programa (GIL, 2005).

A responsabilidade dos Pontões por lançar editais, implementar, acompanhar e avaliar é da esfera federal, e a dos Pontos é, desde 2008, das esferas estadual e/ou municipal. No caso do estado do Ceará, os Pontos de Cultura atualmente são geridos pela Secult-Ce.

Até janeiro de 2017, o instrumento que regulamentava o funcionamento dos Pontos de Cultura era o “convênio”, com duração de 3 anos para a efetivação de três repasses de R\$ 60.000, totalizando R\$ 180.000. Entretanto, por orientação do MinC, os convênios estão sendo aditivados e transformados em “Termos de Compromisso Cultura” (TCCs), decorrentes da vigência da Lei do MROSC, nº 13.019/2014¹⁴.

Para a Secult-Ce¹⁵ os principais desafios na implementação dos Pontos de Cultura foram dois, ambos ligados à capacitação técnica na execução de processos

¹³ Palestra de Gilberto Gil sobre Políticas Culturais no Brasil, na Universidade de Columbia, Nova York, em 21 de fevereiro de 2005.

¹⁴ Informações obtidas em entrevista a Ex-Coordenadora dos Pontos de Cultura da Secult-CE, por e-mail no dia 22 de março de 2017.

¹⁵ Idem nota 12.

burocráticos. O primeiro desafio diz respeito à capacitação dos Pontos de Cultura no tocante à execução e à prestação de contas do projeto. O segundo, a dificuldades do Estado em capacitar de forma homogênea os projetos do interior e da capital. Com isso, aqueles Pontos que tinham condições de estar na Secult buscando informações, capacitando-se, destacaram-se e foram mais beneficiados.

Nesse sentido, tomam-se como exemplos de êxito os Pontos de Cultura dos assentamentos Todos os Santos e Tiracanga; já como exemplo de enfrentamento daqueles desafios e conseqüente insucesso, o Ponto de Cultura do Assentamento Santo Antônio.

No caso dos camponeses assentados uma das dificuldades é acessar de fato as políticas culturais, onde muitas vezes a participação de mediadores fazem a diferença. Neste contexto são mediadores importantes o Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária (Pacra) e a ATER.

2.4 Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária (Pacra)

O Pacra é um projeto do Inca, implementado no ano de 2003, na Superintendência Regional do Inca SR02 - Ceará, experiência pioneira no país, atualmente reconhecida nacionalmente. O projeto tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da Cultura popular e criar oportunidades para os jovens assentados, assegurando o respeito à diversidade cultural e integrando a Cultura à dimensão do desenvolvimento humano e sustentável (BARROSO, 2005).

O Pacra surgiu a partir de uma demanda dos assentamentos ru de apoio às atividades de cunho artístico-cultural desenvolvidas nesses assentamentos. Inspirando-se na experiência do Inca-CE, ocorrida em 1995, que envolvia a identificação das atividades culturais dos assentamentos do estado do Ceará, foi realizado o I Seminário Arte e Cultura na Reforma Agrária, em 2003, tendo a participação de diversos setores interessados: assentados e assentadas de grupos artísticos, lideranças dos assentamentos, representantes dos movimentos sociais do campo, gestores e profissionais da Cultura em geral. Essa atividade apontou as áreas de atuação do projeto e as suas prioridades, o que foi o passo inicial para que esse projeto começasse a funcionar¹⁶.

Embora o Pacra seja um projeto do estado do Ceará, no ano de 2008 foi publicada uma portaria criando um Grupo de Trabalho de Arte e Cultura na Reforma

¹⁶ Informações coletadas a partir de entrevista concedida pela coordenadora do Pacra, realizada no dia 13 de julho de 2016, no Inca – Ceará.

Agrária, constituído por sete servidores do Incra que representavam as regiões do país e coordenado pelo atual responsável pelo Pacra (Incra R02), com o objetivo de articular as ações para a estruturação do projeto, de modo a torná-lo um Programa Nacional.

Apesar dos avanços em alguns estados (Goiás, Paraíba, Bahia, Minas um pouco, Rio grande do Norte) e da identificação de grande riqueza cultural (material e imaterial) e artística nos assentamentos rurais, a institucionalização do Pacra não chegou a ser realizada.

De acordo com entrevista¹⁷ concedida pela coordenação do Pacra, essa ação deveria ser conjunta com o Minc, e caminhou nesse sentido, chegando o programa a ser elaborado em acordo de cooperação técnica entre o Incra e o Minc, entretanto os trâmites burocráticos para concretização do projeto foram paralisados no governo Dilma. Com essa paralização, o grupo, criado pela portaria de 2008, desarticulou-se, embora algumas ações tenham tido continuidade de forma autônoma, como, por exemplo, o desenvolvimento do Festival de Cultura Audiovisual (de dois em dois anos).

As principais linhas de ação do Pacra são: apoio e fortalecimento das manifestações culturais e artísticas de assentamentos rurais; incentivo a intercâmbios culturais e troca de saberes; capacitação e formação dos grupos artísticos e de educadores; promoção e participação dos assentamentos em eventos culturais; apoio à formação de fóruns municipais e\ou regionais de animadores culturais; realização de mapeamento cultural; registro e publicação de materiais sobre a temática da Cultura e da reforma agrária (BARROSO, 2005).

O Pacra possui as seguintes diretrizes:

- a. Realização de ações culturais buscando as suas interfaces com o meio-ambiente, educação e comunicação.
- b. Apoio aos grupos artísticos dos assentamentos para acessar os canais de financiamento da Cultura.
- c. Divulgação da Arte/Cultura da Reforma Agrária.
- d. Fortalecimento da identidade do assentado (a) através do registro da história da comunidade utilizando as diversas linguagens.
- e. Preservação do patrimônio cultural das sementes.
- f. Estímulo à criatividade dos jovens, dando oportunidades de vivenciarem outras experiências.
- g. Realização de parcerias com Instituições Governamentais e Não Governamentais para a implementação de ações culturais nos assentamentos.
- h. Apoio à participação dos movimentos sociais do campo e entidades culturais dos assentamentos nas instâncias deliberativas das políticas culturais do Estado.

¹⁷ Idem nota 14.

- i. Apoio à luta por uma educação contextualizada nas áreas de Reforma Agrária.
- j. Atuação a partir de uma perspectiva de desenvolvimento com foco nos Territórios (PACRA, 2015).

O Pacra já atuou junto a trinta e cinco assentamentos rurais do estado do Ceará (PACRA, 2015). No Território Sertões de Canindé, desenvolveu ações diretas em oito assentamentos: Todos os Santos, Tiracanga, Ipueira da Vaca, Frazão, Monte Orebe, Transval, Nova Conquista e Umarizeiras.

O Quadro 3, a seguir, discrimina a atuação do Pacra referente à elaboração, à assessoria e à aprovação de projetos culturais nos assentamentos nesse território. Observa-se que cinco assentamentos rurais (todos localizados em Canindé) foram beneficiados: Todos os Santos, Tiracanga, Ipueira da Vaca, Monte Orebe e Frasão. Do total de vinte projetos culturais, percebe-se que as fontes de financiamento são variadas, sendo nove derivadas do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

A Coordenadora do Pacra confirma e explica:

O Banco do Nordeste foi o principal, em quantidade de acessos. Somando tudo deu uma quantidade financeira razoável, mas não é só isso, é porque ele permitiu uma capilaridade, porque era um programa claro, ele tinha uma concepção de qual era o público que ele queria atingir, o que é que ele queria valorizar, que era a Cultura a partir da questão do Nordeste, possibilitar o acesso a financiamento, ao fomento, à produção cultural de quem não tinha acesso. Então, com esses dois eixos, a gente batia. Eram valores muito pequenos, mas muito significativos, porque, também, iam diretamente pras necessidades¹⁸.

O Programa de Cultura do Banco do Nordeste foi criado em 2005, com o objetivo de democratizar o acesso aos recursos destinados ao patrocínio de ações culturais, desenvolvidas em benefício da região Nordeste, do norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo. Em 2009, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entrou como copatrocinador deste programa.

¹⁸ Idem nota 14.

Quadro 3 – Elaboração, assessoria e aprovação de projetos culturais desenvolvidos e/ou apoiados pelo Pacra no Território Sertões de Canindé, Ceará (2003-2015)

ASSENTAMENTOS RURAIS		PROJETOS CULTURAIS	FINANCIADOR
1	Todos os Santos	Projeto Todas as Vidas, Todas as Artes	BNB de Cultura
		Projeto Teatro de Rua ao Teatro da Terra: novos espaços em construção	Funart
		Projeto de circulação do espetáculo <i>A farra do Boi Carrapicho</i>	BNB de Cultura
		Projeto Teatro para Todos os Santos	Secult-CE
		Projeto de construção da Casa de Cultura Comunitária do assentamento	Projeto São José – SDA
		Projeto Sertão das Artes	BNB de Cultura
		Projeto Circuito Arte e Cultura na Reforma Agrária / Brasil	BNB de Cultura
		Projeto Escola de Teatro da Terra	BNB de Cultura – Parceria BNDES
		Projeto Circuito Cearense de Teatro da Terra	Prêmio Funarte Artes na Rua
		Ponto de Cultura Casa de Cultura da Reforma Agrária	Secult-CE
		Projeto Circulação do Espetáculo Narradores da Terra e do Fogo	Secult-CE
2	Tiracanga	Ponto de Cultura Raízes da Terra	Ministério da Cultura
		Projeto de construção da Casa de Cultura Comunitária do assentamento	Projeto São José – SDA
3	Ipueira da Vaca	Projeto Reisado da Terra	BNB de Cultura
		Projeto Cultural para os Jovens	Centro Cultural do BID
		Projeto Sertão da Tradição	Petrobrás
		Projeto Reisado Infantil Mestre Nel Ramos	BNB de Cultura
		Projeto Edital Culturas Populares	Ministério da Cultura
4	Monte Orebe	Elaboração do Projeto Brilho do Sol – o nascer da Cultura no Assentamento Monte Orebe	BNB de Cultura – Parceria BNDES
5	Frazão	Elaboração do Projeto Montagem do Espetáculo Terra Vida	BNB de Cultura – Parceria BNDES

Fonte: Pacra, 2015.

Numa página de internet do BNB, a última informação que consta sobre editais desse Programa é do dia 29 de outubro de 2014, informando que “devido a questões de natureza interna, foi adiado o lançamento do Programa Banco do Nordeste/BNDES de Cultura – Edição 2013” (BNB, 2014). Entretanto, na mesma página, tem uma chamada para a Seleção de projetos culturais 2016 incentivados pela Lei Rouanet.

Ao perguntar o porquê de o Pacra não ter mais acessado o Programa de Cultura Banco do Nordeste, a Coordenadora do Pacra respondeu que o último edital foi o de 2012, que não existe documento oficial informando o fim do Programa, entretanto, ao sair novo edital, mudaram o objetivo e a fonte do recurso. Ele explica:

Passa a ser um edital de programação dos centros culturais, ou seja, é um edital apenas para fomentar a própria circulação, programação dos centros culturais principalmente, é um edital de programação. E vai ganhar mais ponto quem botar mais dentro do BNB. Não é só pra lá, que a Caixa faz só pra lá, é para os centros dele. Já o do BNB não, é mais amplo, mas o recurso é Lei Rouanet, um recurso da isenção fiscal, não é mais recurso de investimento e, os critérios são outros, aí são critérios de visibilidade ao Banco, de qualidade artística, de renome. A gente fez um esforço enorme, mesmo assim não deu certo, a gente sentou com o Sérgio de Carvalho, outro parceiro nosso de tudo é a Companhia do Latão, de São Paulo, aí eu liguei pra Sérgio, mandei o edital pra ele, nós fizemos um projeto juntos com a Companhia do Latão e com o assentamento, eles viriam fazer formação dos meninos, fariam uma apresentação no Banco. Uma coisa mista, entre atender os critérios deles, e a Companhia do Latão, que é a Companhia do Latão, e a gente não passou. O interesse passou a ficar neles mesmo né? Potencializar eles e num tipo de arte que se enquadra dentro dos critérios de mercado e que dê visibilidade ao Banco²⁰.

Com essa alteração de foco no Programa de Cultura do BNB, os assentamentos rurais deixam de ser públicos dos editais, o que reduz as possibilidades quanto aos agentes financiadores, restringindo ainda mais a viabilidade de financiamento com a finalidade de desenvolvimento de projetos culturais para camponeses.

As ações de maior impacto realizadas pelo Pacra foram: apoio e parceria na implementação de dez Pontos de Cultura em assentamentos rurais (Tiracanga, Lagoa do Mineiro, Barra do Leme, Cachoeira do Fogo, Santana, Todos os Santos, Mucuim, Poço da Onça e Coqueirinho)²¹; ações em rede buscando potencializar as áreas de Teatro e Comunicação, com implementação do Teatro da Terra (com apoio da CIA do Latão); implementação da Rede Audiovisual do Campo, com a produção de nove documentários inéditos; Projeto Sertão da Tradição, que foi financiado pela Petrobrás (produção de material de áudio, cordel e livro) sobre 4 Reisados do estado do Ceará²².

No Quadro 4 observa-se que as ações de formação realizadas pelo Pacra são as mais variadas, tanto no tipo de capacitação (seminários, cursos de formação, oficinas, intercâmbios) quanto no segmento (música, teatro, dança, produção audiovisual, política, ambiente).

²⁰ Idem nota 14.

²¹ Além dos seis assentamentos, que foram beneficiados com Ponto de Cultura com apoio e parceria do Pacra, existem outros quatro assentamentos rurais no Estado do Ceará beneficiados com Ponto de Cultura, a saber: Assentamento Santo Antonio (Caridade), Assentamento Novo Juazeiro (Itapipoca) implementado com o apoio de ONGs que realizavam o serviço de ATER vinculados ao Incra; Assentamento Maceió (Itapipoca) e Assentamento Caetanos (Amontada).

²² Idem nota 14.

Quadro 4 – Ações de formação desenvolvidas e/ou apoiadas pelo Pacra no Território Sertões de Canindé, Ceará (2003-2015)

ASSENTAMENTOS RURAIS		AÇÕES DE FORMAÇÃO
1	Todos os Santos	I e II Seminário Estadual de Arte e Cultura na Reforma Agrária
		14º Cine Ceará
		XIX Escambo de Teatro e Artes de Rua
		XXI Escambo de Teatro e Artes de Rua
		Curso Organização, Cultura e Política
		Curso de Comunicação e Audiovisual
		Oficina de contação de histórias e apresentação do espetáculo <i>Cantos, contos e brincadeiras</i> – Realização: Felícia Fleck – Parceria Pacra
		Inserção dos jovens do assentamento no Projeto de Constituição de Comunicadores Populares da Reforma Agrária – Realização Acartes, parceria Pacra
		Intercâmbio com o Grupo Galpão/Belo Horizonte-MG
		Intercâmbio com a Cia do Latão/São Paulo-SP
		Assessoria na programação mensal da Casa de Cultura da Reforma Agrária
		Coordenação Pedagógica da Escola de Teatro da Terra
		Curso Ecologia dos Saberes – Módulo I: Colonialidade do Poder
2	Tiracanga	II seminário da Arte e Cultura na Reforma Agrária: Cidadania e Desenvolvimento
		XXI Escambo de Teatro e Artes de Rua – Icapuí-CE
		Oficinas de Dança Contemporânea – Incra/SDT
		Intercâmbio da VI Bienal Internacional de Dança do Ceará;
		Curso de contação de histórias e apresentação do espetáculo <i>Cantos, contos e brincadeiras</i> – Realização: Felícia Fleck – Parceria Pacra
		Organização, Cultura e Política
		Curso de Comunicação e Audiovisual
		Inserção de atividades do Pontão de Cultura Terra Viva, Terra de Arte, com a montagem do espetáculo – <i>20 Anos sem Gonzaga, 20 Anos sem a Sanfona de Ouro</i>
		Inserção dos jovens do Assentamento no Projeto de Constituição de Comunicadores Populares da Reforma Agrária – Realização parceria Pacra – em execução
3	Ipueira da Vaca	Intercâmbio cultural no assentamento Cachoeira do Fogo, com a participação do Reizado Zé Augusto – Independência-CE
		Oficina de música
		Oficina de Literatura de cordel
		Oficina de Dança;
		Oficina de canto coral.
4	Monte Orebe	Participação nas ações da Escola de Teatro da Terra
		Acompanhamento Pedagógico com o facilitador Jonas de Jesus
5	Transval	Oficinas de Dança Projeto Arte, Cultura e Comunicação Fortalecendo os Territórios da Cidadania
		Oficinas de Dança – parceria Acartes/SDT
6	Frazão	Realização de oficina de teatro do Oprimido – parte da programação da Etapa II do II Encontro da Periferia e do Campo – Parceria Nós de Teatro
		Mostra 10 anos de Arte e Cultura na Reforma Agrária – Centro Dragão do mar – Fortaleza-CE.
7	Umarizeiras	Oficinas de Dança Projeto Arte, Cultura e Comunicação Fortalecendo os Territórios da Cidadania
		Oficinas de Dança – parceria Acartes/SDT

Fonte: Pacra, 2015.

Conforme esse quadro, os assentamentos rurais do Território Sertões de Canindé beneficiados pelas ações de formação desenvolvidas e/ou apoiadas pelo Pacra

foram: Todos os Santos, Tiracanga, Ipueira da Vaca, Frazão, Transval, Monte Orebe e Umarizeiras.

Dos oito assentamentos com atuação do Pacra no Território Sertões de Canindé, destacam-se dois, inseridos como recorte da pesquisa: Todos os Santos e Tiracanga.

O Pacra tem sido indiscutivelmente um dos grandes mediadores responsáveis pelo acesso dos camponeses às políticas e aos projetos de cunho cultural, como pode ser verificado pelas informações citadas e reconhecidas pelos próprios assentados, conforme entrevistas abaixo.

Assim, a gente sempre tem colocado que o Pacra veio mais pra fortalecer as nossas raízes, não deixar morrer esse trabalho artístico cultural, ele tem sido esse apoio forte, tem sido suporte para as comunidades do campo porque muitas vezes a gente fica se perguntando por que não tem um projeto voltado e o Pacra veio com todo esse apoio, esse suporte para fortalecer as culturas dos assentamentos rurais (Coordenadora do Ponto de Cultura da Casa de Cultura da Reforma – entrevista concedida em outubro de 2016).

Há anos, percebia-se que não havia uma reflexão sistematizada e aprofundada sobre o que é Cultura nos assentamentos rurais, nem tampouco havia o entendimento da dimensão do que isso poderia proporcionar. Sobre essa questão, a coordenação do Pacra faz a seguinte colocação:

A gente sempre fez mapeamento, PDA, só que os PDA nunca pensaram na Cultura. Eu acho que a gente teria que ter um mergulho, uma visão mais ampla desses processos, incluindo essa dimensão, porque isso vai repercutir muito em toda forma deles de organização. Por exemplo, Canindé, eles compraram uma briga com o Inca há vinte anos, eu não compreendia que naquele momento eles tavam travando uma briga cultural, não. Por trás daquilo é uma briga cultural que foi pra manter as casas no lugar que elas estavam. Então o modelo do assentamento é um modelo imposto. Hoje pode até ser que todo mundo queira mesmo morar em agrovila, mas no momento em que o Inca e os movimentos fazem esse acordo pelas agrovilas, ela é motivada a partir de uma lógica racional, que é de te facilitar, pra nós faz todo o sentido, facilitar o seu acesso aos bens, à energia, água, fica tudo mais fácil. Mas não é a lógica do campo. Outra questão também que eu digo que não tinha compreensão, a visão dessas pessoas como potência, capacidade criativa do que eles sabem fazer.

Como pode ser apreendido, o próprio Inca, enquanto instituição, não tinha o entendimento da dimensão da importância da Cultura. Essa realidade se estende para todo o contexto em que a maioria das organizações públicas e privadas tinha como visão

de desenvolvimento apenas o crescimento econômico. Hoje já é possível ter uma compreensão melhor sobre o papel da dimensão cultural no desenvolvimento e saber o quanto esta é fundamental para alcançar esse papel.

Nesse sentido, compreende-se a importância do Pacra como agente mediador, facilitador entre o Estado e os camponeses assentados, pois, através do Pacra, as políticas e os projetos culturais de forma geral têm chegado ao campo. O Pacra, mesmo sem ter sido institucionalizado enquanto programa, com quadro de funcionários delegados especificamente para esse fim, tem contribuído no processo desde a captação de projetos culturais até a implementação e o desenvolvimento deles, o que tem sido para muitos assentados a “luz no fim do túnel”. O que pode ser confirmado no relato a seguir:

Ele [Pacra] abriu nossas portas, a gente não era reconhecido e graças a ele, hoje a gente é reconhecido em vários lugares, já teve pesquisa em todo canto. Veio uma pessoa de Brasília fazer uma pesquisa sobre o Ponto de Cultura e tem gente aqui da região que não conhece e veio gente lá de Brasília fazer a entrevista comigo pra perguntar a questão do Ponto de Cultura como funciona. A gente agradece muito [...] (Coordenadora do Ponto de Cultura Raízes da Terra – entrevista concedida em setembro de 2016).

[...] um grande parceiro que a gente descobriu foi o Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária, dentro do Incra. A partir dessa parceria com eles tudo começou a melhorar pra gente. Então assim, as dificuldades foram essas, era somente a gente no início, não tinha muito apoio de nada, mas aí com o passar do tempo, foram surgindo as oportunidades (Integrante do Grupo de Teatro Carrapicho 3 – entrevista concedida em junho de 2017).

Conforme trecho de entrevista acima e observação em trabalho de campo, há o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo Pacra nos assentamentos rurais, onde o projeto ocorre de forma clara e espontânea, reiterando a importância do programa na configuração das políticas culturais no campo.

3 CULTURA(S) NOS SERTÕES

3.1 Três histórias de “morada da vida”

O termo “morada da vida”, utilizado no título deste capítulo, faz referência à obra de Heredia (1979), *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos agricultores do Nordeste do Brasil*, na qual é feita uma análise sobre a organização interna de unidades de produção camponesa. O termo é justificado logo no prólogo da obra citada, onde a autora transcreve uma entrevista de um pequeno agricultor, registrada a seguir:

A terra é morada da vida, tudo se acaba, mas a terra não. Toda a herança que o pai deixa no fim da vida, a viúva fica aflita mas eles sabem que a terra não se acaba, passa para os netos, para os bisnetos. Toda a riqueza sai da terra. [...] A terra luta, luta mas tem que estar em cima dela, ali a gente tira para comer, para vestir, então é da terra mesmo. Não pode haver fortuna sem haver terra [...] (HEREDIA, 1979, p. 11).

A fala do camponês revela o significado da terra para ele e sua relação íntima extremamente forte com ela. A terra é onde ele vive e de onde tira o sustento. A terra é a vida, a terra é tudo, para além de uma questão de capital, daí a não dissociabilidade entre a unidade de produção e a unidade de consumo. Na terra estão a casa e o roçado, onde ao mesmo tempo se vive, trabalha, produz e consome.

A terra é tida “como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor” (WOORTMANN, 1990, p. 2). Ou seja, a terra não é vista como mercadoria, e sim como patrimônio.

Carvalho e Costa (2012) apontam elementos considerados essenciais na especificação do “ser camponês”. Primeiro, a representação e o papel da família, a predominância do trabalho familiar direto. Segundo, o acesso aos recursos naturais e a relação da família com a natureza, a produção e a reprodução de saberes sobre a sua relação com a natureza e formas de transformação produtiva. Terceiro, os diferentes modos e formas históricos de apropriação da terra. Quarto, a presença de um território de uso comunitário dos recursos naturais. Quinto, a produção e a extração para o autoconsumo e para os mercados. Sexto, as formas de integração institucional (social, política, cultural, religiosa) que definem os valores e as normas de comportamento que as famílias vivenciam.

Sobre o papel da família, destaca-se sua importância tanto para a produção (agropecuária, extração ou artesanato) – já que o campesinato tem o trabalho familiar e

o uso enquanto valores das bases da organização da produção – quanto para a própria reprodução do camponês. Para Eliot (2013), os membros e as famílias devem preservar a Cultura do grupo. O autor destaca que a família é o meio primário de transmissão de Cultura, provavelmente o “canal” mais importante de transmissão de Cultura, embora não seja o único.

Seja o camponês um sujeito social histórico (indivíduo), seja o campesinato uma classe social (grupo), ambos são imbuídos de Cultura e se (re)produzem no espaço. Eliot (2013, p. 36) ressalta que “a Cultura do indivíduo não pode ser isolada da do grupo, e que a Cultura do grupo não pode ser abstraída da sociedade inteira”. Para o autor, a classe tem como função preservar e comunicar padrões de maneiras, que são um elemento fundamental na Cultura de grupo.

Freire (2001) explica que o ser humano se torna o que é reinventando-se, experimentando, lidando com a relação entre o que herda e o que ganha ou contrai do contexto social que cria e que o recria. Esse ser histórico e cultural, que não pode ser explicado exclusivamente pela biologia ou pela genética, também não pode ser explicado somente pela Cultura.

Nesse contexto, compreende-se o campesinato enquanto classe social. Shanin (1983) a intitula de “classe incômoda”, que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise. Esse autor, considera o campesinato não como um portador de características de uma “matriz geral”, “[...] mas um grupo social que existe na consciência direta e na ação política de seus membros” e deve ser compreendido como “[...] ator e sujeito da história social” (SHANIN, 1983, p. 70).

O campesinato é heterogêneo, devendo ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades, reações e interações com o contexto social mais amplo (SHANIN, 2005). Nessa perspectiva, o campesinato alude a uma variedade de configurações sociais abalizadas na relação de trabalho familiar e formas diferentes de acesso à terra, como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário, o assentado, entre outras denominações. Nesta tese, o camponês estudado é o assentado, independentemente do mecanismo utilizado na intervenção fundiária (desapropriação por interesse social ou compra e venda).

Ao falar do sujeito camponês assentado, remete naturalmente compreender do que se trata um assentamento rural, já que primeiro cria-se o assentamento e ao camponês ser morador deste passa ser assentado.

Bergamasco; Norder (1996, p. 9) definem assentamentos rurais, de forma genérica, “como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”. Destacam ainda que os assentamentos remetem “a fixação do trabalhador na agricultura, envolvendo também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e a vida comunitária” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 9).

O assentamento rural é tanto ponto de chegada quanto ponto de partida. Ponto de chegada porque representa “possibilidades de mobilidade e integração social na qual se empenham os diversos movimentos sociais rurais, no processo de luta pela posse pela terra” (LEITE et al., 2004, p. 20). Ponto de partida devido ao trabalhador rural beneficiado “buscar, já num patamar diferenciado, implementar projetos tecnoprodutivos, praticar uma nova sociabilidade interna aos núcleos de reforma agrária e inserir-se num jogo de disputas visando sua reprodução (sobretudo na sua relação com o Estado)” (LEITE et. al., 2004, p. 20).

Desse modo, o assentamento rural é um território onde vivem as famílias assentadas, onde ocorrem as relações cotidianas, a criação dos filhos, as assembleias das associações, o encontro, o lazer, a produção (o plantio, a colheita). É onde ocorre a prática vivida. Como território, é embutido de contradições, tensões, sonhos, esperanças e expectativas, possuidor de uma Cultura material e imaterial.

Haesbaert (2004), ao abordar o território na perspectiva idealista, reforça a sua dimensão enquanto representação, valor simbólico. Para o autor, ao falar em territorialidade estaria se dando ênfase ao caráter simbólico, ainda que este não fosse o elemento dominante e muito menos esgotasse as características do território. O território carrega sempre uma dimensão simbólica, ou cultural de forma estrita, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política. Contudo, o território deve ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (da sociedade com a própria natureza).

Assim, de acordo com Simonetti (1999),

O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar da *produção*, mas também o lugar da *realização da vida*. (...) E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles creem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua Cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico (SIMONETTI, 1999, p. 70-71).

A partir da implantação dos assentamentos, a vida dos assentados assume uma nova dinâmica, surgem novos espaços e redes de sociabilidade, refazem-se e reconstroem-se os antigos, e estabelece-se uma nova dinâmica na relação para fora do assentamento, na interação com as cidades e com o poder público municipal, e uma nova inserção política local (LEITE et al., 2004).

Segundo Freire (1981, p. 24) “no assentamento, palavras, expressões e hábitos que compunham a Cultura e abarcavam uma compreensão do mundo, típica da estrutura latifundiária, tendem a ir esvaziando-se de sua antiga força”. Para este autor, o assentamento deve ser compreendido para além de uma unidade de produção, ou seja, deve ser entendido também como unidade cultural.

Vasconcelos (2014) ressalta que no interior dos assentamentos estão inclusas relações contraditórias não só do processo de apropriação do espaço, mas também do nível de identidade e dos sentimentos de pertencimento ao novo local. A identidade é construída a partir de subjetividades individuais e coletivas, e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento. A identidade exerce papel importante na articulação interna do assentamento, porque vai dar o sentido de pertencimento ao coletivo, a determinado grupo social.

Os assentamentos rurais Todos os Santos, Tiracanga e Santo Antônio localizam-se no Território Sertões de Canindé, no estado do Ceará. Os dois primeiros no município de Canindé, e o terceiro em Caridade.

Em 2004, foi publicada uma obra de grande relevância para a questão agrária, intitulada *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*, pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) e coordenada por profissionais do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e do Núcleo de Antropologia da Política (Nuap). Nesta pesquisa, como recorte geográfico, foram selecionadas seis áreas, as quais receberam a denominação de

“manchas de concentração de projetos”. Destaca-se que a mancha do Sertão do Ceará foi composta pelo estudo de 38 assentamentos rurais localizados em quatro municípios: Madalena, Canindé, Quixadá e Santa Quitéria. Dentro dessa amostra, estão inseridos os assentamentos Todos os Santos e Tiracanga. A pesquisa apresenta vários elementos que rompem com a ideia de fracasso dos assentamentos rurais; revelam, pelo contrário, melhoria na qualidade de vida dos agricultores que foram assentados, reforçando, por meio de dados e informações, a necessidade de debater sobre a reforma agrária e as políticas públicas voltadas para o meio rural brasileiro.

No relato abaixo, de um assentado, percebe-se a forte relação que ele tem com a “liberdade” e com a conquista da terra pelo fato de se sentir digno por ter uma moradia e terra para trabalhar e tirar seu sustento.

Aqui (assentamento) não, aqui eu tive minha liberdade, graças a Deus até hoje, eu cheguei com a família tudo pequeno, oito filho. Primeiro construí uma barraca, antes de ser construída a casa, hoje eu me sinto num palácio porque eu vivia num barraco. Às vezes dizem, “a minha casa não é boa porque não tem cerâmica, azulejo...”, a minha pra mim é um palácio, não tem preço, muito agradecido a Deus, primeiramente e às autoridades que veio o dinheiro pra fazer. Hoje eu vivo aqui sossegado, graças a Deus, apesar de não ter mais saúde, trabalhei bastante, ainda hoje eu trabalho, eu só deixo de trabalhar quando eu morrer, vou devagarzinho, mas vou (Assentado sócio da Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos I – entrevista concedida em dezembro de 2016).

Para Alencar (2000), a concentração de assentamentos rurais nos sertões do estado do Ceará não se deve ao fato de essa região corresponder a 70% do território do estado. Para o autor, as causas dessa concentração foram o “processo de ocupação do território, a importância econômica, política e social, as lutas por terras, a escassez dos créditos rurais subsidiados, as estiagens, o empobrecimento dos solos e a ‘oferta’ da terra pelos proprietários rurais” (ALENCAR, 2000, p. 5).

No final da década de 1960 e início de 1970, no estado do Ceará, a região do sertão passou por um forte processo de expulsão dos moradores parceiros das grandes fazendas, culminando em vários conflitos e lutas pela terra. Estiveram presentes, com papel fundamental no apoio e na orientação aos trabalhadores rurais, a Igreja Católica, através do movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado

do Ceará (Fetraece), com alguns Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) (BARREIRA; ALENCAR, 2007).

Na década de 1970, o município de Canindé se destaca em relação à questão agrária, tornando-se, ao longo das últimas décadas do século XX, referência no cenário da luta pela reforma agrária. Foi palco de vários conflitos e de luta pela terra, dentre os quais o da Fazenda Japuara. Tal fato levou, entre outras questões, à ampliação do número de assentamentos rurais no município. Entretanto constata-se que, mesmo assim, Canindé possui estrutura fundiária desigual²³, sendo o município do Brasil com o maior número de assentamentos rurais, totalizando 62 (estaduais e federais)²⁴.

Segundo Molina e Sá (2012), as lutas para garantir os direitos dos trabalhadores, entre eles o direito à terra, amplia a consciência e tem duas implicações: forma os próprios trabalhadores e expande a sua consciência. Além disso, a sociedade avança a sua concepção sobre esses trabalhadores como sujeitos portadores de direitos. As lutas vivenciadas pelos sujeitos coletivos do campo desencadeiam mudanças no imaginário da sociedade, abrindo caminho para novas modificações a serem realizadas e estabelecidas no âmbito da garantia real desses direitos.

Barreira e Alencar (2007) também destacam que o processo de luta tem relevantes efeitos na forma de uso e de exploração das áreas assentadas, como as "formas mistas" de exploração (roçados individuais e coletivos), a importância das associações dos assentados na gestão das ações econômicas e políticas dos assentamentos, possibilitando ao assentamento obter crédito e financiamento, mas fundamentalmente ao assentado surgir como sujeito de demandas sociais e políticas.

É preciso compreender, entretanto, a diferença entre luta pela terra e luta pela reforma agrária. No Brasil, de acordo com o artigo *Brasil: 500 anos de luta pela terra*, de Fernandes (1999), a luta pela terra sempre existiu, do início da colonização até os dias atuais, e é uma luta mais específica. Já a luta pela reforma agrária é recente, se comparada ao processo de formação do latifúndio e da luta pela terra mais ampla envolvendo toda a sociedade. Essa luta pela reforma agrária ganhou força com o advento das organizações políticas camponesas, principalmente desde a década de cinquenta, com o crescimento das Ligas Camponesas. O primeiro projeto de reforma agrária do Brasil, o Estatuto da Terra, elaborado no início da ditadura militar, não foi

²³ Para aprofundamento sobre a estrutura fundiária de Canindé, verificar Silva (2010).

²⁴ Os assentamentos contabilizados são os Assentamentos do Governo Estadual (Idace), Assentamentos Federais (Incrá), Assentamentos do Projeto Cédula da Terra, Assentamentos do Programa Proterra (SILVA, 2010).

implantado a favor de uma mudança na estrutura fundiária. “A luta pela reforma agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela reforma agrária” (FERNANDES, 1999, p. 9). De acordo com Fernandes (1999), a reforma agrária é uma política pública possível de solucionar o problema fundiário, mas que nunca foi de fato implantada.

Nesse sentido, é fundamental saber que no Brasil, de maneira geral, existem mecanismos de intervenção fundiária de política de “reforma agrária” utilizados pelos governos federal e estadual como: a compra e venda de terra e a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Dois instrumentos antagônicos, criados em contextos políticos e econômicos diferentes (ALENCAR, 2006).

Os assentamentos Todos os Santos e Tiracanga foram criados por meio da desapropriação por interesse social pelo governo federal, já no Assentamento Santo Antônio o instrumento utilizado foi a compra e venda, por meio do Programa da Reforma Agrária Solidária – Cédula da Terra, do governo estadual. Esse programa compõe, juntamente com outros programas²⁵, a intitulada, “reforma agrária de mercado”, uma política de intervenção na área rural, que mercantilizou a questão agrária, desmobilizando os movimentos sociais de luta pela terra, e divulgou a concepção neoliberal do Banco Mundial, referente ao acesso à propriedade privada da terra (OLIVEIRA, 2005).

Alencar (2006) levanta a reflexão acerca da distinção entre os camponeses beneficiados por meio do instrumento da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, o camponês-assentado, e o instrumento compra e venda, o camponês-comprador. Embora seja previsto que ambos os camponeses deverão pagar pela terra, o camponês-comprador de terra mantém uma relação com o banco regida por um contrato jurídico de financiamento, segundo o qual o imóvel financiado fica hipotecado em primeiro grau até a quitação plena da dívida. Além disso, o camponês-comprador não passou pelas lutas, ocupações e pelos acampamentos, pelas quais geralmente o camponês-assentado passou (ALENCAR, 2006).

O Território Sertões de Canindé abrange uma área de 9.099,20 km² e é composto por seis municípios: Canindé, Caridade, Paramoti, Madalena, Itatira e Boa Viagem. Conta com uma população absoluta de 191.706 habitantes e apresenta uma densidade demográfica média de 56,08 hab/km². Do total de habitantes, 99.007 pessoas,

²⁵ Os Programas de compra e venda correspondem a: Reforma Agrária Solidária do Projeto São José, Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural.

que equivalem a 51,46%, residem na zona urbana e 92.699 ou 48,35% residem na zona rural (IPECE, 2010).

Segundo a Tabela 3, observa-se que apenas dois dos seis municípios apresentados têm população urbana superior à rural: Canindé, que tem 60,09%, e Caridade, com 53,71%. O município com maior concentração de pessoas na área urbana é Canindé, com 60,09%, enquanto a maior concentração de pessoas na área rural se dá no município de Madalena, com 63,47% (IPECE, 2010).

Tabela 3 – Demografia da população recenseada, por situação do domicílio e sexo, segundo os municípios do Território Sertões de Canindé, Ceará, 2010

Município	População Residente				
	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres
Boa Viagem	52.498	26.604	25.894	26.340	26.158
Canindé	74.473	46.875	27.598	36.912	37.561
Caridade	20.020	11.523	8.497	10.124	9.896
Itatira	18.894	9.522	9.372	9.589	9.305
Madalena	18.088	8.915	9.173	9.083	9.005
Paramoti	11.308	5.540	5.768	5.814	5.494
Total	191.706				

Fonte: Ipece, 2010. Organizado pela autora.

O Território insere-se no Domínio Semiárido do Brasil, também chamado de Domínio Fitogeográfico da Caatinga. O Semiárido ocupa cerca de 840.453 km², abrange cerca de 10% do território nacional, localiza-se no Nordeste do País (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e no norte de Minas Gerais (IBGE, 2004). Tem como tipo de vegetação principal a caatinga, uma vegetação espinhosa e decídua, variando no porte de arbórea a arbustiva e que ocorre predominantemente sobre os solos rasos e pedregosos da depressão sertaneja (MORO, 2013). Essa região caracteriza-se também por baixos níveis de umidade, escassez e irregularidade das precipitações durante o ano, carência hídrica, solos parcialmente salinos, solos carbonáticos e rios intermitentes (AB'SABER, 1999). O clima é quente e se constitui por duas estações definidas, uma seca e outra chuvosa.

É importante lembrar que a natureza não determina, mas influencia a Cultura. Laraia (1986 p. 24) diz que “as diferenças existentes entre os homens não podem ser explicadas em termos das limitações que lhes são impostas pelo seu aparato biológico ou pelo seu meio ambiente”, desmistificando o conceito de Cultura sob a ótica do determinismo biológico e geográfico.

Se o modo de vida é parte da Cultura, “é de esperar que a Cultura camponesa varie segundo diferenças ecológicas, além das sociais; diferenças no ambiente físico implicam diferenças na Cultura material e estimulam também diferentes atitudes” (BURKE, 1989, p. 57). Exemplo disso são as diferenças culturais entre comunidades rurais do litoral e comunidades rurais do sertão.

Canindé abrange uma área de 3.218,42 km², e é constituído de 10 distritos, além da Sede: Bonito, Caiçara, Campos, Capitão Pedro Sampaio, Esperança, Iguaçu, Ipueiras dos Gomes, Monte Alegre, Salitre, Targinos. O município conta com uma população absoluta de 74.473 habitantes, apresenta uma densidade demográfica média de 23,14 hab/km² (IBGE, 2010), e tem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,612, ocupando a 94^a posição no ranking nacional. Aproximadamente 22.759 habitantes, ou seja, 30,56% da população vivem em situação de extrema pobreza, dos quais 46,79 % moram na zona rural (IPECE, 2014a).

Outra marca desse município é a expressividade dos movimentos religiosos; é lá onde é realizada uma das maiores romarias do Brasil em homenagem a São Francisco de Assis. Anualmente, nos meses de setembro e outubro, milhares de romeiros visitam Canindé para homenagear São Francisco de Assis, movimentando consideravelmente o turismo religioso. Essa manifestação religiosa envolve a participação de moradores da cidade e do campo, além de pessoas de todo o Brasil.

A Estátua de São Francisco de Assis, a Basílica, a Praça do Romeiro, a Casa dos Milagres, compõem a denominada Cidade de Assis, pontos visitados pelos romeiros que vão à cidade de Canindé. Além desses equipamentos, a cidade ainda dispõe de um amplo anfiteatro, com capacidade para cento e dez mil pessoas, onde geralmente ocorrem o novenário (setembro/outubro) e a coroação de Nossa Senhora (no mês de maio).

Já Caridade abarca uma área 846,373 km², e é constituído por três distritos além da Sede: Inhuporanga, Campos Belos e São Domingos. O município conta com uma população absoluta de 20.020 habitantes e apresenta uma densidade demográfica média de 23,65 hab/km² (IBGE, 2010). O IDH, de 0,592, ocupa a 149^a posição no

ranking nacional. Aproximadamente 5.943 habitantes, ou seja, 29,69% da população vivem em situação de extrema pobreza, dos quais 36,55% moram na zona rural (IPECE, 2014b).

Caridade também possui expressividade religiosa. Embora em proporção menor, a comemoração e os eventos em torno do padroeiro Santo Antônio de Pádua, no mês de junho, envolvem a maioria dos habitantes do município.

3. 1. 1 Narradores da Terra de Fogo: a conquista da Terra do Assentamento Todos os Santos

O Assentamento Todos os Santos foi criado em 1995 e localiza-se no distrito de Uiraçu do município de Canindé, a aproximadamente vinte quilômetros da sede de Canindé e cento e vinte e cinco quilômetros de Fortaleza. Possui uma área de 3301,13 hectares, onde são cadastradas noventa e três famílias²⁶ no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). O acesso é pela rodovia CE-257, que liga Canindé ao município de Santa Quitéria.

Antes de ser desapropriada e se tornar um assentamento rural, a área pertencia a Hermínio de Moraes, do Grupo Votorantim, e era utilizada para a extração de madeira para produzir carvão. A História da desapropriação foi reconstruída no roteiro do espetáculo *Narradores da Terra e do Fogo*, em que jovens apresentam de forma lúdica a repressão sofrida por trabalhadores da fazenda, bem como os desafios enfrentados no início do assentamento, como a degradação da terra, a falta de moradias e escola, conforme relatos a seguir:

“No começo foi um sufoco muito grande, não tinha habitação, era uma coisa desabitada, só tinha raposa nos caminho que a gente via e era um deserto aqui. Não se ouvia falar em escola, nada” (Assentado sócio da Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos I – entrevista concedida em dezembro de 2016).

A notícia que eu tenho do nosso assentamento é que foi uma realidade e um sonho que nós trabalhadores tinha de morar numa terra que não fosse de patrão. Melhorou muito a situação de cada um, pra nós vim pra cá teve que tá numas barraca, recebendo uma ajuda do Incra pra tá nas barraca, enquanto as casa ia sendo feita. Não era muito animado, uma hora tava no sol, tava na chuva, mas graças ao meu pai do céu, agradeço a Deus por ter essa oportunidade. Outra coisa que eu sempre guardo na minha lembrança, vim

²⁶ Dado retirado do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária do Incra, Relação de Beneficiários do Assentamento Todos os Santos, município de Canindé. Data: 30/06/2016.

pra esse assentamento em intermédio de outras pessoas como o sindicato, o MST, o próprio Incra também, não fez questão porque nós viemo já com a terra ganha. A minha vida, às vezes em reunião eu digo assim, o meu assentamento, tem gente que não... porque aonde eu ando falando do nosso assentamento. Agora, depende também dos trabalhador, quando vai pra um assentamento trabalhar, crescer a vida, continuar, pagar seus débito e ele ter essa segurança porque senão ele vai pra um assentamento e volta numa pior (Presidente da Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos I – entrevista concedida em dezembro de 2016).

Entrevistas e conversas informais revelam que, superado obstáculos como a falta de terra para trabalhar; as condições de trabalho; a submissão do trabalhador ao patrão, mesmo com limitações atuais, como a convivência com a seca e a não satisfação com as políticas públicas (de saúde, Educação, sociais, entre outras) o camponês assentado é grato por ter acesso à terra, para viver e trabalhar. Satisfação esta que corrobora com apontamentos feitos anteriormente por Simonetti (1999), Leite et al., (2004) e Vasconcelos (2014).

[...] quando eu disse que achei bom o assentamento porque tenho direito é porque nós deixemo de ser mandado dos patrão. Segundo, nós não tem mais liberdade porque nós enfrenta muita seca, muito tempo que não dá os nossos legume, nós planta milho e feijão e o inverno não ajuda. Mas se nós tivesse uns inverno bom, se os político pudesse ajudar, o município olhar o trabalhador, tava muito bom porque eu achei bom, aqui eu acabei criando meus filho, hoje já tenho meus neto em volta deu, tenho meus amigo em volta deu, eu acho união no assentamento. (Presidente da Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos I – entrevista concedida em dezembro de 2016).

Um fato marcante da história do assentamento foi o alto nível de analfabetismo constatado no início da implantação do assentamento. A Educação desde o início tem sido o impulsionador para buscar novas oportunidades de desenvolvimento, conforme citação a seguir de uma liderança do Assentamento Todos os Santos.

[...] a gente veio morar no assentamento aonde eu fiquei surpresa quando cheguei, aonde quase que 80% das pessoas eram analfabetas porque nunca tinham tido uma escola, passando de geração em geração e nunca tiveram uma escola. A primeira escola passou a existir aqui depois do assentamento. Eu fiquei desesperada quando cheguei, o primeiro dia de reunião foi uma reunião à noite, quase que pra assinar a declaração das pessoas, não sabia, mulheres não tinham documento, era uma história muito complicada. Foi muito complexa a história daqui. A melhor forma de educar, de passar, foi através da arte, de passar esse recado. Hoje a gente é feliz porque nós temos já várias pessoas formadas em todas as áreas [...] (Coordenadora do Grupo de Teatro Carrapicho/Vice-presidente da Associação dos Pequenos

Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos I – entrevista concedida em maio de 2017).

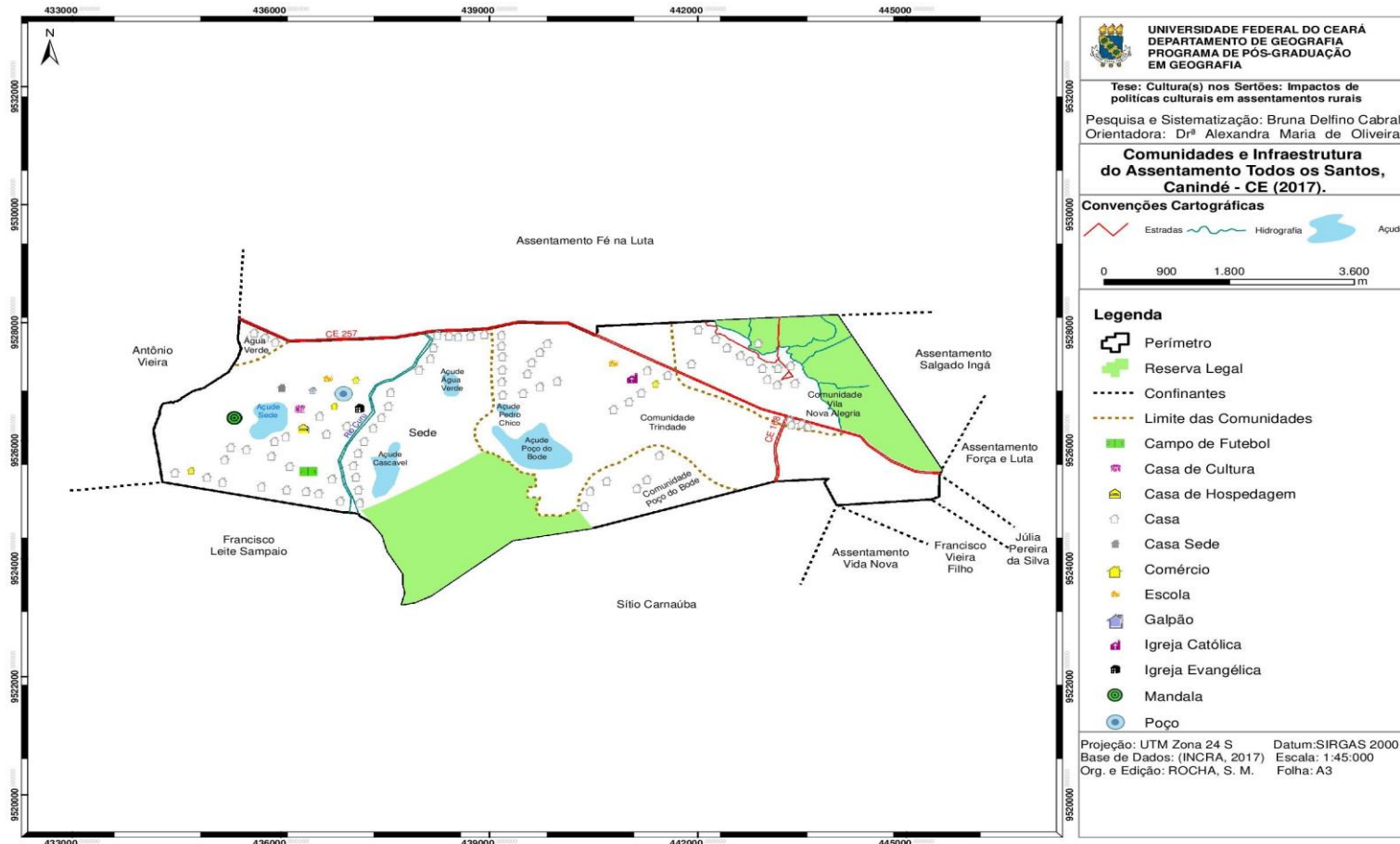
A sabedoria popular de uma liderança, logo nas primeiras reuniões, fez a diferença, pois, a partir dessa situação, um grupo pequeno (de três pessoas) se organizou e iniciou a luta por acesso à Educação. Após várias visitas à Prefeitura de Canindé reivindicando a construção de uma escola, o grupo conseguiu a construção de uma sala e a contratação de uma professora. Mesmo sem o básico para o funcionamento de uma escola, como material didático, cadeiras, merenda, a semente da escola foi plantada. Isso somente foi possível devido a doações e à cooperação de pessoas da comunidade, que ainda ofereciam merenda, estimulando as crianças a não desistirem dos estudos. A ideia deu certo, e com o passar dos anos a prefeitura construiu uma escola.

O assentamento está organizado por meio de duas associações: a Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos I e a Associação dos Trabalhadores do Assentamento Todos os Santos. A primeira está vinculada à Fetraece, e a segunda está ligada ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST). Embora as associações tenham bom relacionamento, elas não costumam realizar reuniões e tomarem decisões em conjunto: cada uma funciona independentemente da outra, talvez devido à distância entre as comunidades onde são sediadas.

O Assentamento Todos os Santos está organizado em 5 (cinco) comunidades (Figura 7): Sede, Trindade, Água Verde, Vila Nova Alegria e Poço do Bode, e possui sua Área de Reserva Legal corresponde a 660,2263 hectares (INCRA, 2006).

Entre as comunidades, destaca-se a Sede, onde se localiza a maioria dos equipamentos de uso coletivo, e onde estão os assentados vinculados à Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos I, responsáveis pelos projetos Pontão Terra Viva, Terra de Arte e Ponto de Cultura Casa de Cultura da Reforma Agrária.

Figura 7 – Comunidades e infraestrutura do Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará.



O sistema de moradia é composto por cento e seis casas, das quais noventa e três pertencem a famílias cadastradas no Incra e treze são de agregados. Dessas casas, quatro são também pequenos comércios, que vendem produtos como refrigerantes, biscoitos, itens de limpeza, entre outros. As casas apresentam boa estrutura física, energia elétrica monofásica e água encanada. Toda a área do Assentamento Todos os Santos é atendida pelo sistema de energia elétrica, no entanto não possui sinal telefônico.

O assentamento possui uma Mandala, que foi implementada pela Ematerce em 2012, beneficiando a uma família. O sistema de Mandala possui uma estrutura circular de plantio, em que em cada círculo é plantada uma Cultura diferente, da menor para a maior estatura. No centro, consta o reservatório de água, que irriga o restante dos círculos e onde podem ser criados peixes e aves. Nos dois primeiros círculos, geralmente ocorre o cultivo de hortaliças e plantas medicinais. Os círculos seguintes são reservados para o plantio de milho, feijão, abóbora e árvores frutíferas, por exemplo. Os últimos círculos constituem cercas vivas e quebra-ventos (capim, bananeiras, entre outras Culturas). O objetivo das Mandalas é melhorar a qualidade de vida dos agricultores. Quando o sistema está completo, além de alimentação saudável, o excesso pode ser comercializado e gerar renda.

Como infraestrutura, o Assentamento Todos os Santos apresenta os seguintes equipamentos (Figura 7):

- Casa Sede, casa grande da antiga fazenda, cedida para a escola, onde funciona como anexo dela. O local serve como salas de aula improvisadas, visto que a infraestrutura da escola não é suficiente.
- Galpão, construído em 2010, cujo projeto foi financiado pelo Programa Território da Cidadania, com o intuito de funcionar um Tanque de Resfriamento de Leite. Devido a problemas de ordem funcional e à seca, nunca chegou a funcionar. Os equipamentos do projeto foram encaminhados para o município de Tauá. Atualmente serve como depósito de milho e feijão.
- Igreja Católica, Igreja Evangélica. A Igreja católica localiza-se na Comunidade Trindade, tendo como padroeira Nossa Senhora das Graças. Já a Comunidade Sede possui uma Igreja Evangélica Congregacional

Pentecostal. Ambas as igrejas são locais de convivência comunitária, especialmente para frequentadores de missas ou cultos.

- Duas Escolas, a Escola de Ensino Fundamental Manoel Varela, localizada na Comunidade Trindade, desativada desde 2014, e a Escola de Ensino Infantil e Fundamental Cirilo Martins de Sousa, localizada na Comunidade Sede.
- Casa de Cultura da Reforma Agrária.
- Casa de Hospedagem. Na época da fazenda era a casa do gerente. Atualmente é utilizada como local de apoio e para abrigar os grupos artísticos e pessoas quando ocorrem eventos na casa de Cultura.
- Dois Campos de Futebol. Considerados espaços de lazer, utilizados principalmente para a prática de esportes, como o futebol. No assentamento tem dois times de futebol (um da comunidade Sede e outro da comunidade Trindade).
- Cinco Açudes. Três localizados na Comunidade Sede: Açude Sede, Açude Cascavel e Açude Água Verde, e dois na Comunidade Trindade: Açude do Pedro Chico e Açude Manoel Varela.

Em relação à saúde, o assentamento não dispõe de posto de saúde, os camponeses são atendidos por equipes do Programa de Saúde a Família (PSF), o mesmo ocorre no Assentamento Tiracanga e no Assentamento Santo Antônio. Conforme relatos, o atendimento é descontínuo, e raramente há médico. Nas situações mais graves e na necessidade de consultas médicas, eles buscam postos e hospitais mais próximos. Os assentados do Tiracanga e os de Todos os Santos se deslocam até Canindé, e no Assentamento Santo Antônio os assentados se deslocam até o posto de saúde de Campos Belos.

3. 1. 2 Assentamento Tiracanga: uma história de resistência na luta pela terra

O Tiracanga Logradouro foi criado em 1989 e localiza-se no distrito Targinos, do município de Canindé, a aproximadamente vinte e cinco quilômetros da sede de Canindé e a cento e trinta quilômetros distante de Fortaleza. Possui uma área de 4.111,91 hectares, onde são cadastradas noventa e cinco famílias²⁷ no Inca. O acesso é pela BR-020, sentido Fortaleza-Canindé.

Sobre o Tiracanga Logradouro, foram realizadas duas pesquisas de mestrado. A primeira pesquisa, de 2009, foi realizada por Maria Elizabeth de Castro, da Universidade Estadual do Ceará, intitulada *Os assentados – lavradores do século XXI: assentamento Tiracanga Logradouro em Canindé, Ceará (2007-2008)*, em que é feito um estudo de caso nesse assentamento com o objetivo de compreendê-lo a partir da análise socioambiental, das lutas pela posse da terra, dos múltiplos territórios e do sentimento de pertencimento ao lugar. Na segunda investigação, de 2010, escrita por Luciano Bezerra da Silva, da Universidade Federal do Ceará, intitulada *Reforma Agrária – A Conquista de Novos Territórios – O Caso do Assentamento Tiracanga Logradouro – Canindé-CE*, o autor analisa o processo de territorialidade dos assentados e o modo como se expressa a territorialidade no Assentamento Tiracanga Logradouro.

O Assentamento Tiracanga Logradouro é constituído por dois territórios: Tiracanga e Logradouro. Entretanto, os assentados compreendem e intitulam esses territórios como dois assentamentos distintos – Assentamento Tiracanga e Assentamento Logradouro, por diversas razões. Primeiro, por terem esses territórios sido originados de duas fazendas: a Tiracanga, com 2.400,00 hectares, e a Logradouro II Agropecuária LTDA, com 1.737,50 hectares (totalizando uma área de 4.111,91 hectares), ambas pertencentes a Joaquim Newton Burlarmaqui. Antes de serem desapropriadas, as duas áreas tinham como principal atividade produtiva a pecuária, aliada à agricultura de subsistência (SILVA, 2010). Segundo, devido ao processo de luta pela terra ter ocorrido por dois grupos diferentes, possuindo, portanto, histórias distintas: uma história mobilizada pelo MST, a primeira ocupação organizada pelo movimento no estado do Ceará, na Fazenda Logradouro II, e outra história realizada pelos camponeses da Comunidade da Lajinha, na Fazenda Tiracanga. Destaca-se que as áreas não são contínuas, havendo entre as duas uma área que pertence ao Assentamento Ipueira da Vaca. Finalmente, os dois territórios se distinguem pelo seu funcionamento e

²⁷ Dado retirado do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária do Inca, Relação de Beneficiários do Assentamento Tiracanga Logradouro, município de Canindé. Data: 30/06/2016.

pela sua organicidade. Sobre essa questão, um assentado que participou da luta pela terra até a desapropriação da fazenda diz: “[...] a história do Logradouro, que é o primeiro [território], não foi envolvida nessa mesma história nossa. [...] A nossa teve uma diferença, a nossa foi uma história muito complicada porque ela é grande. O trabalho nós iniciamos em 1970 e o Padre Moacir [...]” (ASSENTADO SÓCIO DA ASSOCIAÇÃO TIRACANGA II 1, 2017).

Pelos motivos expostos, e principalmente pelo fato de a associação responsável pelo Projeto Ponto de Cultura Raízes da Terra estar inserida no território no qual os assentados intitulam de “Assentamento Tiracanga”, esses serão a nomenclatura e o recorte geográfico adotados na pesquisa.

Ressalta-se que a participação dos camponeses enquanto Comunidade Eclesial de Base (CEB) foi crucial e incentivou a luta pela terra e a resistência na ocupação. Em Canindé, outros assentamentos rurais tiveram o apoio e o incentivo da Igreja em suas constituições, como Grossos, Carnaubal, Lagoa Verde, Santa Helena e Tiracanga Logradouro (SILVA, 2010).

No trecho de entrevista a seguir, verifica-se o incentivo e a importância da Igreja de forma geral, na representação de um padre, na organização dos agricultores no processo de luta e conquista da terra.

Aí nós começemo nas reunião eclesiais de base, junto com ele (Padre Moacir) e o pessoal daqui. Partimo pra cima, e nós vendo a nossa dificuldade de trabalhar, porque não tinha aonde. Aí ele (Padre Moacir) foi aconselhando nós pra procurar uma área pra nós trabalhar porque nós não podia tá daquele jeito. Aí foi indo, foi indo... (Assentado sócio da Associação Tiracanga II 1 – entrevista concedida em janeiro de 2017).

Em Canindé, o trabalho desenvolvido pelo Padre Moacir, representando as CEBs, é um marco para os camponeses da região. Vigário da Paróquia de Aratuba, congregava o município de Aratuba e a parte leste do município de Canindé, o padre iniciou seu trabalho em 1970 e ficou na paróquia até 2002 (SILVA, 2010). Até hoje, no Assentamento Tiracanga, todos, principalmente os idosos, reconhecem a importância do padre no processo de luta e conquista da terra, como se verifica em trecho de entrevista realizada em dezembro de 2016 a um assentado: “o padre Moacir fez nós se organizar e correr atrás de nossas coisas e isso dá o fruto de nós tá até hoje no Tiracanga”.

Em junho de 1986, o grupo de trabalhadores rurais da Comunidade da Lajinha, em busca de terra para trabalhar, tentou negociar com o proprietário da

Fazenda Transval (na época propriedade de Jaime César) e, sem sucesso e sem autorização do proprietário, resolveram ocupar a terra, conforme relato a seguir:

Não era pra nós ocupar, nós morava mesmo lá na Lajinha, nós tinha uma decisão das pessoas da comunidade pra nós pedir terra pra trabalhar. Nós pedimo terra a ele, imploremo como se implora uma criança e ele nada, que não tinha como dar a terra pra nós trabalhar, porque a terra era pouca, só dava pra criar os bicho dele. Aí nós vimo que não tinha meio e aí num certo dia de domingo, isso no dia 22 de junho de 1986, eu me lembro como hoje, aí nós se juntemo, não sei se era uns vinte trabalhador e partimos pra luta mesmo. Comecemo a broca e lá se veio... (Assentado sócio da Associação Tiracanga II 1 – entrevista concedida em Janeiro de 2017).

Essa ocupação teve como consequência a prisão de dez trabalhadores rurais, que permaneceram presos trinta e sete dias na delegacia de Canindé.

Mas aí eles vieram conversar com nós (o Inbra) e nós não queria abrir mão de maneira alguma e eles querendo que nós saísse de lá e nós “não vamo sair daqui”. Então eles aprontaram as fazenda pra nós, Nova Russas, Pacajus lá perto do Horizonte, o pessoal foi olhar e não se agradaram também, Nova Russas também não se agrademo, nós quer o Transval (Assentado sócio da Associação Tiracanga II 1 – entrevista concedida em Janeiro de 2017).

No trecho acima, percebe-se a resistência dos agricultores em permanecerem na Fazenda Transval, bem como a atuação do Inbra, que, visando “sanar” o conflito sem considerar as raízes culturais dos trabalhadores rurais, chegou a propor que eles fossem assentados em assentamentos rurais localizados em outros municípios (Nova Russas, Horizonte e Pacajus). Os trabalhadores rurais permaneceram ocupados no Transval, até o Inbra sugerir que eles fossem para a Fazenda Tiracanga, local que, além de estar localizado próximo ao Transval, estava em processo de desapropriação.

[...] aí nós viemo, ocupemo aqui (Tiracanga) uma casa que tinha desocupada, eu mesmo passei uns cinco meses no grupo escolar, de noite ali não tinha aula e outros ficaram debaixo de barraca por aí. Foi indo e nós comecemo a trabalhar aqui, em 1990 que eu comecei a brocar um roçadinho ali, quando foi no dia 27 de dezembro de 1989 o Inbra veio pra dar a emissão de posse nossa. Até nesse tempo, o superintendente do Inbra era o... esqueci de novo, sei que foi dado a emissão da posse e fomos assentados nesse dia. Por isso temos o aniversário do assentamento dia 27 de setembro. Foi uma mudança que deu muito resultado a nós (Assentado sócio da Associação Tiracanga II 1 – entrevista concedida em janeiro de 2017).

Na época, mesmo o proprietário tendo oferecido as fazendas para o Programa de Reforma Agrária e os camponeses da Associação Comunitária da Palestina terem solicitado as fazendas para fins de reforma agrária, o processo praticamente não caminhava, tanto pelo excesso de burocracia do Incra quanto pela discordância entre o proprietário e o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad) do Ceará em relação aos valores das benfeitorias e da terra (SILVA, 2010).

Silva (2010) aponta que a experiência desses camponeses foi pautada em valores de igualdade e de ajuda mútua. No decorrer do tempo, eles foram se tornando sujeitos em sua própria luta, e a modificação da sua situação de vida passou diretamente por suas ações, o que foi perceptível a partir do momento em que recusaram a sair da sua região de origem para serem assentados em outra região.

A imissão de posse só ocorreu em dezembro de 1989, quando foram cadastradas, pelo Incra, cento e nove famílias. Desse total, em 2016, encontravam-se cadastradas noventa e cinco famílias, das quais cinquenta e sete em Tiracanga e trinta e oito no Logradouro.

A experiência dos camponeses no processo de ocupação e de luta pela terra foi fundamental após a implantação do assentamento, mostrando maior preparo tanto na gestão como em situações de convivência, marcando a identidade do assentamento.

O território do Assentamento Tiracanga é composto juridicamente por duas associações: a Associação do Assentamento Tiracanga I, que tem suas reuniões e assembleias na Casa Sede, e a Associação dos Trabalhadores Rurais do Tiracanga II, que se reúne na Casa de Cultura Comunitária. As duas associações são articuladas à Fetraece. Até o ano de 2016, havia, no assentamento, uma assentada responsável por uma Coordenação do STTR de Canindé (Coordenação de Mulheres).

Essa divisão em duas associações ocorreu, *a priori*, por dois motivos: primeiro, pelo grande número de assentados, que dificulta os debates e as decisões. Segundo, pela forma de trabalho na terra: uma parte do grupo Tiracanga II desejava trabalhar individualmente e coletivamente e outra parte do grupo Tiracanga I não tinha interesse no trabalho coletivo. Nas falas a seguir e em diálogos realizados informalmente, a boa relação entre os sócios de ambas as associações e as motivações são externalizadas.

[...] o grupão todinho dá um quebra cabeça danado. Nessa época a gente dividiu, mas só no documento, nós aqui somos uma família, né? Tanto o pessoal de lá se dá bem com a gente, como a gente com eles, não tem nenhum problema (Presidente da Associação do Tiracanga I – entrevista concedida em setembro de 2016).

[...] primeiramente moravam umas famílias de mais posse mais perto daqui, já era conhecedor daqui da fazenda e um bocado de gente, nós que tava na rua, acompanhamo as reunião pra nós chegar até aqui, veio muita gente dar palestrinha, tudo trabalhador do campo, fez parte, aí quando nós tava se arrumando pra chegar até aqui, eles formaram uma associação porque era muita gente, porque já tinha muita gente aqui, aí acharam de fazer assim, duas associação. Ainda tá, mas todo mundo é amigo, fizeram isso porque era muita gente, todo mundo aceitou e vamo fazer a Associação I, que é essa, e a II, que é ali dos menino, pra não misturar muita gente e ficar assim, né. Hoje tá do mesmo jeito e todo mundo é amigo nosso, todo mundo é amigo, aí fizemos no começo e assim fica, mas nós tudo semo igual e deveria ser só um (Assentado da Associação do Tiracanga I – entrevista concedida em setembro de 2016).

Para o grupo que posteriormente constituiu a Associação dos Trabalhadores Rurais do Tiracanga II, a terra deveria ser de uso coletivo, reproduzindo a concepção de seu uso, a partir das CEBs e do STTR, “terra de Deus, terra de irmãos” (SILVA, 2010, p. 94), de que a terra pertence a Deus, portanto pertence a todos os seres humanos independente de classe social e recurso financeiro. Destaca-se que, mesmo após o parcelamento da área pelo Incra, esse grupo manteve os dois tipos de trabalho: individual e coletivo. Atualmente não existe uma parcela voltada para o trabalho coletivo para a atividade produtiva, porém, quando há necessidade de alguma ação de benefício para o todo, como a reforma nas cercas do perímetro ou como foi na construção de cerca ao redor da Casa de Cultura, esse grupo se organiza e realiza o trabalho coletivamente.

Ainda que existam duas associações com suas especificidades, as estas entidades e os assentados de ambas mantêm cotidianamente uma boa relação, até porque a área onde estão situadas as casas é contínua. Quando há questões gerais relacionadas ao Assentamento Tiracanga, como, por exemplo, sobre o açude (usufruto das duas associações), são realizadas assembleias gerais com a participação de assentados de ambas entidades.

As atividades culturais, como comemoração do aniversário do assentamento, quadrilhas, forró, Carnaval, entre outras, são organizadas pela Associação dos Trabalhadores Rurais do Tiracanga II e pelo Grupo de Jovens Raízes da Terra, havendo, contudo, participação de todos.

Em relação ao uso e ocupação da terra no Assentamento Tiracanga, apresenta-se a Figura 8, onde se observam a infraestrutura e zoneamento. Conforme a figura, em relação ao zoneamento constatam-se três áreas: Área de Reserva Legal, Área de Parcelas e Área de Vazante Cultivada.

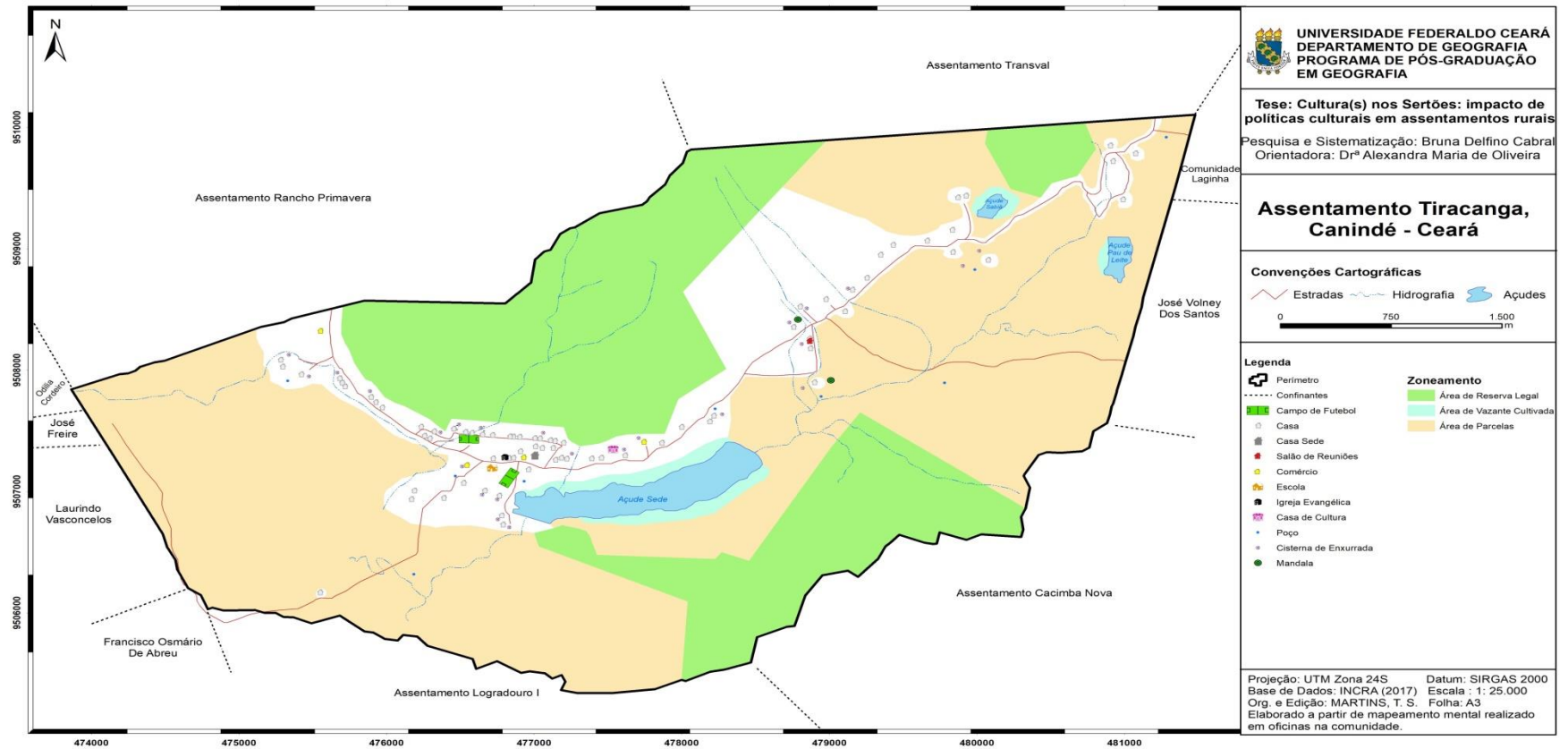
A Área de Reserva Legal do Tiracanga corresponde a 645,3735 hectares e, como se pode verificar, estão divididas em três blocos (R1 341,0312; R2 259,0417; R3 44,3006) (INCRA, 2007). Essa área²⁸ corresponde a uma área obrigatória de 20% localizada no interior do assentamento rural, com a finalidade de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa (BRASIL, 2012).

A Área de Parcelas é extensão do assentamento, e foi parcelada entre as cinquenta e sete famílias cadastradas no Incra. De acordo com o Incra (2007), o tamanho das parcelas varia entre 21 e 23 hectares, que são de uso para a agricultura e a criação de animais. Nessa área, no período chuvoso, são cultivados principalmente feijão, milho, melancia, pepino, jerimum, algodão e mamona. Nessa área e na área de Reserva Legal é desenvolvida também a pecuária extensiva. A Área de Vazante Cultivada está localizada ao redor dos açudes e é utilizada para a agricultura. Cada assentado tem um pedaço da vazante, onde geralmente são plantadas leguminosas (batata doce, batata, macaxeira, feijão, entre outras Culturas), Hortaliças (como cebolinha e coentro), frutas (melancia, melão, por exemplo), além de capim e ervas medicinais. Reitera-se que o modo camponês de fazer agricultura não está separado do modo de viver da família.

O sistema de moradia do assentamento é composto por setenta e seis casas, das quais cinquenta e sete pertencem a famílias cadastradas no Incra e dezenove são de agregados. Dessas casas, quatro são também pequenos comércios, que vendem produtos como refrigerantes, biscoitos, entre outros.

²⁸ De acordo com a Lei 12.651 de 2012, os critérios para a localização de áreas de Reserva Legal devem levar em consideração: o plano de bacia hidrográfica; o Zoneamento Ecológico-Econômico; a formação de corredores ecológicos com outra Reserva Legal, com Área de Preservação Permanente, com Unidade de Conservação ou com outra área legalmente protegida; as áreas de maior importância para a conservação da biodiversidade; as áreas de maior fragilidade ambiental (BRASIL, 2012).

Figura 8 – Uso e ocupação da terra no Assentamento Tiracanga, Canindé, Ceará.



As casas apresentam boa estrutura física, energia elétrica monofásica e água encanada³⁰, e grande parte da extensão do assentamento não possui sinal telefônico. Uma informação interessante é que no assentamento apenas algumas casas possuem internet, mas de forma privada. A maioria das casas é rodeada por cercas e possui cisternas e quintais produtivos. Esses quintais são uma extensão da casa, onde os agricultores cultivam uma combinação de espécies – frutas, hortaliças, plantas medicinais – e geralmente associadas à criação de animais de pequeno e médio porte, como galinhas, carneiros e bodes.

Duas famílias foram beneficiadas com Mandalas produtivas, uma para cada, por meio de Projeto da Comissão Pastoral da Terra, no ano de 2008. Devido ao constante período de seca³³, os sistemas das Mandalas não estavam completos³⁴; continham apenas o reservatório de água e os círculos iniciais, produzindo apenas hortaliças e algumas leguminosas.

Como alternativa de melhor convivência com a seca no ano de 2015, foram construídas vinte e quatro cisternas de enxurrada, com recurso do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As cisternas de enxurrada é uma tecnologia de captação de água voltada para a produção. Coletam água de chuva e possuem decantador para reter as impurezas na entrada do reservatório de cinquenta e dois mil litros. A água coletada é imprópria para consumo humano, mas serve para bebedouro de animais e pequenas irrigações.

O Assentamento Tiracanga é atendido pela rede de energia, não possui iluminação pública, tem um telefone público (orelhão) e não é coberto pelas operadoras de celular/telefone, necessitando de antenas (privadas) para se ter esse acesso.

Como infraestrutura, o assentamento apresenta os seguintes equipamentos de uso coletivo:

- Casa Sede. Casa do antigo proprietário da fazenda, é o local utilizado para reuniões e assembleias da Associação do Assentamento Tiracanga I e para as assembleias gerais, quando se reúnem as duas associações.

³⁰ Nem toda extensão do assentamento possui o sistema de água encanada.

³³ De acordo com a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) foram cinco anos consecutivos de Seca, de 2012 a 2016. Essa observação foi feita durante os trabalhos de campo realizados no segundo semestre do ano de 2016, e no início de 2017.

³⁴ Essa observação foi feita durante os trabalhos de campo realizados no segundo semestre do ano de 2016, e no início de 2017.

- Salão de Reuniões. Antigo espaço onde ocorriam as reuniões e as assembleias da Associação dos Trabalhadores Rurais do Tiracanga II, atualmente sem utilização.
- Igreja Evangélica. O assentamento conta com essa Igreja, embora tenha na sua história fortes relações com a Igreja Católica e tradicionalmente a maioria dos assentados seja católica. A religião evangélica tem expandido seu território, a ponto de necessitar da construção, em 2016, dessa Igreja.
- Uma Escola. Escola de Ensino Infantil e Fundamental Augusto Cordeiro.
- Casa de Cultura Comunitária e Ateliê.
- Dois Campos de Futebol. Constituem-se em espaços de lazer e de esportes. O Assentamento possui quatro times de futebol: um time feminino, que treina aos sábados e às quintas-feiras, e três times masculinos (veteranos, Tiracanga A, Tiracanga B), que treinam às quartas e sextas-feiras.
- Três Açudes. O Açude Sede (grande porte), o Açude Sabiá e o Açude Pau de Leite (ambos de pequeno porte).

3.1.3 Assentamento Santo Antônio: o sonho possível de comprar a terra

O Assentamento Santo Antônio foi criado em 1998 e localiza-se no município de Caridade, no distrito de Campos Belos, a aproximadamente noventa e cinco quilômetros de Fortaleza e a nove quilômetros da sede de Caridade. Possui uma área de 1.888,08 hectares, onde se encontram vinte cinco famílias cadastradas pelo Idace. O acesso é pela BR-020, sentido Fortaleza-Canindé.

A Fazenda Santo Antônio era propriedade de Francisco de Menezes Pimentel e, após seu falecimento, foi herdada por José Milton Menezes Pimentel. No total, a fazenda possuía 7.477 hectares, onde moravam cerca de cento e vinte famílias, e existiam dois tipos de trabalhadores: rendeiros e moradores (BARREIRA, 1992). Parte da Fazenda (área de 3827,72 hectares) foi desapropriada pelo Incra em 1983, originando o Assentamento Carneiro, e outra parte (área de 1.888,08 hectares) foi comprada em 1998 pelo Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace), originando o Assentamento Santo Antônio.

O Assentamento Carneiro possui sessenta e uma famílias cadastradas pelo Incra (INCRA, 2016) e é um assentamento bastante representativo no que diz respeito à

temática de conflitos por terra no Ceará. Ele é um dos três assentamentos analisados no livro *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no campo*, de César Barreira (1992).

Barreira (1992) explica que o início dos desentendimentos dos camponeses com José Milton Menezes Pimentel se deu entre 1979 e 1983, período de seca no sertão do Nordeste, primeiro pelo fato de o Plano de Emergência aplicado na fazenda não beneficiar todos os trabalhadores da fazenda. E segundo, em 1982, o proprietário da fazenda proibiu a criação de animais pelos moradores, momento em que os camponeses solicitaram esclarecimentos sobre seus direitos na Arquidiocese de Fortaleza e foram atrás da lei (Estatuto da Terra).

Em 1982, o proprietário entrou com ação de despejo contra dois moradores que eram lideranças da fazenda, na tentativa de não oficializar o conflito. Entretanto não houve êxito, pois esses moradores não aceitaram o acordo em que os dois receberiam indenização e sairiam da fazenda. A tensão e as situações conflitantes só aumentaram, inclusive com ameaças de morte (BARREIRA, 1992).

Os camponeses resistiram pautados no conhecimento do Estatuto da Terra. Em 1983, o proprietário propôs a venda de uma parte do imóvel ao Incra, quando foi desapropriada parte da fazenda e implementado o Assentamento Carneiro (BARREIRA, 1992).

Somente em 1998 os proprietários da Fazenda Santo Antônio decidiram vender outra parte da fazenda e deram “prioridade” aos moradores da propriedade (SDA, 2010).

Aqui era uma propriedade particular, o proprietário aqui... eu pelo menos nasci e me criei aqui, aí quando se deu o filho do proprietário disse que ia vender a fazenda (Presidente da Associação dos Moradores do Assentamento Santo Antônio – entrevista concedida em outubro de 2016).

Com o objetivo de gerir o processo de compra da terra, em março de 1998 foi criada a Associação dos Moradores de Santo Antônio, constituída pelos agricultores que já moravam na Fazenda Santo Antônio. As negociações para a compra da terra iniciaram nesse ano, e de acordo com as entrevistas realizadas e com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), ocorreram de forma bastante difícil, principalmente devido a impasses burocráticos por parte dos órgãos do governo (Idace) e dos proprietários da fazenda, que estipulavam a venda da fazenda por um valor

exacerbado. Somente após quatro anos de negociação, conseguiram comprar a propriedade.

A gente era morador. Todos do assentamento era morador. Aqui é praticamente uma família. Aí ele comentou que ia vender o Santo Antônio e eu disse pra ele que vendesse, que nós não era dono de nada. Ele disse “não, você tá enganado, a gente tem que vender o assentamento pra vocês que moram no assentamento”, na fazenda, nesse tempo era fazenda. Aí eu comentei que não tinha como comprar a fazenda, “a gente vende pela reforma agrária, pelo Incra”. Eu disse que se fosse pela reforma agrária a gente ainda ia enfrentar, mas pelo Incra eu não queria, porque o Incra é mais complicado do que o Idace, que é o governo estadual. Então a gente foi pra luta, pra negociação, passamos três anos negociando, eles pediram um valor lá em cima, 600 mil reais. Aí eu, como presidente, que tinha sido botado, quem formou essa associação foi a prefeitura através deles, dos proprietários né. Aí a gente foi pra luta, negociar no Idace, aí a gente fazia uma reunião aqui com o pessoal do assentamento e eu levava pro Pimentel. Aí eles são três herdeiros né, quando começou, os proprietários, os velhos eram vivos, morreu e ficou três filhos, dois homens e uma mulher. Aí um queria um valor e outro queria outro. Até que a gente chegou numa conclusão que se eles fizessem o que a gente propôs pra eles, a gente fecharia o negócio. Aí eles queriam 600, aí negociamos, baixaram pra 500 até que chegou a conclusão que a gente comprou o assentamento por 240 mil reais (Presidente da Associação do dos Moradores do Assentamento Santo Antônio – entrevista concedida em outubro de 2016).

Na fala do assentado, chama-se a atenção para a relação entre trabalhador-patrão, para o sentimento de gratidão por parte dos moradores, como se os padrões estivessem fazendo um favor ao “oferecer” a terra primeiro a eles. Mesmo sendo uma área da mesma fazenda, diferentemente do que ocorreu no Assentamento Carneiro, não houve a negação de antigos valores – gratidão e lealdade – e construção de novos valores – opressão e submissão. Ou seja, os moradores não se viram sendo “molestados”, e sim “beneficiados”, por poderem comprar a terra.

Conforme observado em trabalho de campo e no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (SDA, 2010), a maioria dos assentados já nasceu dentro da Fazenda Santo Antônio. No entanto, alguns assentados são naturais de outros municípios cearenses, tais como: Canindé, Maranguape, Guaramiranga, Caridade, Itatira e Pacoti (SDA, 2010).

Essas famílias viviam em situações de submissão econômica e produtiva aos proprietários de terras. Na agricultura (feijão e milho), cumpriam o regime de meeiro com os padrões, que exerciam o controle da vida cultural da comunidade.

[...] na época a gente trabalhava com eles como morador, não tinha nada, não ganhava nada, a gente pagava uma renda, ele teve uns inverno bom. Era no tempo do algodão, o que a gente pagava aqui era a renda do algodão, era meio a meio. Agora, o resto que você pudesse plantar, criava junto com eles, não tinha problema nenhum aqui não (Presidente da Associação dos Moradores do Assentamento Santo Antônio – entrevista concedida em outubro de 2016).

Na implementação do assentamento, havia trinta e duas famílias, mas atualmente são vinte cinco famílias que pagam as parcelas mais vinte e cinco famílias agregadas. As famílias agregadas são parentes: filhos, sobrinhos, primos, entre outros familiares. O mecanismo de compra e venda, de certa forma, gera uma diferença no tratamento dos assentados em relação à posse da terra: quando eles finalizarem o pagamento das parcelas, terão o título da terra. Isso faz com que os assentados assumam maior cuidado na entrada e saída do Assentamento, já que eles terão o título da terra a médio prazo. Em 2016, haviam sido pagas onze parcelas de um total de dezessete³⁵.

O Assentamento está organizado por meio da Associação dos Moradores de Santo Antônio, onde somente as vinte e cinco famílias cadastradas no Idace são sócias dessa entidade, fator interessante é que estas têm grau de parentesco, o que acaba fazendo da associação uma “extensão” de “casa”.

De acordo com entrevistas, os assentados não estão vinculados nem com o MST, nem com o STTR de Caridade. A relação com esse sindicato geralmente acontece quando há necessidade de resolver questões burocráticas, como no seguro safra, na solicitação de declarações, entre outras situações.

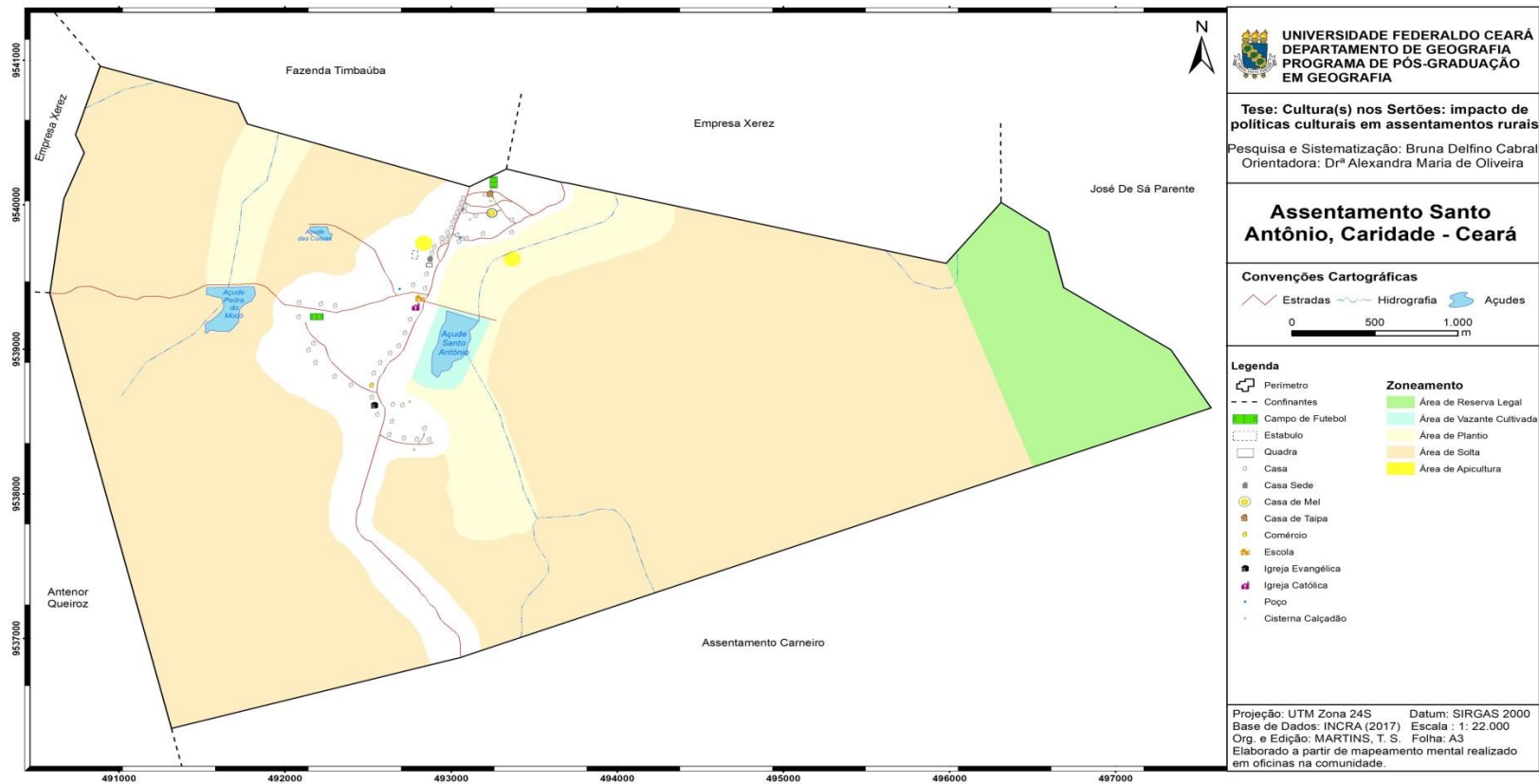
Em relação ao uso e ocupação da terra no Assentamento Santo Antônio apresenta-se a Figura 9, onde se observam a infraestrutura e o zoneamento. Como pode ser verificado, no que diz respeito ao zoneamento, destacam-se cinco áreas: Área de Reserva Legal, Área de Solta, Área de Plantio, Área de Apicultura e Área de Vazantes.

A Área de Reserva Legal do Assentamento Santo Antônio é de aproximadamente, 377,6 hectares. A área demarcada, segundo os assentados, foi sugerida por eles ao Idace para ser legalizada, já que eles não haviam até o momento sido informados sobre a realização da demarcação oficial.

A Área de Plantio refere-se à terra utilizada pelos assentados para agricultura, onde eles cultivam principalmente milho e feijão.

³⁵ Informação coletada em Trabalho de Campo realizado em outubro de 2016.

Figura 9 – Uso e ocupação da terra no Assentamento Santo Antônio, Caridade, Ceará.



A Área de Solta equivale à parte do assentamento coberta pela mata nativa (caatinga), que, apesar de ser cultivável, é utilizada para a criação de animais (gado, ovinos, entre outros) de forma extensiva.

A Área de Vazantes corresponde à extensão utilizada para a agricultura, localizada apenas ao redor do Açude Santo Antônio, onde são cultivados legumes e verduras.

Na área de Apicultura, de acordo com trabalho de campo realizado nos meses de dezembro de 2016 e maio de 2017, trabalham apenas três famílias. No início, a apicultura era praticada de forma coletiva, com cerca de quinze famílias envolvidas. Funcionava por meio de três grupos, cada um possuindo vinte e cinco colmeias, totalizando setenta e cinco colmeias. O grupo de apicultores chegou a ser cadastrado na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), fornecendo mel para as escolas da Prefeitura do Município de Caridade. Entretanto, com a pouca produção, devido à escassez de chuvas que influencia a florada da Caatinga, não houve mais a comercialização com a Conab, desestimulando os apicultores e levando a maioria deles a não praticar mais essa atividade.

O sistema de moradia é composto por cinquenta casas – vinte e cinco pertencem a famílias cadastradas no Idace e vinte e cinco são de agregados. Dessas casas, apenas uma funciona como comércio, onde são vendidos lanches. As casas apresentam boa estrutura física, energia elétrica monofásica e água encanada. Do total das casas, apenas cinco não possuem cisterna de placas. Diferentemente da maioria dos assentamentos, o Assentamento Santo Antônio possui sinal de quase todas as companhias telefônicas (SDA, 2010).

O Assentamento Santo Antônio tem enfrentado como desafio o acesso à água, já que os três açudes secaram³⁶. Grande parte das cisternas de placa tem sido mensalmente abastecida por pipas d'água fornecidas pelo Exército Brasileiro. Devido a essa falta d'água, não foi possível manter uma Mandala produtiva implantada com recursos do Projeto São José da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Por meio desse projeto, a Associação do Assentamento também recebeu um trator, utilizado no preparo do solo para plantio (aração e gradagem), contribuindo diretamente na diminuição da degradação do solo (SDA, 2010).

³⁶ Situação relatada e constatada em Trabalho de Campo realizado em outubro de 2016.

Como forma de conviver com o semiárido e lidar com a seca, o assentamento dispõe de quatro cisternas-calçadão, que têm como finalidade armazenar água para a produção de alimentos e de plantas medicinais e para a criação de pequenos animais, potencializando os quintais produtivos. Essas cisternas têm sido uma alternativa ao acesso à água para a produção de alimentos saudáveis e para a garantia da segurança alimentar e nutricional dos camponeses do semiárido.

Como infraestrutura, o Assentamento Santo Antônio apresenta os seguintes equipamentos de uso coletivo:

- Casa Sede. Antiga casa grande da fazenda, utilizada pelos assentados para reuniões e eventos da associação. Sua estrutura está bastante deteriorada e a rede de água encanada está danificada, razão por que não está funcionando.
- Estábulo. Localizado próximo à Casa Sede, está também em péssimas condições. Construído na época em que o assentamento era fazenda, atualmente é de uso coletivo, os últimos animais coletivos, foram vendidos para pagar uma das parcelas da terra. O estábulo ainda é utilizado pelos assentados que, individualmente, têm animais.
- Casa de Mel. Construída e equipada com recursos da Prefeitura de Caridade.
- Escola, denominada Creche Escola Brígida Pimentel, onde funciona o Ensino Infantil e Fundamental I.
- Igreja Católica e Igreja Evangélica. Ambas construídas em 2010. A Católica tem como padroeira Santa Rita de Cássia, e seus festejos se realizam nos dias 14 a 22 de maio.
- Dois Campos de Futebol. Espaços de lazer, utilizados para praticar esporte. Neles ocorrem torneios envolvendo outras comunidades.
- Casa de Taipa. Remanescente das antigas construções da fazenda, localizada no início do assentamento, onde no final de tarde, principalmente os homens usam o local para jogar sinuca e papear.
- Quadra, extensão da Casa Sede. Onde ocorrem as atividades culturais (festejos juninos, festejos religiosos, entre outros).
- Três açudes. O açude Santo Antônio (de grande porte), de onde a água é encanada para uso doméstico (dependendo da época do ano, da qualidade e/ou disponibilidade de água, os agricultores fazem a mudança dessa

fonte para o cacimbão); o Açude da Pedra do Mocó (médio porte); o Açude das Cobras (pequeno porte). No ano de 2016, devido à seca, todos estavam sem água. Os banhos no açude e riacho no período chuvoso são outras atividades locais de lazer.

Apesar desta pesquisa não tratar especificamente de Educação, e não se aprofundar sobre tal temática, compreende-se que a Educação é um instrumento de conscientização que permite ao camponês inserir-se no processo histórico enquanto sujeito, ou seja, libertando-se (FREIRE, 1987). Portanto, a Educação tem papel fundamental no desenvolvimento do campo e relação direta com a Cultura.

De acordo com Gadotti (2005), toda Educação é Educação Formal, no sentido de ser intencional. A Educação Formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades, que são exemplos clássicos de cenário da Educação Formal e são espaços marcados pela formalidade, pela regularidade e pela sequencialidade. A escola tem como base uma diretriz educacional centralizada, como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da Educação.

Sobre a Educação Formal nos assentamentos, destacam-se as escolas de Ensino Básico. Os assentamentos Todos os Santos e Tiracanga possuem escolas de Ensino Infantil e Fundamental I e II, já o Assentamento Santo Antônio possui uma escola de Ensino Infantil e Fundamental I, sendo o ensino Fundamental II cursado na Escola Artur Salvino, localizada no Assentamento Carneiro, cerca de sete quilômetros de distância.

No Assentamento Todos os Santos funciona a Escola de Ensino Infantil e Fundamental Cirilo Martins de Sousa, localizada na Comunidade Sede, coordenada pelo Polo 17 e tem cinco turmas multiseriadas: uma de Ensino Infantil III e IV e V, duas de Ensino Fundamental I, uma do 1º e 2º ano, outra da 3º ao 5º ano, e duas do Ensino Fundamental II com alunos do 6º ao 9º ano.

No Assentamento Tiracanga funciona a Escola de Ensino Infantil e Fundamental Augusto Cordeiro, coordenada pelo Polo 9 e tem quatro turmas multiseriadas: uma de Ensino Infantil III e IV e V, duas de Ensino Fundamental I, uma do 1º e 2º ano, outra do 3º ao 5º ano, e uma do Ensino Fundamental II, com alunos do 6º ao 9º ano.

No Assentamento Santo Antônio funciona a Creche Escola Brígida Pimentel, com três turmas multiseriadas: duas turmas do Ensino Fundamental I, sendo uma turma de 1º e 2º ano e outra de 3º e 4º ano, e uma turma de Infantil (I, II, III, IV e V).

Os três assentamentos não possuem escolas de Ensino Médio. No caso do Assentamento Todos os Santos, os jovens deslocam-se para a Escola do Campo Patativa do Assaré, localizada no Assentamento Santana da Cal, em Canindé. Os jovens do Assentamento Tiracanga deslocam-se para um anexo da Escola Estadual de Ensino Médio Frei Policarpo, localizada no Assentamento Logradouro, distante aproximadamente nove quilômetros. E a juventude do Assentamento Santo Antônio desloca-se para a Escola Casimiro Bezerra de Araújo, localizada em Campos Belos distrito de Caridade, a treze quilômetros do local.

Conforme mostra Ficher et al. (2008), no artigo *Práticas educativas no Ensino Médio*, estudos mostram que os jovens do campo, apesar de apresentarem interesse em ingressar no Ensino Médio, dando continuidade aos estudos, quando se deparam com desafios como a dificuldade de obtenção de renda e a distância, pois na maioria das vezes não há escolas de Ensino Médio nos próprios assentamentos/comunidades, desistem de estudar, o que eleva a evasão escolar. Esses jovens, muitas vezes, se veem obrigados a trocar a sala de aula por uma profissão, pelo trabalho, mesmo não sendo do seu gosto, mas buscam aquilo na intenção de garantir a sobrevivência.

Entre os assentamentos estudados, somente no Assentamento Todos os Santos os alunos têm acesso a uma escola que perpassa pela concepção de Educação do Campo. Entretanto essa não é uma realidade recente, pois a Escola do Ensino Médio (EEM) do Campo Filha da Luta Patativa do Assaré, da demanda e da luta do MST foi inaugurada no ano de 2017. Antes disso, os alunos se deslocavam até a Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Sarasate, localizada na sede de Canindé.

O acesso a escolas do campo é extremamente importante porque isso valoriza a Cultura camponesa no processo de ensino-aprendizagem, apoiando-se no entendimento de que as experiências de vida da comunidade têm repercussões na escola, que trabalha e desenvolve aquilo que produz efeitos na comunidade. Essas escolas baseiam-se na concepção de Educação do Campo, que, de acordo com Caldart (2012), está em construção, embora já tenha se firmado enquanto luta por escolas no

campo e para o camponês, no sentido de formar sujeitos do campo aptos a interferirem em seus destinos.

Para Caldart (2012), algumas características são inerentes à Educação do Campo: 1. Educação do Campo como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à Educação; 2. combinação de Educação do Campo com luta por Educação e por reforma agrária; 3. valorização do modo de vida camponês; 4. busca de trabalhar a realidade social do camponês; 5. conscientização de que a Educação do Campo não nasceu como teoria educacional, mas como questão prática, inclusive tendo seus desafios práticos; 6. exercício do direito de os sujeitos pensarem a pedagogia do específico à totalidade; 7. reafirmação do papel do Estado em oferecer Educação de qualidade, o que não significa dizer que o Estado é o “educador”; 8. valorização do papel do professor enquanto sujeito fundamental na formulação pedagógica e das transformações da escola.

Contudo, na prática, estudos mostram que é um grande desafio a prática da Educação do Campo, principalmente em espaços já consolidados como as escolas (municipais e/ou estaduais) localizadas no campo.

Ao serem indagados a respeito da relação da Cultura com Educação, alguns professores das escolas dos assentamentos pesquisados levantam alguns elementos, como a importância da contextualização dos conteúdos:

[...] na minha opinião, eu acho que tem tudo a ver, até porque o professor, quando chega dentro da sala pra ele poder ensinar um aluno, ele tem que primeiro saber, por exemplo, eu não posso dar o mesmo conteúdo pra aluno x, se ele vive em outra... digamos que você em Fortaleza, primeiro eu tenho que saber a sua Cultura, seus valores, pra eu poder passar porque é diferente. Eu posso conhecer um pouquinho de lá, mas eu não sei se você conhece daqui. Então eu tenho que fazer uma relação pra poder dar certo a Cultura e a Educação (Integrante Grupo de Teatro Carrapicho 1 – entrevista concedida em maio de 2017).

Morin (2000) reitera a importância da contextualização para o processo de ensino-aprendizagem. Não adianta apontar as informações e/ou os dados soltos, pois para a compreensão de determinado conteúdo é essencial situá-lo no seu contexto para que faça sentido. Como exemplo, o autor questiona qual o sentido de uma palavra solta sem seu texto. No trecho de entrevista a seguir, uma professora da escola do Assentamento Todos os Santos, ao relacionar Cultura e Educação, remete à necessidade de considerar o lugar e os valores dos alunos, ou seja, a contextualização de conteúdos.

[...] eu acho que relacionado à Cultura é só trabalhar mais a Cultura mesmo de onde se vive, do lugar, os valores. Trabalhar os valores de fora, tendo tantos valores aqui, tanta sabedoria, às vezes até esquecida, às vezes até a criança cresce na comunidade, se desenvolve, mas não sabe... Que nem o reisado não sabe porque não foi contado, não sabe nem o que é, se tem alguém que fazia artesanato também não sabe porque também não conheceu, não viveu. É só isso mesmo (Integrante Grupo de Teatro Carrapicho 1 – entrevista concedida em maio de 2017).

Contudo, além da contextualização, permitir que o aluno sinta-se parte do processo de ensino-aprendizagem, como ressalta a professora, auxilia na valorização da memória do local, tendo relação direta com o fortalecimento da identidade do assentamento/comunidade.

Outro elemento questionado foi a forma de se trabalhar temas relativos à Cultura. Apontou-se que esses temas são desenvolvidos em sala de aula de forma transversal com outras disciplinas, citando como exemplo a abordagem sobre datas comemorativas, conforme relato abaixo.

A gente trabalha as datas comemorativas com as crianças na Educação Infantil. Eu trabalho as datas comemorativas e também trabalho a parte social da comunidade. Aqui tem participação do reisado que fazem, eu incluo também. Até porque eles vão e no outro dia, quando eu vou pra roda de conversa, já é o comentário. Eu aproveito bastante, eles exploram bastante lá. quadrilhas, festas religiosas; no outro dia eles chegam logo comentando na roda de conversa (Professora da Creche Escola Brígida Pimentel – entrevista concedida em maio de 2017).

Na área da Cultura, professores dos assentamentos ressaltam a importância de seu papel em contribuir na valorização e manutenção da tradição das manifestações culturais, como aponta a fala de professora a seguir: “[...] não pode deixar morrer (tradições), porque são novas geração. A gente tem que explorar, tem que buscar e trabalhar na Educação, né?”

Vários autores (Farias, 2009; Mattos, 2010; Lima, 2008) discorrem sobre o papel da Educação na construção de um novo olhar sobre o semiárido. Lima (2008) assinala a importância de uma Educação contextualizada, em que o ensino-aprendizagem esteja em sintonia com a Cultura local. Portanto, ao considerar as potencialidades e limitações do semiárido no espaço de promoção do conhecimento, produzem-se novos valores, sendo reveladas e divulgadas tecnologias apropriadas à realidade semiárida, construindo uma ética de alteridade na relação entre natureza humana e não humana.

As práticas educativas dos professores devem ocorrer em favor do desenvolvimento da autonomia dos alunos. E como princípios básicos de uma prática educativa que transforma educadores e educandos e lhes garante o direito à autonomia pessoal na construção duma sociedade democrática, Freire (1996) aponta: a rigorosidade metódica e a pesquisa; a ética e estética; a competência profissional; o respeito pelos saberes do educando e o reconhecimento da identidade cultural; a rejeição de toda e qualquer forma de discriminação; a reflexão crítica da prática pedagógica; a corporeificação; o saber dialogar e escutar; o querer bem aos educandos; o ter alegria e esperança; o ter liberdade e autoridade; o ter curiosidade; o ter a consciência do inacabado.

Sobre a ocorrência de articulação dos projetos culturais com as escolas e o envolvimento dos professores no desenvolvimento das atividades houve o seguinte relato:

[...] os professores diretamente não, os alunos participam mais do que os professores, porque os professores são de Canindé e os alunos são daqui, moram perto. É igual à Cultura e à Educação, tem que primeiro conhecer. Só que às vezes não dê o devido valor por causa disso, porque os professores são de fora, vêm passar aquele conteúdo do livro, não fala do que tem aqui (Integrante Grupo de Teatro Carrapicho 1 – entrevista concedida em maio de 2017).

Em conversas informais com professores nos três assentamentos observou-se que a articulação da escola com os grupos artísticos e, conseqüentemente, com os projetos ocorre de forma incipiente. O consenso entre os professores é que o espaço físico das Casas de Cultura é excelente para o desenvolvimento de atividades extraescolares.

No caso do Assentamento Todos os Santos, os professores ressaltam que as atividades realizadas em conjunto com a Escola e o Grupo de Teatro Carrapicho são o arraiá e a quadrilha.

3.2 Manifestações culturais em assentamentos rurais

As manifestações culturais, artísticas e religiosas nos três assentamentos pesquisados são latentes. O patrimônio cultural é rico, em quantidade e diversidade: artesanato, cordel, poesia, dança, teatro, música, festejos e eventos diversos.

O artesanato é produzido em pequena escala, como lazer e para comércio varejista. No Tiracanga, são produzidos bonecas e tapetes de pano, chapéus e pontas de

crochê para pano de prato, baús de palha, bonecos, pilão de madeira, enfeites de animais (araras, flores) e de garrafa pet, potes de barro, entre outros produtos manufaturados. No Assentamento Todos os Santos bordam-se toalhas de panos de prato de crochê, toalhas de renda, tapetes de pano, entre outros produtos. E no Santo Antônio são produzidos artesanatos de biscuit, crochê, flores de meia, e de madeira da imburana (personagens, animais e cenários da Cultura do sertão) (SDA, 2010).

A arte literária (poesia, cordel, letras de música, cantoria, entre outras manifestações) é algo também corriqueiro nesses assentamentos. Geralmente a expressão e o pensamento do artista referem-se ao cotidiano da vida camponesa, às lutas e conquistas. Abaixo, trecho de Cordel retratando a história do Assentamento Todos os Santos:

Agora eu vou falar
Do nosso Assentamento
Lugar bom de se morar
Pois temos Cultura e Arte
E terra pra trabalhar

O Assentamento foi criado
No ano de noventa e seis
Não houve ocupação
Tivemos sorte por vez
A terra foi desapropriada
Para a alegria do Camponês

Foi triste encontrar
Tamanha devastação
Pois o dono dessas terras
Não tinha preocupação
Mandava cortar as árvores
Só pra fazer carvão

De várias comunidades
Famílias vieram pra cá
Em busca de dias melhores
Pra suas vidas melhorar
Sabendo que aqui a terra
Teriam pra trabalhar [...]

Francisco Natanael Rodrigues Abreu
(MAPEAMENTO CULTURAL DO PA TODOS OS SANTOS. ARQUIVOS
DO INCRA – CE. PROCESSO V. 73. FOLHA 14651).

Neste cordel, verificam-se elementos que perpassam o contexto da história do Assentamento Todos os Santos, também vista em outros assentamentos, como a

desapropriação da terra, a chegada ao assentamento, a degradação da terra (meio ambiente), o sonho do camponês em melhorar sua vida.

As festas são variadas, mas as realizadas nos três assentamentos ocorrem para comemorar o aniversário de cada assentamento e têm uma representação simbólica muito forte. Nesse dia celebram o acesso à terra, como alguns falam, o dia da conquista da liberdade.

Oliveira (2007, p. 23), a respeito do significado das festas, diz que, primeiro, “toda festa corresponde a um tempo-espaço especial”. Segundo, as festas caracterizam-se como forma de demarcação de um fazer coletivo, acumulando esforço e prazer no mesmo acontecimento. Vivenciar a festa, geralmente, comprova a força de uma coletividade. Nos assentamentos rurais, essa experiência de organizar e vivenciar as festas, sejam religiosas sejam culturais, faz parte do cotidiano.

As danças populares³⁷, o xote e o forró, especialidades principalmente dos assentamentos de Tiracanga e do Santo Antônio, são preparadas com foco nas quadrilhas juninas, levadas a sério por se tratarem de manifestações tradicionais nesses assentamentos. No Assentamento Todos os Santos, as quadrilhas também são realizadas, mas são organizadas e pensadas pelos professores e alunos da Escola.

Outro elemento a ser considerado é a figura do vaqueiro, característico do Sertão brasileiro. Cunha (2016 p. 134), ao falar sobre o vaqueiro na obra *Os Sertões*, aponta-o como raça forte e antiga, “de caracteres definidos e imutáveis mesmo nas maiores crises”, que, com sua roupa de couro, praticamente uma “armadura flexível” expandiam-se nas fazendas do Sertão. A figura do vaqueiro compôs as paisagens do Sertão e contribuiu para o desbravamento de terras interioranas, inclusive do Ceará, quando a pecuária era a atividade produtiva predominante. Andrade (2011), na obra *A Terra e o Homem no Nordeste*, também descreve sobre a importância do vaqueiro no contexto da sociedade sertaneja, explicando que, até meados do século XX, a pecuária utilizava-se de um sistema de trabalho em que o vaqueiro era a figura central, que administrava as fazendas e tinha como função principal a criação e o transporte dos rebanhos. Os vaqueiros eram pagos com uma “quartição” do rebanho, ou seja, recebiam 25% dos bezerros produzidos na fazenda. Andrade (2011), ao delinear a vida dos

³⁷ As danças populares referidas no texto são compreendidas como inerentes à Cultura de raiz. Nesse sentido, por se tratar de inúmeras Culturas, as intituladas danças populares também são variadas e diferentes. Nesse caso em especial, essas danças populares são o forró, o xote e as quadrilhas.

vaqueiros na fazenda, assinala o fato de que, apesar da aparência de tranquilidade da criação em um sistema extensivo, o trabalho de um vaqueiro é extremamente árduo.

Nos assentamentos rurais, principalmente aqueles que foram fazendas de gado, ainda é possível encontrar vaqueiros. No Documentário *A Nova Arte de se Comunicar nos Assentamentos. Retratando Nossa História*, um vaqueiro do Assentamento Tiracanga canta seu aboio. O aboio é um canto nordestino que faz parte da vida dos vaqueiros, de suas atividades diárias, sendo utilizado para reunir o gado.

Sou vaqueiro do sertão e do Nordeste brasileiro, por sinal canideense, terra de bom padroeiro! É Terra de São Francisco e é quem protege os vaqueiros. Oooooi Boi! Vaqueiro que é vaqueiro zela seu gado e também vai contar o gado que tem. Quem não gosta de vaqueiro nesse Sertão brasileiro, não gosta de ninguém. Ooooo gado! (A NOVA ARTE DE SE COMUNICAR NOS ASSENTAMENTOS. RETRATANDO NOSSA HISTÓRIA. CEARÁ. PRODUÇÃO: ACARTES, 2014, DVD).

Outra questão dos municípios do Sertão Cearense é a intensa relação com a religiosidade. Canindé é um Polo Religioso Católico, e Caridade, além de se localizar próximo a Canindé, também mantém uma tradição religiosa católica forte atrelada ao padroeiro do município, Santo Antônio. Nos assentamentos, conseqüentemente, as manifestações religiosas são frequentes, a maioria ligadas à Igreja Católica.

Recentemente, a construção de Igrejas Evangélicas (Santo Antônio em 2016, Tiracanga em 2014 e Todos os Santos em 2009) e a realização de cultos e congressos (de jovens, senhoras, e outras faixas etárias) têm mobilizado bastante os assentamentos, que cada vez mais aderem a essa religião.

Para Eliot (2013, p. 48), a Cultura de um povo aparece como uma encarnação da sua religião, o que “provaria simplesmente que qualquer religião, enquanto dura e em seu próprio nível, dá um significado aparente à vida, fornece a estrutura para uma Cultura, e protege a massa da humanidade do tédio e do desespero”.

Laraia (1986) chama a atenção como a Cultura pode condicionar outros aspectos biológicos e até mesmo decidir sobre a vida e a morte. Explica que a Cultura também é capaz de provocar curas de doenças – reais ou imaginárias. Aponta-se nesse contexto que ocorrem as curas quando há fé do doente na eficácia do remédio ou no poder dos agentes culturais, as rezadeiras, por exemplo, ou a fé nos padroeiros das cidade, como São Francisco de Assis (em Canindé) e Santo Antônio de Pádua (em Caridade).

O reisado, apesar de ser promovido apenas no Assentamento Santo Antônio, é bastante recorrente no sertão cearense, como por exemplo: o Reisado do Mestre Nel Ramos do Assentamento Ipueira da Vaca, em Canindé; o Reisado do Mestre Zé Augusto do Assentamento Cachoeira do Fogo, em Independência; o Reisado de Santana do Assentamento Santana, em Monsenhor Tabosa.

Barroso (2013, p. 14) explica que o reisado “é um teatro nômade, peregrinal, processional, ambulante, uma grande narrativa desenvolvida por um grupo de brincantes”. O reisado é um folguedo tradicional do ciclo natalino, estruturado na conformação de um cortejo de brincantes, simulando a peregrinação dos Reis Magos a Belém e desenvolvido em autos, “como uma rapsódia de cantos, danças e entremeses incluindo o episódio do Boi” (BARROSO, 2013, p. 25).

A seguir, buscou-se descrever as manifestações artísticas, culturais e religiosas desenvolvidas nos assentamentos pesquisados segundo relato dos próprios assentados.

- **Assentamento Todos os Santos**

No Assentamento Todos os Santos, as manifestações culturais ressaltadas foram o teatro, a exibição de filmes na Casa de Cultura da Reforma Agrária, a quadrilha junina e o arraiaá da escola, a comemoração dos aniversários do assentamento e do Grupo de Teatro Carrapicho. Além disso, a dimensão religiosa com eventos evangélicos e católicos.

Em relação à arte, uma das características mais marcantes do assentamento é a realização de peças teatrais. O teatro teve início, primeiramente, como forma de lazer, com o objetivo de reunir a comunidade e proporcionar diversão. Juntou-se um grupo de jovens que criava esquetes voltados para a comédia (gerando posteriormente o Grupo Carrapicho). Além da afinidade com esse tipo de arte, quando os assentados vislumbraram o poder de agregar e tocar as pessoas, resolveram investir, buscando parcerias, e se profissionalizar.

De acordo com Freire (1981), os camponeses, ao dramatizar fatos, como a história da conquista da terra, bem como as “lutas” diárias no assentamento, age para além de uma forma de estimular a expressividade dos camponeses, pois sobretudo faz desenvolver a consciência política. E essa consciência política é extremamente importante para a organização e o desenvolvimento dos assentamentos.

A exibição de filmes na Casa de Cultura da Reforma Agrária ocorre desde 2012, no início semanalmente, agora mensalmente. Naquele ano, existiu uma parceria com o Cine mais Cultura, onde os assentados tinham acesso aos filmes, que são geralmente documentários, contendo histórias da vida real, e disponível para todas as faixas etárias. Exemplo de filmes são: *O Auto da Compadecida*³⁸, *A era do Gelo*³⁹, e documentários, como o *Ciclovida*⁴⁰, por exemplo.

A comemoração do aniversário do assentamento é realizada no dia 20 de dezembro. Nesse dia, geralmente é realizada uma avaliação sobre o ano, refletindo sobre os avanços e desafios ocorridos, em que são convidados todos do assentamento. Sobretudo, eles relembram e debatem sobre o processo de conquista da terra e sua evolução desde então. Além disso, realizam um almoço coletivo e, por fim, abrem um espaço para que os assentados expressem seus dons artísticos. Para eles, o aniversário do assentamento é importante “porque pra nós é uma vitória. [...] Pra nós é comemorar nossa liberdade, de todas as pessoas” (Coordenadora do Grupo Carrapicho – entrevista concedida em junho de 2017).

O aniversário do grupo artístico é comemorado de 10 em 10 anos, isso porque o período é o mesmo do aniversário do assentamento, portando os assentados optam por priorizar a comemoração desse dia, realizada anualmente.

O arraiaí e a quadrilha junina ocorrem esporadicamente, não se consolidaram como tradição no assentamento. Quando ocorrem, são organizados pela escola, com o apoio do Grupo de Teatro Carrapicho.

As manifestações religiosas também são bem presentes no Assentamento, tanto católicas, como missas, novenas e comemoração da padroeira, quanto evangélicas, como cultos e vigílias.

A Novena de Nossa Senhora é realizada no mês de maio na Comunidade Trindade. A Festa da Padroeira da Comunidade de Trindade, Nossa Sra. das Graças, acontece anualmente, geralmente do dia 17 ao dia 27 de novembro. Nesse período, a comunidade realiza leilão, barraquinhas, novenas e outras atividades de cunho religioso.

No período da Festa de São Francisco, algumas pessoas fazem a caminhada do dia do hasteamento da bandeira. Entretanto não é algo organizado e que aglomere grande parte dos assentados. No período dessa festa, muitos assentados se deslocam

³⁸ AUTO da Compadecida. Direção: Guel Arraes. Brasil. 2000. 1h35min.

³⁹ ICE Age. Direção: Carlos Saldanha; Chris Wedge. Croácia/EUA. 2002. 1h21min.

⁴⁰ CICLOVIDA. Produção: Matt Feinstein; Loren Feinstein. Pentecoste, Ceará. 2011.

para Canindé, com o objetivo de comercializar e poder conseguir uma renda extra. Segundo trabalho de campo, são comercializados bebidas (água, refrigerante, caldo de cana), comidas (pratos tradicionais como galinha caipira, baião) e artesanato produzido no assentamento.

Na religião evangélica, no último dia do ano, há mais de 15 anos é realizada a Vigília de final do ano, onde são realizados orações e louvores até meia-noite, finalizando com a brincadeira de amigo secreto. Outro momento considerado especial pelos assentados, em relação à religião evangélica, é a Sexta-feira Santa da Congregação Neopentecostal (da Semana Santa), em que pessoas de outras igrejas passam o dia no assentamento, visitam as casas levando palavras de Deus, depois se reúnem todos para o almoço comunitário, encerrando a noite com o Culto.

Destaca-se também, que no assentamento existem três rezadores: dois da Comunidade Sede, sr. Pedro Chico e a Dona Lúcia, e um da Comunidade Trindade, sr. Zé Alves.

- **Assentamento Tiracanga**

No Assentamento Tiracanga, as manifestações culturais relatadas foram a quadrilha junina e o Arraiá Raízes da Terra, a comemoração dos aniversários do assentamento, do grupo artístico Raízes da Terra e do grupo de mulheres, o Carnaval, a Noite Cultural e o Forró de Raiz.

A quadrilha junina é realizada há mais de 14 anos no assentamento, iniciada a partir da formação do Grupo Raízes da Terra. Os ensaios geralmente começam no mês de maio, estendendo-se durante todo o mês de junho, por vezes até julho. A quadrilha do assentamento costuma se apresentar nos eventos nas comunidades do município e na própria sede de Canindé. E já há alguns anos tem participado de Festivais de Quadrilhas Juninas no município. O Arraiá Raízes da Terra aglomera pessoas de comunidades e regiões vizinhas, momento também em que há vendas de comidas típicas, em que são os/as próprios/as assentados/as que fazem as vendas, tornando-se uma oportunidade de renda.

A comemoração do aniversário do Grupo Raízes da Terra e do Grupo de Mulheres Esperança e Luz é feita no mês de agosto. A primeira comemoração foi realizada em 2010, quando os grupos organizaram um forró em que os próprios componentes cantavam, dançavam, liam mensagens aos grupos e prestavam

depoimentos sobre suas participações e a importância da atuação nos grupos. Desde 2012, quando se comemorou os 10 anos dos grupos, o evento passou a ter maior dimensão, com a participação de comunidades vizinhas, apresentações culturais, e um bolo comunitário preparado com a ajuda de todas famílias do assentamento. Essa comemoração, segundo relatos, é um momento de grande importância para o assentamento, mas, principalmente, para os grupos, pois eles se sentem revitalizados ao perceber a perseverança, a resistência, e ao avaliar a atuação de ambos.

A celebração do aniversário do assentamento e do Grupo Sementinhas da Terra é realizada no dia 27 de dezembro. Nessa data, durante o dia, é promovido um torneio de futebol, e, à noite, é realizada uma festa. Primeiro ocorre a apresentação de grupos artísticos, incluindo o Raízes da Terra, e depois acontece a festa dançante com xote e forró. Para os camponeses, esse evento é, sobretudo, uma forma de manter viva na memória essa importante data de conquista da terra.

A comemoração do Carnaval do Assentamento iniciou em 2014, como alternativa de diversão para os jovens do assentamento. Nesse período, a juventude não tinha lazer dentro do assentamento, por isso recorria às cidades de Fortaleza e Canindé para se divertir. A atividade é realizada no terreiro da Casa de Cultura Comunitária do Tiraçanga, onde ocorre uma disputa de blocos com os seguintes quesitos: rainhas, rei, casal porta-bandeira, máscaras, fantasias, animação, caracterização, marchinha, coreografia, dentre outros elementos. Tudo é organizado e confeccionado por pessoas do assentamento. O julgamento é realizado por uma equipe de jurados compostos por entidades e pessoas que vivenciam e valorizam o cotidiano do campo. Na sua 3ª edição, em 2016, participaram blocos de outras comunidades, ampliando e consolidando o Carnaval do Assentamento Tiraçanga como um espaço de diversão e encontro.

As Noites Culturais eram realizadas no assentamento sem data fixa, entretanto, desde o evento realizado no mês de outubro de 2009, o I Encontro Cultural dos Assentamentos de Canindé, o Grupo Raízes da Terra, manteve nesse mês a realização da Noite Cultural do Assentamento. Para essa noite, são convidados outros grupos artísticos para se apresentar (dança, teatro, música), e comparecem várias pessoas de diferentes assentamentos e comunidades.

Em 2009, a partir de reuniões entre assentados e técnicos da Equipe de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) da ONG Cactus, responsável pelo acompanhamento do assentamento, surgiu a ideia de realizar um evento que agregasse o maior número possível de grupos artísticos (teatro, dança, reisado) e artistas (poetas,

músicos, entre outros) dos assentamentos de Canindé. Como a ideia surgiu na equipe que prestava serviço na região de Targinos, em Canindé, a proposta foi dialogada com o Grupo Raízes da Terra e com a Associação dos Trabalhadores Rurais do Tiracanga II. Ambos aceitaram, resultando na realização do I Encontro Cultural dos Assentamentos de Canindé (Figura 10) em 7 de novembro de 2009.

Figura 10 – I Encontro Cultural dos Assentamentos de Canindé, Assentamento Tiracanga, Canindé, Ceará, 2009



Fonte: Associação Trabalhadores Rurais do Tiracanga II/DVD, 2009.

O encontro foi organizado pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (Cactus), pela Associação dos Trabalhadores Rurais do Tiracanga II e pelo Grupo Raízes da Terra, e contou com o apoio do Incra, do STTR de Canindé, do STTR de Caridade, da Fetraece, do Instituto Vida Melhor, da Prefeitura Municipal de Canindé, do BNB e de uma Vereadora de Canindé (Mariinha). Na época, não existia a Casa de Cultura Comunitária, por isso o evento foi realizado no campo de futebol e teve a escola do assentamento como estrutura de apoio. A programação foi realizada com a apresentação de grupos artísticos de oito assentamentos rurais de Canindé (São Paulo, Ipueira da Vaca, Transval, Logradouro, Logradouro Ubiraçu, Tiracanga, Carnaubal e Nojosa).

Por fim, os organizadores realizaram uma avaliação em que se constatou que o I Encontro Cultural dos Assentamentos de Canindé foi um sucesso, ficando a sugestão de que o mesmo ocorresse anualmente em assentamentos variados de Canindé. Como resultado desse evento, verificou-se a sensibilização de outros grupos a

valorizarem e fortalecerem suas manifestações culturais, além de constituírem novos grupos artísticos. Já segundo a avaliação dos camponeses do Assentamento Tiracanga, ocorreu o fortalecimento do Grupo Raízes da Terra na questão funcional, estimulando a autonomia, melhorou a relação com os demais camponeses do assentamento e, sobretudo, possibilitou a exposição do Assentamento e do grupo, aumentando a visibilidade e a autoestima de ambos.

Em 6 de novembro de 2010, ocorreu o II Encontro Cultural dos Assentamentos de Canindé e I Encontro Cultural dos Assentamentos do Território de Canindé, desta vez no Assentamento São Paulo, localizado no distrito de Caiçara.

O Forró de Raiz valoriza o forró tradicional e acontece no assentamento desde 2010, organizado pelo Grupo Raízes da Terra na Casa de Cultura Comunitária. Inicialmente ocorria quinzenalmente, aos sábados, todavia, devido à falta recursos financeiros para a contratação de banda, desde 2016 agrega-se o Forró de Raiz com outras atividades, por exemplo, com o carnaval, as Noites Culturais e os aniversários do assentamento.

Além dessas manifestações culturais, a religião, principalmente a Católica, é muito presente no cotidiano e compõe a identidade do assentamento. Os camponeses realizam novenas (São José e Nossa Senhora), celebrações da semana santa, caminhada e hasteamento da Bandeira de São Francisco das Chagas em Canindé.

A Novena de São José acontece no assentamento iniciou-se há mais de 10 anos, com ao pagamento de uma promessa feita por um morador (falecido) do Assentamento Tiracanga no período de 9 a 19 de março. A comunidade aderiu à celebração, realizando a novena anualmente. Após o falecimento do morador, que iniciou com a celebração das novenas, outra moradora continuou a tradição celebrando o terço de São José no dia 19 de março na parede do açude do Assentamento Tiracanga. De acordo com relatos, esse momento tornou-se uma tradição religiosa considerada muito importante para o assentamento, pois é quando as pessoas se encontram, agradecem a Deus pela intercessão de São José nas graças alcançadas, se animam e pedem a cada ano a São José um “bom inverno”. Segundo os mais idosos, se chover nesse dia é porque haverá bom inverno no referido ano. Atualmente, as novenas são tiradas na capela de São José no Assentamento Logradouro, onde há a participação de todas as comunidades da região. Cada comunidade é responsável pela celebração de seu dia.

A Semana Santa inicia-se com as celebrações das vias-sacras, de acordo com o calendário anual no período da quaresma. Essa celebração ocorre desde o início do assentamento, da qual participam católicos de todas as idades. As vias-sacras são celebradas nas casas dos moradores do assentamento, ocasião em que eles se encontram, renovam a fé, fazem os pedidos a Deus, revivem o sofrimento de Jesus Cristo e os ensinamentos bíblicos. No domingo que antecede a Semana Santa, é feita a celebração de Domingos de Ramos, quando os camponeses saem em caminhada com ramos nas mãos até a casa de um morador onde é feita a celebração, há mais de 3 anos, com a Santa Missa. No sábado de Aleluia, antes da queima do Judas, é feito um testamento para dividir a herança do Judas entre integrantes do assentamento.

As Novenas de Nossa Senhora, realizadas no mês de maio, são também uma tradição e ocorrem desde o início do assentamento, sendo repassada de geração a geração. As novenas são celebradas pelos próprios camponeses de casa em casa. No último dia de novena é feita uma caminhada (geralmente de uma casa de um morador a outro e cada ano, moradores diferentes), encerrando com a celebração de Coroação de Nossa Senhora e um café comunitário. A Coroação de Nossa Senhora já foi celebrada na escola do assentamento pelos moradores, alunos e professores e na Casa Sede pelo Grupo Raízes da Terra, com a participação de comunidades vizinhas. Entretanto, houve um ano (2008) em que foi planejada para acontecer na casa de um assentado, que faleceu na véspera da realização. Desde então é celebrada como um evento de menor estrutura e menos convidados, mas continua acontecendo.

A caminhada e o hasteamento da Bandeira de São Francisco das Chagas em Canindé ocorrem no início dos festejos de São Francisco das Chagas de Canindé. Os camponeses saem em caminhada dia 23 de setembro às 20 horas, de frente da escola do assentamento, e chegam em Canindé aproximadamente 4 horas da manhã do dia 24 de setembro, quando participam da missa de abertura e do hasteamento da bandeira. Essa manifestação ocorre há mais de 10 anos.

Em relação à religião evangélica observou-se que apesar de ter assentados adeptos ainda é incipiente, apesar de recentemente, em 2016 ter sido construída uma Igreja.

- **Assentamento Santo Antônio**

No Assentamento Santo Antônio, as manifestações culturais mais citadas foram o reisado, a quadrilha junina, corrida de jumento e os festejos religiosos.

Uma das manifestações culturais mais antigas, o reisado (Figura 11), é realizada desde a década de 70, quando na área ainda funcionava a fazenda. De acordo com Barroso (2014), o reisado é um rito, autoépico, brincadeira de terreiro, teatro. É uma manifestação cultural riquíssima e deve ser considerada um patrimônio da humanidade.

Figura 11 – Reisado do Mestre Romeu, Assentamento Santo Antônio, Caridade, Ceará, 2011



Fonte: Internet, Blog Corrida de Jumento, 2011.

O Mestre Romeu, em entrevista concedida em dezembro de 2016, explica que, de acordo com os integrantes e com as peças, eles definem até onde caminham, afirmando com orgulho: “Quem sabe, sabe mesmo. Quem não sabe, não sabe não, atrapalha”.

O primeiro se canta na porta, o segundo chama o boi, depois tem que matar o boi, tem que repartir. Em muitos canto não tem repartição de boi, a gente tem a obrigação de deixar inteiro aquele bicho pro dono que tá ali, ele sabe que tem que repartir o boi. As toalha tudo são umas toalha bonita. [canto] “Meus caros leitor assim mesmo é, preste atenção, assim mesmo é, começa agora, assim mesmo é, a repartição”. Aí vai repartir. [canto] Tem muita gente aí que não sabe o que é isso aqui, repartir o boi. O que vale do reisado é repartir o boi, levantar o boi. Essas coisa aí é tudo o que vale do reisado (Mestre do reisado do Assentamento Santo Antônio – entrevista concedida em dezembro de 2016).

Para a realização do reisado nos anos iniciais, era necessária uma autorização da prefeitura, que antigamente era paga. Pelo fato de os assentados não terem como pagar, durante um período o reisado foi desenvolvido de forma clandestina no assentamento, até que certa vez o Mestre foi detido, quando os participantes optaram por não o realizar mais (SDA, 2010).

Para o Mestre Romeu, o reisado é importante

[...] porque é onde todo jovem aprende a saber como é que se luta com os mais velhos, com a Educação. Lá a gente tá é pedindo que eles sejam mais educados com os mais velhos. É isso aí, o que traz o reisado. Ele é uma Cultura forte de Educação. Aquilo ali é uma brincadeira, mas quando a gente tá brincando, o que eu digo é isso, não pode tá achando graça, não pode tá pulando, você tem que tá aqui no grupo ouvindo o que os mais velhos tão dizendo pra depois você seguir aquele caminho. É isso aí (Mestre do reisado do Assentamento Santo Antônio – entrevista concedida em dezembro de 2016).

Como pode ser observado a partir da fala do Mestre Romeu, o reisado é mais que uma simples “festa” ou celebração. Para a sua realização, existem um planejamento e ações que envolvem toda a comunidade: homens, mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos. A “brincadeira” traz consigo ensinamentos e elementos referentes à história de vida daqueles que constituem a comunidade.

Segundo o Mestre Romeu⁴¹, o reisado voltou a ocorrer, pois, além de ser uma tradição do assentamento, a autorização passou a ser gratuita, embora ainda de obrigação da prefeitura.

Já a corrida de jumento (Figura 12), que, apesar de não ser mais realizada, faz parte da memória do assentamento. A corrida de jumentos iniciou em 2004, como uma brincadeira. Um agricultor levou dois jumentos para correr, e foram chegando outros; quando foram ver já tinha cerca de dez jumentos formando uma corrida.

Essa atividade ganhou notoriedade no município, passando a ser realizada tradicionalmente, tendo tido inclusive, em um dos anos, o patrocínio da Prefeitura de Caridade. O evento cresceu. Além dos jumentos que corriam, havia a venda de comidas tradicionais e a exposição de jumentos fantasiados. Em 2011, de acordo com relatos, houve uma denúncia de maus-tratos a animais e a corrida de jumentos foi proibida. Os

⁴¹ Informação retirada de entrevista realizada em trabalho de campo no Assentamento Santo Antônio em 17 de dezembro de 2016.

camponeses lamentam, pois, segundo eles, essa brincadeira, além do lazer, gerava renda.

A quadrilha junina é outra tradição do assentamento, ocorrendo desde 1982. Inicialmente era organizada pelos proprietários da fazenda, e, quando a terra foi vendida, tornando-se assentamento rural, os camponeses continuaram a tradição, passando a ser os organizadores. Geralmente acontece no segundo sábado de junho, atraindo diversos grupos das comunidades vizinhas. O evento acontece na quadra da casa grande ou na escola.

Figura 12 – Corrida de Jumento, Assentamento Santo Antônio, Caridade, Ceará, 2011



Fonte: Internet, Blog Corrida de Jumento, 2011.

Além dessas manifestações culturais, a religião, tanto a católica quanto a evangélica são expressivas no assentamento. Na católica destacam-se os festejos da padroeira do assentamento, Santa Rita. Os camponeses católicos também costumam participar dos festejos do padroeiro do município, Santo Antônio de Pádua, realizado no dia 13 de junho, que tem uma programação durante todo o mês, incluindo novenas, missa, procissão e quermesse tradicional na praça do município de Caridade.

Na evangélica se sobressaem o Festival de Louvor e a Adoração ao Senhor Jesus, referências para os assentados evangélicos da região, que tiveram sua primeira edição em 2014. Reúne várias igrejas evangélicas da região e de Fortaleza. É um momento voltado à adoração de Jesus, onde são realizadas peças teatrais, danças, louvores, agregando aproximadamente 400 pessoas.

4 POLÍTICA CULTURA VIVA EM ASSENTAMENTOS RURAIS: A ARTE QUE TRANSFORMA

Como forma de fortalecer a Cultura Camponesa, os assentados têm se organizado, buscado parcerias e também acessado políticas culturais, as quais motivam, incentivam e dão suporte (humano e material) para a realização de atividades culturais e artísticas, como quadrilhas, produção de figurinos, organização de danças e peças teatrais.

A arte expressada por camponeses produz linguagem simbólica através da dança, da poesia, das encenações teatrais, da arte culinária, das comidas típicas, da reza, reflexos do cotidiano no campo. Nesse sentido, a arte é expressão de conhecimento que movimenta a razão, o corpo e o sentimento na dimensão da espiritualidade dos camponeses que lutam e se mobilizam em torno de suas reivindicações da conquista da terra e do território (VIDAL, 2014).

Isso pode ser claramente visualizado a partir do trecho de entrevista de um dos integrantes do Grupo de Teatro Carrapicho, a seguir:

[...] a cultura traz desenvolvimento pessoal, você enquanto agente da cultura, você se sente transformado, tocado por aquela cultura. Então, você melhora enquanto artista, enquanto ser humano. Com certeza você se torna uma pessoa melhor a partir do momento que você começa a fazer cultura, a música, enfim, vários aspectos que você participa da cultura, você é transformado, você é tocado, você se torna uma pessoa melhor, com certeza. Consequentemente transforma a sua realidade e outras realidades (Integrante do Grupo de Teatro Carrapicho 3 – entrevista concedida em junho de 2017).

A Cultura é capaz também de intensificar o processo de territorialização e, dessa forma, altera as formas/conteúdos do espaço, interferindo, consequentemente, nos significados e sentidos que esse espaço adquire para os indivíduos. É sob essa perspectiva que as políticas culturais podem e devem fortalecer a Cultura existente nos assentamentos rurais.

De acordo com Simis (2007), as políticas culturais podem ser definidas como escolhas de diretrizes gerais, que têm ações direcionadas para o futuro, de responsabilidade, na maioria das vezes, de órgãos governamentais, almejando o alcance de interesses públicos que, na dimensão cultural, referem-se à difusão, ao acesso e fortalecimento da Cultura.

Para a Unesco (2002), as políticas culturais,

[...] enquanto assegurem a livre circulação das ideias e das obras, devem criar condições propícias para a produção e a difusão de bens e serviços culturais diversificados, por meio de indústrias culturais que disponham de meios para desenvolver-se nos planos local e mundial. Cada Estado deve, respeitando suas obrigações internacionais, definir sua política cultural e aplicá-la, utilizando-se dos meios de ação que julgue mais adequados, seja na forma de apoios concretos ou de marcos reguladores apropriados (UNESCO, 2002, p. 4).

Acredita-se que as políticas culturais devem ter uma concepção para além da ideia colocada pela Unesco. Deve-se ter a compreensão de que não há lugar, território ou região sem Cultura. Portanto, onde tem ser humano, existe Cultura. A grande questão é que não existe a Cultura correta e/ou errada, a pior e/ou melhor, a boa e/ou ruim; existem grupos e sociedades diversas, que possuem Culturas diferentes. Ou seja, a Cultura não é homogênea. Embora, por vezes, as classes dominantes tentem ditar um padrão de Cultura, não existe um modelo de Cultura a ser seguido. Assim sendo, as políticas culturais devem respeitar aquela Cultura existente, seja na cidade seja no campo.

De acordo com Barroso (2005), uma política cultural para assentamentos deve levar em consideração os elementos: memória; educação escolar e extraescolar; formação técnica e tecnológica; manutenção e ampliação da diversidade cultural; economia; relação com o mundo; parcerias. É essencial que o assentamento tenha memória para ter história e, por conseguinte, identidade e autoestima conservadas e valorizadas. O conhecimento formal ou informal adquirido deve contribuir tanto para o acesso à informação quanto para a consolidação da Cultura.

Em avaliação coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) do Programa Arte, Educação e Cidadania – Cultura Viva, nos anos de 2007 e 2008, aponta-se a democracia cultural (IPEA, 2011) como o principal objetivo das políticas culturais federais. Esse documento define a democracia cultural

[...] como um conjunto de eventos que envolve distribuições de bens, oportunidades, participação na criação e em fluxos de decisão, se irradia para os processos contínuos de desenvolvimento. Ela significa crescente melhoria das condições de vida e reconhecimento de que formas alternativas de vida e Cultura devem ser consideradas em sua dignidade, inclusive por contribuírem para o desenvolvimento e para o convívio e interação dos diferentes, ou para a interculturalidade (IPEA, 2011, p. 15).

Botelho (2001), no artigo *Dimensões da Cultura e políticas públicas*, argumenta que atualmente não se fala mais em democratização da Cultura, mas sim em

democracia cultural, esta última, ao contrário da primeira, tendo por princípio favorecer a expressão de subculturas particulares e fornecer aos excluídos da Cultura tradicional os meios de desenvolvimento para eles mesmos se cultivarem, segundo suas próprias necessidades e exigências. Segundo Botelho (2001), a democratização cultural traduz-se em oferecer a toda a população a possibilidade de ter acesso à Cultura, fazendo com que todos possam viver a sua própria Cultura. Para o autor, a consciência desse fato deve ser um dos alicerces para a elaboração de políticas culturais, já que

[...] o público é o conjunto de públicos diferentes: o das cidades é diferente do rural, os jovens são diferentes dos adultos, assim por diante, e esta diversidade de públicos exige uma pluralidade cultural que ofereça aos indivíduos possibilidades de escolha (BOTELHO, 2001, p. 82).

Nessa perspectiva, entende-se que acesso à Cultura todo ser humano tem; o que devem ser pautadas e pensadas pelas políticas culturais são outras questões. As diferentes Culturas são vivenciadas livremente? Sem preconceitos? Existe um respeito mútuo entre sociedades, grupos de Culturas diferentes? Todos os grupos têm acesso a equipamentos culturais (teatro, museus, parques, cinemas)? Todos têm condições de (re)produzir sua arte? Existe a valorização do artista e suas obras?

É importante compreender que as políticas culturais perpassam pelo entendimento do conceito de Cultura e, além disso, se alteram de acordo com o contexto histórico e as bases ideológicas de cada governo.

Mota (1977), em *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, faz uma análise de obras produzidas por vários autores (Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, entre outros) articuladas ao contexto histórico (período de 1933 a 1974). Afirma que a historiografia brasileira é elitizante, é elaborada por um segmento social restrito e serve por vezes para recompor a saga das oligarquias em crise, quando não justificar a ação política da hora. Nesse panorama, “cada tendência corresponde a uma vertente importante da maneira pela qual historiadores se debruçam sobre a realidade do país (MOTA, 1977, p. 78)”.

Ainda de acordo com Mota (1977), propor uma periodização, no plano da história da Historiografia brasileira, é arriscado, tanto pela complexidade do tema quanto pelo baixo índice de crítica historiográfica. A seguir, destacam-se os principais marcos legais da política cultural do Brasil, reiterando-se que eles ocorreram articulados

a contextos históricos diferentes, influenciados por elementos políticos, sociais e econômicos.

Entretanto é inegável que a política cultural do Brasil teve avanços significativos entre 2003 e 2010, momento em que passaram pelo Ministério da Cultura (MinC) Gilberto Gil e Jucá Ferreira. Esses ministros romperam com a visão de Cultura unicamente como instrumento e como valor de uso (ALMEIDA et al., 2013). Ganhou relevo e virou marca dessas gestões o termo “*do-in* antropológico”, que tem como ideia avivar primeiramente o que existe, potencializar movimentos e expressões culturais que existem e resistem independentemente da ação do Estado.

Rubim (2010), explica que a adoção dessa noção de Cultura permitiu que o MinC abrisse suas fronteiras para outras culturas (populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientação sexual; das periferias; audiovisuais; das redes e tecnologias digitais etc) indo além do raio de atuação circunscrito ao patrimônio (material) e às artes. Para o autor isso significou o “abandono da visão elitista e discriminadora de Cultura” (RUBIM, 2010, p. 15).

4.1 Grupos Artísticos do Campo

A formação de grupos – de jovens, de mulheres, de atividades artísticas, de religiosos – tende a contribuir para a melhor organização e o funcionamento dos assentamentos rurais, viabilizando, por meio da vivência no coletivo e das formações (oficinas, palestras, seminários, encontros, entre outras), um melhor preparo, o que contribui para a gestão das associações, ao incentivar a participação e a atuação em prol dos assentamentos. Isso é claramente percebido em assentamentos rurais como o Todos os Santos e o Tiracanga.

De acordo com Alencar (2000), apenas 10% dos assentamentos rurais no Ceará conseguiram realizar uma gestão eficiente, com uma produção agrícola e pecuária gerando excedente, lucro e sustentabilidade social, ambiental e política.

A criação de assentamentos rurais depende inicialmente da implementação de uma associação sem fins lucrativos. Entretanto o que se observa é uma cópia dos modelos de associações, de regimentos e estatutos, não levando em consideração as singularidades de cada assentamento (ALENCAR, 2000). O fato é que, com uma Associação, novas portas são abertas viabilizando novas conquistas (créditos, projetos, acesso a políticas públicas), cujo sucesso está diretamente relacionado a gestão.

Os camponeses, ao serem assentados, além de suas atividades cotidianas, assumem a responsabilidade de sócios da associação do assentamento, que, como qualquer outra “associação”, possui regras e normas que permite ao associado gozar de certos direitos e ter deveres específicos. Exige participação, disciplina, dedicação, comprometimento e responsabilidade tanto das lideranças eleitas para os cargos de direção e/ou coordenação como de todos do assentamento.

A falta de elementos como planejamento, organização da produção, execução e direcionamento do planejado, e do controle no nível associativo e executivo levam a uma “gestão da hora”, guiada pelo amadorismo e imaturidade como forma de “resolver” situações do “momento” (ALENCAR, 2000).

No início, o desejo de conquistar a terra, objetivo comum do grupo, faz com que os membros das associações sejam unidos e busquem a tão sonhada gestão autônoma do assentamento. Entretanto, com o passar do tempo, a falta de organização gera um problema atrás do outro: não realização de reuniões; pouca participação dos sujeitos no planejamento e execução de ações relativas ao assentamento; falta de controle contábil; não cumprimento de regimento interno. Esses problemas acarretam descontrole e desorganização das associações, e conseqüentemente do assentamento rural, dificultando o desenvolvimento dessa comunidade.

Nesta pesquisa, chama-se a atenção para os grupos artísticos do campo que envolvem várias pessoas de formas diferentes. Em relação aos grupos, existem aqueles (indivíduos) que produzem a arte (compõem o grupo), aqueles que não praticam a arte em si, mas colaboram para que as atividades aconteçam (lideranças dos assentamentos, pais de jovens que fazem arte, contribuintes indiretos). Além disso, ainda tem os expectadores, que comparecem aos eventos.

De acordo com Laraia (1986) a participação do indivíduo em sua Cultura é restrita, pois nenhum indivíduo consegue participar de todos os elementos de sua Cultura. Como exemplo, o autor fala sobre a participação de uma pessoa em sua Cultura estar sujeita à sua idade.

Existem limitações que são objetivamente determinadas pela idade: uma criança não está apta para exercer certas atividades próprias de adultos, da mesma forma que um velho já não é capaz de realizar algumas tarefas. Estes impedimentos decorrem geralmente da incapacidade do desempenho de funções que dependem da força física ou agilidade, como as referentes à guerra, à caça etc. Entre outras funções, podemos incluir as que dependem do acúmulo de uma experiência obtida através de muitos anos de preparação. Mas, qualquer que seja a sociedade, não existe a possibilidade de um

indivíduo dominar todos os aspectos de sua Cultura. Exemplificando: Einstein era um gênio na física, um medíocre violinista e, provavelmente, seria um completo desastre como pintor (LARAIA, 1986, p. 81).

Dessa maneira, os indivíduos dos assentamentos não participam de todas as atividades e manifestações artísticas e culturais, tendo no conjunto uns que se destacam pela elaboração de cordéis, de poesia, outros pela produção de variados artesanatos: costura com crochê, artefatos de madeira e de palha, por exemplo. Já outros indivíduos compõem músicas, dançam, contam histórias, cozinham, e assim por diante.

Cada indivíduo constitui-se como sujeito ao atuar na realidade em que vive (VYGOTSKY, 1984). E as vivências, os diferentes acessos material e intelectual e as realidades distintas interferem direta e indiretamente na constituição de cada sujeito. Os grupos artísticos, constituídos por sujeitos sociais, têm no todo uma especificidade (a dança no Tiracanga e no Santo Antônio, e o teatro no Todos os Santos) eleita por afinidade, mas ao mesmo tempo existem as particularidades individuais dos integrantes.

Os participantes dos grupos artísticos se unem com o foco artístico e cultural, mas suas ações e atividades extravasam esse limite, pois pautam, em suas reuniões, outras questões, como, por exemplo, a infraestrutura, o lazer, a Educação e as dificuldades encontradas nos assentamentos. Os sujeitos dos grupos se reúnem para pensar, planejar e realizar atividades, para concorrer a editais, para ensaiar (espetáculos de dança e/ou teatro), para participar de formações e oficinas, para buscar patrocínios, dentre outras ações demandadas.

Nesse sentido, os três assentamentos em estudo foram (e alguns ainda são) beneficiados com formações (oficinas, minicursos, entre outras) previstas dentro de projetos culturais (Ponto de Cultura, Pontão de Cultura e outros). Essas formações sobre assuntos diversos (política, Cultura, música, dança, batuque, para citar alguns) ministrados tanto por profissionais especializados externos, quanto do próprio grupo, forneceram capacitação, geralmente acessada por uma minoria de assentamentos rurais, que é incorporada à sua prática.

Essa experiência é acumulada, e os participantes trocam conhecimentos e habilidades necessárias para o êxito e o bom funcionamento do grupo. Tanto o conhecimento quanto as habilidades são úteis para a vida cotidiana deles e para a organização da associação e do assentamento. Como bem defende Freire (2001), “ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tomamos parte” (FREIRE, 2001, p. 40). A maioria dos integrantes são filhos de assentados e, caso

permaneçam nos assentamentos, se tornarão os futuros sócios e gestores das associações dos assentamentos.

No caso principalmente dos integrantes do Grupo de Teatro Carrapicho e do Grupo Raízes da Terra isso já é notório. Os integrantes, além de passar por várias oficinas e formações voltadas para Arte e Cultura, aprenderam na prática como funciona um projeto, desde a elaboração de projeto inicial, a prestação de contas, a licitação para compra de materiais até a realização de relatórios. A Arte e a Cultura no Todos os Santos e no Tiracanga foram além; potencializaram as habilidades de seus integrantes e contribuíram para a formação de novas lideranças.

Desse modo, os grupos artísticos do campo se apresentam como uma forma de organização, e possuem sua essência para além da arte e da Cultura, pois conhecem a realidade vivida, trabalham os desejos, expõem os sentimentos e constroem a história. Os grupos artísticos do campo constituem um caminho para o desenvolvimento dos assentamentos e de seu entorno.

Assim, é essencial compreender que as práticas agrícolas, familiares, religiosas, artísticas, associativistas e/ou cooperativistas são tecidas juntas, sendo a chave para planejar e caminhar em prol do desenvolvimento no campo.

Grupo de Teatro Carrapicho

O Grupo de Teatro Carrapicho foi constituído em 2002, dois anos após a implementação do assentamento, composto por adultos, jovens e crianças, vinculados à Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos I.

O grupo nasceu com o objetivo de buscar melhorias para o assentamento e, principalmente, como forma de manter a juventude no assentamento, amenizando o êxodo rural. Ao se deparar com inúmeras dificuldades, como o acesso à escola e a migração de jovens para outros estados em busca de emprego, uma liderança do assentamento propôs a composição desse grupo, que foi acatada de imediato pela maioria dos assentados. A fundadora e coordenadora do Grupo Carrapicho, ao recordar esse assunto, relata:

A vida não era só hoje, não era só ir para São Paulo e ganhar dinheiro, e, com seis meses ou oitos meses, voltar e ter gastado o dinheiro e dando dinheiro a empresa. A gente buscou a trabalhar sonhos, planejamentos para dez anos, e nesse sonho a gente surgiu, o grupo que na época não era Carrapicho, era só um grupo que a gente apresentava, criava umas peças vestidas nas roupas das

nossas mães, nossas avós, parentes aqui do assentamento, juntava multidão, pessoas do assentamento. Eu comecei a ver que era uma das alternativas (Coordenadora do Grupo Carrapicho/ Vice-presidente da Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos I – entrevista concedida em junho de 2017).

Por esse relato, assim como em toda a fala dessa liderança na entrevista, percebe-se o quanto a história do assentamento está ligada à crença da Educação e da Cultura como forma de transformar a realidade.

A afinidade do grupo com o teatro aconteceu desde o início. Os integrantes enxergavam no teatro a possibilidade de divertir, informar, unir e desenvolver o assentamento, conforme relato abaixo.

Então assim, a gente viu no teatro essa possibilidade de juntar a comunidade, realizar noites culturais. A gente começou fazendo esquetes de teatro, não começamos fazendo espetáculo longo. A gente começou a criar, juntava o grupo e criava pequenas esquetes relacionando ao teatro e dentro disso a gente trabalhava mais a comédia. Então a gente viu no teatro uma forma de atrair a comunidade, de juntar a comunidade, divertir, descontraír. Então, a gente viu mais como um meio de descontraír. Se identificamos e foi por isso que a gente escolheu essa área do teatro, porque a gente se identificou mesmo, por afinidade (Integrante do Grupo de Teatro Carrapicho 3 – entrevista concedida em junho de 2017).

As peças teatrais e esquetes eram pautadas em situações cotidianas do assentamento, como gravidez na adolescência, alcoolismo, entre outras. Um dos primeiros espetáculos produzidos, com preocupação de normas profissionais, foi o *Encontro do bêbado com a morte*. Tratava-se de um roteiro cômico sobre um homem que, ao beber, via a senhora “morte”, a qual fazia de tudo para levá-lo com ela.

O grupo se caracteriza por ter influência do circo, da comédia popular e da literatura de cordel, e utiliza as artes cênicas para falar da luta pela reforma agrária e dos sonhos da juventude. O nome do grupo somente foi definido após, aproximadamente, três anos de sua fundação. O nome Carrapicho, conforme apontado em trecho de entrevista a seguir, foi baseado na ideia de resistência da Cultura camponesa, ou seja, apesar de todas as dificuldades, lutas cotidianas o povo resiste e permanece com força e fé.

A gente colocou Carrapicho porque quando ele prega, ele não desgruda mesmo. Além de ser nome do campo, ele não desgruda, prega e fica mesmo, isso foi uma discussão entre todos os integrantes do grupo. “Mas como é que vai dar um nome? A gente tem que colocar um nome de resistência”. Mandacaru é um nome muito que já tem, muita gente que pensou e teve um

dos integrantes que disse “Carrapicho”, se ele prega na gente ele fura, fura e não desgruda. A gente colocou esse nome de Grupo Carrapicho (Coordenadora do Grupo Carrapicho/ Vice-presidente da Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos I – entrevista concedida em junho de 2017).

Em dezembro de 2016, o grupo era composto de cerca de treze pessoas, entre 10 e 30 anos de idade, todas da Associação à qual são vinculadas, com exceção de uma jovem, que é do Assentamento Transval (localizado em Canindé). No entanto, as entrevistas revelam que desde o início do grupo não houve restrição na participação dos integrantes. No decorrer do tempo foram ficando esses participantes, conforme trecho de entrevista abaixo.

Aqui teve muita gente que no começo as oficinas eram abertas para quem quisesse participar no início, poderia ir quem quisesse, Trindade, Frazão, quem quisesse participar ficava, só que no final teve pessoas que a gente deixou muito livre aqui, aí eles não quiseram experimentar fazer teatro. Aí ficou esses daqui dessa associação (Professora da Escola Cirilo Martins de Sousa – entrevista concedida em dezembro de 2016).

Com a criação do Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária (Pacra), do Incra-CE, no ano de 2003, o Grupo de Teatro Carrapicho ganhou um parceiro, que desde então vem contribuindo tanto na elaboração de projetos culturais para concorrer a editais quanto no acompanhamento da execução dos projetos. Um apoio que, segundo todos os integrantes do grupo, fez e tem feito a diferença para o grupo e para o assentamento de forma geral.

Por meio de projetos culturais, dos quais se destacam o Pontão de Cultura Terra Viva, Terra de Arte e o Ponto de Cultura Casa de Cultura da Reforma Agrária, ambos da Política Cultura Viva, o grupo promoveu a realização de noites Culturais, oficinas artísticas e intercâmbios, tornando-se referência no trabalho desenvolvido em área assentada, atualmente reconhecido nacionalmente.

Desde a origem do grupo, foram realizadas várias atividades, entre elas: formação continuada com a realização de cursos, oficinas e montagens de peças teatrais com profissionais especialistas em suas linguagens; realização de intercâmbios e residências artísticas com grupos de outras comunidades assentadas e de Fortaleza (CE); Noites Culturais Todas as Vidas, Todas as Artes; I Festival de Cultura Terra Viva, Terra de Arte; exibição de filmes da Programadora Brasil, através do Cine Mais Cultura; cursos de computação e internet no Centro Rural de Inclusão Digital. Além disso, o

grupo participou de inúmeros eventos, como o I Seminário de Arte e Cultura na Reforma Agrária, o Dia da Agricultura Familiar do Sertão Central, a III Mostra de Arte e Cultura da Reforma Agrária, o XIII FNT de Guaramiranga, o XXII Escambo Popular Livre de Rua (Carnaúba dos Dantas-RN), o III Festival dos Inhamuns Circo, Bonecos e Artes de Rua, o II Salão Nacional dos Territórios Rurais (Brasília-DF).

O grupo produziu e apresentou dois espetáculos de teatro, amplamente divulgados no estado: *A Farra do Boi Carrapicho*, em 2008, e *Narradores da Terra e do Fogo*, em 2012. O primeiro espetáculo (Figura 13) conta a história de um casal, Mateus e Catirina, cujo desejo era de comer a língua de um boi, no caso o preferido do Capitão.

Figura 13 – Elenco do Espetáculo *A Farra do Boi Carrapicho*, Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará, 2008



Fonte: Arquivos do Grupo de Teatro Carrapicho, 2008.

O espetáculo foi produzido através de aprovação do projeto Pontão de Cultura Terra Viva, Terra de Arte. Esse espetáculo circulou pelo interior do estado e na capital, tendo sido apresentado em eventos e locais como o Festival dos Inhamuns, a XI Mostra Sesc Cariri de Cultura e o XXV Escambo Popular Livre de Rua, no Theatro José de Alencar e no Centro Cultural Dragão do Mar (ambos em Fortaleza).

Já o segundo espetáculo (Figura 14) conta a história de desapropriação da terra que originou o Assentamento Todos os Santos, enfatizando a importância do acesso à Educação, à arte e à Cultura, e foi produzido através de aprovação de projeto no V Edital de Incentivo às Artes da Secretaria de Cultura do Ceará. Para a elaboração

do roteiro, os doze atores que compõem o elenco realizaram uma pesquisa no assentamento, com a colaboração de Altemar Di Monteiro⁴².

Figura 14 – Espetáculo *Narradores da Terra e do Fogo*, Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará, 2010



Fonte: Arquivos do Grupo de Teatro Carrapicho, 2010.

A pesquisa ocorreu dentro do assentamento com os próprios pais e avós dos artistas, que acompanharam todo o processo de implementação do assentamento e que vivenciaram as dificuldades antigas e as atuais. Levou-se em consideração também o fato de os pais/avós de alguns integrantes do grupo serem moradores, ou trabalharem na época em que funcionava a fazenda do Grupo Votorantim. Além da pesquisa, o roteiro se baseou nos cordéis elaborados por um dos jovens do assentamento.

Em 2014, a Academia de Ciências e Artes (Acartes) produziu um DVD com documentários sobre o Pacra e as experiências relacionadas à Arte e à Cultura em onze assentamentos rurais (o Todos os Santos e o Tiracanga), onde a Arte e Cultura são destaque. No documentário intitulado *Nos Sertões de Canindé Arte que transforma*, referente ao Assentamento Todos os Santos, um jovem do Grupo de Teatro Carrapicho destaca: “os jovens daqui do assentamento conseguem ver arte em tudo. Eles

⁴² Altemar Di Monteiro é ator, diretor, produtor e arte-educador coordenador do Nóis de Teatro, em Fortaleza-CE, coordenador pedagógico da Escola de Teatro da Terra e Técnico do Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária. Mestre em Artes pela Universidade Federal do Ceará (UFC), tecnólogo em Artes Cênicas pelo Instituto Federal do Ceará, especialista em Arte Educação e Cultura Popular, licenciado em Teatro pela UFC.

conseguem ver e deslumbrar arte em tudo. Graças a um processo de muito tempo, de doze anos de história do Grupo de Teatro Carrapicho”⁴³

Uma questão relevante é que o Grupo de Teatro Carrapicho influenciou e encorajou a criação de novos grupos artísticos em outros assentamentos rurais, como no Assentamento Frazão e no Assentamento São Paulo, ambos em Canindé. Em entrevista, uma jovem componente do grupo lembra que criar um grupo artístico não é somente juntar os jovens, são necessários engajamento, determinação e dedicação.

[...] teve outras também que tentaram a fazer o grupo de teatro, que não vieram a dar certo por conta também da persistência das pessoas, achavam que o trabalho era fácil, era só criar dez jovens ali, criar um grupo de jovens e já é um grupo de jovens, só que não. Não é simplesmente montar ali dez jovens e achar que é um grupo, tem toda uma luta, tem toda uma dedicação da pessoa, tem que ter uma coordenadora pra que isso aconteça, pra que de fato os jovens possam se engajar e juntos construir o grupo de jovens, não é tão fácil assim como as pessoas pensam (Coordenadora do Ponto de Cultura da Casa de Cultura da Reforma Agrária - entrevista concedida em dezembro de 2016).

As crianças do assentamento desde o início compareciam aos ensaios do Grupo, entretanto devido serem menores de idade não podiam acompanhá-los nas viagens para se apresentarem, por isso no ano de 2006, foi criado o Grupo Carrapichinho, atualmente composto por 10 crianças com idade entre 8 e 12 anos. Esse grupo tem o intuito de estimular, inserir e proporcionar para crianças formações na área da Cultura, aperfeiçoando e dando continuidade as tradições do assentamento.

Grupo Raízes da Terra

O grupo Raízes da Terra foi constituído no ano de 2003, e se intitulava Jovens Unidos a Força da Esperança, mas em 2007, após assistirem uma apresentação de quadrilha intitulada Raízes da Terra, elaboraram uma peça teatral, com conteúdo que retratava as raízes culturais do campo. A partir daí, o grupo decidiu adotar esse nome para representá-los enquanto grupo artístico. O nome remete às práticas tradicionais do campesinato, e tem o intuito de valorizar a Cultura do campo, conforme relato abaixo.

A questão do agricultor, a gente nunca deve esquecer das nossas origens, da onde a gente é e pra onde vai. A gente trabalha sempre nisso pra nunca esquecer e sempre cultivando, resgatar a Cultura dos nossos pais, nossos

⁴³ A nova arte de se comunicar nos assentamentos. Cinema e Audiovisual em Assentamentos Rurais Cearenses. Ceará. Produção: Acartes, 2014, DVD. A elaboração do DVD contou com o apoio dos órgãos: Pacra, Incra, Secretaria da Economia Criativa, Secretaria do Audiovisual, Ministério da Cultura.

avós, que a gente não quer deixar morrer jamais. A gente quer sempre permanecer nesse caminho, nessa linha de pensamento pra não deixar... por mais que com o tempo as coisas vão se modernizando, mas nunca esquecendo as origens de onde a gente veio, a questão do agricultor, a questão de trabalhar na terra, a questão do vaqueiro que é uma questão muito forte tanto aqui, mas também na nossa região; o povo gosta muito da tradição dessa região e a gente nunca deixou morrer, né? (Coordenadora do Ponto de Cultura Raízes da Terra – entrevista concedida em dezembro de 2016).

O grupo nasceu a partir de reuniões semanais para fins religiosos, de Crisma, iniciando com pequenas peças teatrais na Coroação de Nossa Senhora. Com o passar do tempo, sentiram a necessidade de expandir a área de atuação e reuniam-se para debater e planejar as possíveis atividades para o grupo realizar. Uma dessas primeiras atividades foi a proposição de um roçado comunitário. Muitos foram os desafios encontrados no início da constituição do grupo, conforme relato abaixo:

No começo teve dificuldade porque meus pais não deixava a gente sair, tinha uma dificuldade medonha e a gente se reunia à noite, era mais complicado ainda, um monte de menor, doze, treze anos, ia nas estradas pra se reunir e eles não acreditavam porque achavam que muitas vezes a gente ia pra namorar, mas na verdade não, a gente queria mudar, não queria continuar naquilo, queria ter uma Cultura, começou a planejar as danças, nós mesmos criava, nunca teve professor, nós mesmo criava peça teatral pra apresentar na comunidade e também as novenas, da parte religiosa, dentro do assentamento. Aí assim “nós vamos criar o grupo de jovens”. A gente se reuniu com a metade do grupo, a gente se reunia pra ver o que a gente queria trabalhar, quais as ideias, aí a gente teve a ideia de fazer o canteiro produtivo. Fizemos, aí não tinha condições, quando o açude secava a gente mudava, quando enchia a gente voltava de novo, aí foi dito “não vai dar certo, vamos fazer um roçado comunitário”. Foi feito o roçado comunitário, limpemo e tudo né, com os poucos jovens que começaram a participar. Muita gente não acreditava, a comunidade não acreditava na gente. Por a gente ser jovem, achavam que a gente não tinha capacidade. A gente sofreu muito pra conquistar o que a gente tem hoje, a liberdade de a gente poder sair, os pais poder liberar a gente, era dificuldade. A maioria dos pais não liberava a gente pra participar porque achava que isso era besteira, era perda de tempo, mas com o tempo a gente foi conquistando isso dos pais, da família toda e dos jovens também. A gente deu continuidade e formamos o grupo (Coordenadora do Ponto de Cultura Raízes da Terra – entrevista concedida em dezembro de 2016).

Até o ano de 2016, participavam do Grupo Raízes da Terra aproximadamente vinte e cinco jovens, entre 13 e 30 anos (doze jovens da Associação do Assentamento Tiracanga I, doze jovens da Associação dos Trabalhadores Rurais do Tiracanga II e um jovem do Assentamento Rancho Primavera).

O grupo se destacou por desenvolver atividades voltadas para a dança, como as quadrilhas, além de realizar algumas peças de teatro. Relataram na entrevista que

uma professora da escola teve importante papel, contribuindo bastante na organização e motivação do funcionamento do grupo, bem como na elaboração e no ensaio das quadrilhas.

No documentário realizado pela Acartes intitulado *Retratando nossa história*, referente ao Assentamento Tiracanga, várias lideranças e artistas destacam a luta para a conquista da terra e o potencial de Cultura e da arte do assentamento. No decorrer do documentário, o depoimento de um jovem artista, integrante do Grupo Raízes da Terra revela: “a gente no grupo de jovens só tem a ganhar. Você tem como mostrar seu trabalho. Que é muito importante você ter seu trabalho e mostrar para as pessoas. Pra elas verem o que você faz”⁴⁴.

Assim como a história do Grupo de Teatro Carrapicho, o Grupo Raízes da Terra ganha um importante aliado e parceiro com a criação do Pacra. O grupo tem o primeiro contato com o Pacra, em 2007, quando treze jovens foram beneficiados com uma bolsa do Projeto Agente Cultura Viva. Daí nasce uma relação que teve como resultado vários frutos.

Com apoio do Pacra, do Grupo de Teatro Carrapicho e de lideranças do Assentamento Todos os Santos, o Grupo Raízes da Terra elaborou um projeto, que concorreu ao Edital dos Pontos de Cultura 2008/2009 e foi aprovado.

O projeto Ponto de Cultura Raízes da Terra possibilitou um crescimento e oportunidades importantes; mesmo com a finalização do projeto, os integrantes se autoidentificam enquanto Ponto de Cultura e mantêm as suas atividades artísticas e culturais.

Através do Ponto de Cultura Raízes da Terra, foi produzido o espetáculo *20 anos sem Gonzaga, 20 anos sem a sanfona de ouro*, que foi apresentado em vários eventos, comunidades e municípios. O grupo se especializou na dança (forró e xote) e optou por realizar apresentações com músicas de Luiz Gonzaga, pois para os participantes esse artista retrata em suas canções situações cotidianas próximas à realidade deles.

⁴⁴ A nova arte de se comunicar nos assentamentos. Cinema e Audiovisual em Assentamentos Rurais Cearenses. Ceará. Produção: Acartes, 2014, DVD. A elaboração do DVD contou com o apoio dos órgãos: Pacra, Incra, Secretaria da Economia Criativa, Secretaria do Audiovisual, Ministério da Cultura.

Figura 15 –Espetáculo *20 anos sem Gonzaga, 20 anos sem a sanfona de ouro*, Assentamento Santana da Cal, Canindé, Ceará, 2016



Fonte: Arquivos do Grupo Raízes da Terra, 2016.

O Espetáculo citado utiliza canções como *Estrada de Canindé*, *Ave Maria Sertaneja*, *Respeita Januário* e *Pau de arara*, de Luiz Gonzaga, que retratam casos cotidianos da realidade de onde vivem: os caminhos percorridos, no caso em estradas tão percorridas em Canindé; a força e a fé do povo; um caso de paixão e relação de namoro no interior; um filho que vai embora para a cidade e volta anos depois para visitar os pais.

Bogo (2008) lembra que a Cultura do caipira/sertanejo, quando se desloca para a cidade, não se extingue com a mudança do ambiente físico. Ao contrário, conserva-se durante certo tempo, inclusive são preservados valores como a fidelidade, o compromisso e a solidariedade entre os amigos.

Luiz Gonzaga, além de criar um tipo de interpretação e de ritmo, foi pioneiro ao cantar o Nordeste brasileiro, em especial o sertão. Esse cantor tornou-se conhecido em todo o país, "formou escola" e seu sucesso não teve a conotação de modismo (VIEIRA, 1992).

Vieira (2006), na obra *Velhos Sanfoneiros* mostra que há uma dimensão social incorporada pelos sanfoneiros, pois, ao produzirem e difundirem uma cultura, eles contribuem para a consolidação de identidades. Suas músicas contam histórias que têm elementos e significados com a capacidade de agregar pessoas e grupos sociais, gerando múltiplos processos interativos.

Em 2007, em noite cultural realizada para comemorar o aniversário do

Assentamento Tiracanga, muitas crianças demonstraram interesse em participar da apresentação do Grupo Raízes da Terra, ocasião em que o grupo montou uma apresentação somente com as crianças do assentamento, de modo que essas crianças começaram a cobrar apoio para manter as apresentações, nascendo daí o Grupo Sementinhas da Terra. Portanto, na data de aniversário do assentamento se comemora também o aniversário desse grupo. Em 2016, o mesmo era composto por oito crianças, entre 5 e 12 anos, de ambas as associações.

Há uma rotatividade entre os participantes dos grupos. Aqueles que eram crianças na época de criação do grupo infantil atualmente estão no Grupo Raízes da Terra dando continuidade às atividades.

Em relação à juventude do assentamento, destaca-se que ambas as associações estão inseridas nas atividades culturais, e têm poder argumentativo ao falar. Observou-se que os jovens têm boa autoestima, se reconhecem enquanto filhos de agricultor e não se intimidam em se assumirem sujeitos do campo, trabalhadores da produção agrícola junto da família. Apesar disso, uma preocupação visível é que, apesar do amor e da vontade de permanecer no lugar onde vivem, no assentamento, essa juventude não vislumbra oportunidades para gerar renda e se manter no assentamento. Foi relatado exemplo de jovens que saíram do assentamento e que gostariam de voltar, entretanto foi reforçada a dificuldade de sobreviver financeiramente da agricultura. Da mesma forma pensam os mais velhos, que não pretendem de jeito nenhum sair do assentamento, mas relatam dificuldade no cotidiano da agricultura, principalmente nos períodos de seca (como a última, de 2012 a 2016).

Grupo Resgate Cultural Força Jovem

Desde a época da fazenda, os moradores e trabalhadores reuniam-se para realizar as quadrilhas juninas nos meses de junho e julho. Com a criação do Assentamento Santo Antônio, a organização de quadrilhas permaneceu, sendo sempre uma forma de lazer, diversão e até mesmo um modo de arrecadar renda.

Como já era de costume um grupo de jovens e adultos se reunir para ensaiar, dançar e a realizar quadrilhas, somente em 2008 decidiram formar e oficializar um grupo artístico, o Grupo Resgate Cultural Força Jovem, formado por uma média de doze pessoas (de 15 a 20 anos na época de sua composição), com a finalidade de se organizar e desenvolver atividades artístico-culturais a partir de danças e músicas populares.

A formação do grupo de jovens foi pra poder juntar, pra ver se a gente conseguia movimentar mais o assentamento. Nós conseguimos juntar muitos jovens aqui pras reuniões, só que em participação, muitos não queriam participar dos grupos de dança, mas participavam das reuniões em si. Alguns sempre vinham e outros não porque não se interessou muito, mas a gente tentava juntar todos os jovens e ir pra frente em alguma coisa. Se a gente queria continuar um grupo até enquanto pudesse juntar os jovens pra sempre, nós tava indo né. Aqui é mais família, aqui são todos praticamente primos e aí a gente tinha um meio de se juntar pra poder trazer alguma coisa pro assentamento (Ex-integrante do Grupo Resgate Cultural Força Jovem 1 – entrevista concedida em outubro de 2016).

A ideia do nome do grupo foi fazer menção à “força” da juventude, e também envolver e motivar os jovens nas atividades do assentamento. Outra questão que inspirou a constituição deste foi o contato com outros grupos artísticos, dos quais se destacam o Grupo de Teatro Carrapicho, no período do projeto Pontão de Cultura Terra Viva, Terra de Arte, como se verifica em trecho de entrevista a seguir:

[...] conheci a Dona Margarida numa das reuniões em Canindé e me apaixonei pelo trabalho da Cultura, me apaixonei por tudo aquilo que ela fazia. Como eu disse pra você, eu amo a Cultura, daí eu conheci o assentamento Todos os Santos; passei três dias lá com ela, vim com a ideia, com os meninos que eu... esqueci o nome dos meninos dela, e fizemos reunião no assentamento, resolvemos montar o grupo, ela deu todo o apoio como Pontão de Cultura na época elas eram o Pontão de Cultura (Ex-Coordenador Ponto de Cultura Terra que se Planta e Encanta – entrevista concedida em outubro de 2016).

A socialização de ações artístico-culturais, em uma reunião na qual estavam presentes grupos artísticos, com compartilhamento de informações sobre o trabalho realizado pelo Grupo de Teatro Carrapicho, estimulou e encorajou uma liderança do Assentamento Santo Antônio, presente ali naquele momento.

Já em 2010, o Grupo Resgate Cultural Força Jovem, em parceria com a ATER da Cactus, organizou o I Festival da Cultura Regional de Caridade, onde se apresentaram três grupos artísticos: o grupo do assentamento organizador do evento, o Grupo Raízes da Terra e o Grupo de Teatro Carrapicho. A partir dessa troca de experiência com os outros grupos, eles e a Associação dos Moradores de Santo Antônio, com o apoio da Ater, elaboraram o projeto Ponto de Cultura Terra que se Planta e Encanta, aprovado no Edital de Pontos de Cultura de 2010 da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Secult), mesmo edital em que também foi aprovado o projeto Ponto de Cultura Casa de Cultura da Reforma Agrária, da Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos I.

Além disso, o assentamento foi beneficiado com o Projeto Casa Digital do Campo⁴⁵, que não foi implementado por falta de infraestrutura. O local pensado inicialmente para o funcionamento do projeto da Casa Digital foi a Casa Sede, entretanto existiam vários obstáculos para tornar o ambiente físico propício para comportar e dar fluidez ao funcionamento dessa Casa: rede de energia com tomadas e ligações suficientes; microambiente especializado para os computadores; falta de recurso para a segurança, a instalação de internet e a manutenção das máquinas. Assim, a associação e o grupo recuaram e não assumiram o projeto.

Com a aprovação do projeto Ponto de Cultura, intitulado: Terra que se Planta e Encanta, abriu-se um leque de oportunidades, formações, capacitações, intercâmbios, visibilidade para o grupo artístico, porém esse projeto, assim como qualquer outro, trouxe consigo várias responsabilidades, como execução de atividades no prazo, reuniões periódicas, elaboração de relatórios, efetivação de licitações, prestação de contas, dentre outras. Segundo trabalho de campo, o Grupo Resgate Cultural Força Jovem começou a se perder no que diz respeito à administração do projeto e à gestão do grupo.

A falta de experiência da Associação e do Grupo com projetos, somada ao final de contrato da ATER no acompanhamento do assentamento, e à liberdade e à autonomia dada a um integrante não pertencente ao assentamento, fez com que o grupo perdesse forças, desmobilizando seus integrantes e gerando desentendimentos entre as lideranças do grupo e da associação, acarretando o término do grupo.

Conforme conversas informais e entrevistas com ex-integrantes do grupo, ficam claros os desafios enfrentados e as falhas cometidas, que levaram a um emaranhado de tensões e conflitos que desmotivaram os integrantes e ocasionaram o fim do grupo. As dificuldades e os problemas enfrentados pelo grupo se misturaram com a chegada e a execução do Projeto, ocasionando aprofundamento de problemas e aumentando os desafios, que resultaram no fim do grupo e do projeto.

⁴⁵ A Casa Digital do Campo é um projeto resultante de um acordo de cooperação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário articulado com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, dentro do Programa Territórios Digitais, lançado em 2008 pelo governo federal visando atender os Territórios da Cidadania, municípios de menor IDH, onde o MDA cederia os equipamentos e a SDA realizaria a capacitação de monitores.

4.2 Pontão de Cultura Terra Viva, Terra de Arte: a experiência do Assentamento Todos os Santos

O projeto Pontão de Cultura Terra Viva, Terra de Arte (2008 - 2009) se configurou como um mobilizador e articulador das ações de Cultura nos assentamentos rurais cearenses. Foram atendidos, de forma direta, 20 assentamentos, descentralizando os recursos recebidos através da realização de formações, montagens de espetáculos artísticos com os grupos dos assentamentos envolvidos (PACRA, 2015).

Segundo a Coordenadora⁴⁶ do Pacra, a ideia de um projeto tipo o Pontão foi gestada bem antes de surgir o edital de Pontão de Cultura, cuja proposta inicial era bem maior: implementar um projeto de cunho cultural que envolvesse os assentados, os quilombolas e os indígenas. As diretrizes dessa proposta foram elaboradas de forma participativa e encaminhadas ao MinC (esfera federal), que as acatou, com a condição de que houvesse a inserção e contribuição da Secult (escala estadual). Tratava-se de um acordo entre Minc, Incra e Secult, mas esta última não aprovou a proposta.

Na mesma época, foi lançado o edital dos Pontões de Cultura pelo MinC, e o próprio Célio Turino⁴⁷ incentivou o Pacra a concorrer, entretanto o valor disponibilizado no edital não era suficiente para um projeto da amplitude da proposta pensada. Nesse sentido, o Pacra optou por priorizar os assentamentos rurais, público do Incra, entretanto faltava definir qual assentamento seria o responsável pelo projeto.

Nesse processo, os assentamentos se colocaram de forma particular. A partir da vivência de cada um, alguns dos critérios para a escolha do Pontão foram: disponibilidade; acesso à internet (banda larga); perfil para compartilhar conhecimento e informações; qualidade de já ter desenvolvido um bom trabalho na área cultural⁴⁸.

Então, o Todos os Santos já demonstrava essa disponibilidade, eles também tinham acesso à internet, lá já tinha o CRIDI. Então, se você imaginar, isso há sete anos atrás, só tinha lá em Santana com a inclusão digital já instalada, com banda larga. Então isso também foi um ponto positivo, foram critérios, era essa disponibilidade de compartilhar, de assumir de uma certa forma, ônus e bônus porque tem um trabalho intenso. Você tá fazendo isso pelo outro. Até acho que a gente fez um levantamento do que ficou em Todos os Santos e do que foi, de fato, pra todos outros grupos é uma quantidade de talvez 20%, 30%, que ficou lá com eles. Lá que eu digo é assim, que você passa materializar em informação, em equipamentos⁴⁹.

⁴⁶ Idem nota 14.

⁴⁷ Secretário da Secretaria da Cidadania Cultural do Ministério da Cultura entre 2004 e 2010, idealizador do Programa Cultura Viva.

⁴⁸ Idem nota 14.

⁴⁹ Idem nota 14.

Conforme relato, observa-se que o Grupo de Teatro Carrapicho, articulado à Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos, agregava características essenciais que fizeram dele o proponente do Projeto Pontão Terra Viva, Terra de Arte. Além da banda larga de internet, o perfil do grupo artístico, com comportamentos de compartilhar, cooperar, buscar, participar e de se responsabilizar, foi fundamental no momento da escolha da associação conveniente do projeto.

Inicialmente, a previsão era beneficiar dezesseis assentamentos rurais, entretanto, no decorrer do processo, entraram mais quatro: Umarizeiras, em Itatira, e Transval, São Paulo e Frazão (Canindé). Do total de vinte assentamentos rurais envolvidos, cinco eram Pontos de Cultura (Quadro 5).

O valor do Projeto Pontão de Cultura Terra Viva, Terra de Arte foi de 315.100 mil reais. Embora o início da vigência tenha sido em 31/12/2008 e o final em 30/12/2009, a liberação do recurso somente ocorreu em janeiro de 2009⁵⁰. Ao final, foi realizada e aprovada a prestação de contas junto ao MinC. Diante disso, após visita, avaliação e elaboração de relatório técnico do MinC, ficou prevista a aprovação de outras duas parcelas de mesmo valor. A Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos, juntamente com o Pacra, submeteu toda a documentação solicitada. A nova proposta foi aprovada, e a segunda parcela chegou a ser transferida, entretanto o convênio não foi assinado pelo MinC devido à mudança de governo (Lula/Dilma).

O projeto buscou consolidar e ampliar a experiência artística desenvolvida em assentamentos rurais. De forma resumida, objetivou, entre outras ações: realizar capacitações (oficinas, intercâmbios e residências artísticas) nas áreas artísticas, de gestão, de elaboração de projetos, de empreendedorismo; incentivar a troca de conhecimento nas comunidades, escolas e novas gerações; garantir a participação dos grupos artísticos (teatro e dança) nos eventos fixados no calendário cultural do Ceará (durante o período de execução do projeto); realizar parcerias visando consolidar espaços de difusão da produção cultural; articular junto às Secretarias de Cultura e Educação dos municípios a circulação dos espetáculos; apresentar uma proposta de circulação dos espetáculos produzidos pelo Pontão para compor a grade de programação

⁵⁰ Dados do Convênio SIAFI nº 701336. Informações retiradas do Portal da Transparência.

dos principais equipamentos culturais de Fortaleza; realizar o Festival Terra Viva, Terra de Arte; realizar o Fórum da Rede Cearense de Arte e Cultura na Reforma Agrária⁵¹.

Quadro 5 – Grupos e/ou Assentamentos articulados ao Pontão de Cultura Terra Viva Terra de Arte, Ceará (2015)

	Grupos	Assentamentos Rurais	Ponto de Cultura	Município
1	Grupo de Teatro Carrapicho	Todos os Santos	-	Canindé
2	Banda Brilho do Mar e Raízes do Coco	Caetanos de Cima (Sabiaguaba)	Abrindo Velas, Pescando Cultura	Amontada
3	Grupo de Dança Raízes da Terra	Tiracanga	Raízes da Terra	Canindé
4	Grupo de Teatro Caricultura	Barra do Leme	Cantos da Mata	Pentecoste
5	Grupo de Dança Raízes da Terra	Santana	Santana – Terra de Cultura	Monsenhor Tabosa
6	Grupo de Teatro Lagoa do Mineiro	Lagoa do Mineiro	Nóis: Artistas da Vida	Itarema
7	-	Patos (Bela Vista)	-	Amontada
8	-	Pachicu	-	Itarema
9	-	Salgado Comprido	-	Itarema
10	Grupo de Dança Boartes	Boa Água Trapiá	-	Banabuiú
11	Grupo de Dança Sementes da Terra	Valparaíso	-	Tianguá
12	Grupo de Teatro Terra e Arte	Barra do Feijão	-	Tabuleiro do Norte
13	Grupo de Teatro Muc'Arte	Mucumim	-	Arneiroz
14	Grupo de Teatro Filhos do Sertão	Jucá Grosso	-	Morada Nova
15	Grupo de Teatro Vida & Arte	Zé Lourenço	-	Chorozinho
16	Grupo Locomotivas de Teatro	Coqueirinho	-	Fortim
17	-	Umarizeiras	-	Itatira
18	-	Transval	-	Canindé
19	-	Frazão	-	Canindé
20	-	São Paulo	-	Canindé

Fonte: Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos I, 2009. Adaptado pela autora.

As capacitações ocorreram de acordo com a especificidade dos grupos artísticos nas áreas de música, teatro e dança. Durante o projeto, foram ministradas e oferecidas capacitações nos temas: percussão; introdução teatral; teatro do oprimido; noções básicas de direção teatral; interpretação; corpo; dança popular, dança contemporânea; montagem; confecção de instrumentos; flauta; técnica vocal; voz; contação de histórias; manutenção de espetáculo teatral; Cultura para a comunidade. A carga horária de cada capacitação também foi diferenciada, de acordo com a

⁵¹ ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS TRABALHADORES ORGANIZADOS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TODOS OS SANTOS I. *Portifólio das atividades realizadas pelo Pontão de Cultura Terra Viva Terra de Arte*. Canindé: Pacra, 2009.

necessidade, o objetivo, o conteúdo abordado e o nível do grupo artístico, variando entre 8h/a, 20h/a, 30h/a, 40h/a, 80h/a, 320h/a⁵².

Como resultados do processo de capacitações, foram montados 11 espetáculos, que circularam pelo estado do Ceará, e foi feita a Gravação do CD das Dramistas dos Assentamentos e Espetáculo Sons da Terra (CD lançado com tiragem de 1.000 cópias)⁵³.

Também foram realizadas três Residências Artísticas: uma do Grupo Nós de Teatro, de Fortaleza, no Assentamento Barra do Leme, em Pentecoste-CE; uma do Grupo Carrapicho, no Assentamento Cachoeira do Fogo, em Independência-CE; uma do Escambo Popular Livre de Rua, em São Miguel do Gostoso-RN⁵⁴.

As ações e formações realizadas no Pontão permitiram a aproximação e a socialização dos sujeitos de diferentes assentamentos, para compartilharem suas experiências artísticas e sua Cultura local, agregando-lhes conhecimento e valorizando-os enquanto protagonistas. Isso é posto por uma jovem, ao ser questionada sobre a relação do Pontão com os Pontos:

a relação que a gente tem é a troca de experiências do Ponto de Cultura com outros Pontos. A gente ministra oficinas em outras comunidades, procura trazer também outros Pontos de Cultura para cá pra construirmos experiências, fazer intercâmbios culturais, os grupos de teatro, é essa relação que a gente tem, o vínculo que a gente tem (Coordenadora do Ponto de Cultura da Casa de Cultura da Reforma Agrária – entrevista concedida em dezembro de 2016).

Entre as atividades realizadas, ressalta-se o Festival de Cultura Terra Viva, Terra de Arte, realizado na sede do município de Canindé do dia 25 ao dia 28 de novembro de 2009, reunindo aproximadamente 430 artistas e brincantes, a maioria assentados do Ceará e de estados no Nordeste⁵⁵.

A execução exitosa do projeto Pontão de Cultura Terra Viva, Terra de Arte contribuiu para a consolidação do Assentamento Todos os Santos como referência cultural no município de Canindé e no Ceará, bem como para o fortalecimento de antigos grupos e a constituição de novos grupos artísticos (como no Assentamento Umarizeiras, no Assentamento Frazão e no Assentamento São Paulo).

⁵² Idem nota 45.

⁵³ Idem nota 45.

⁵⁴ Idem nota 45.

⁵⁵ Idem nota 45.

O Fórum da Rede Cearense de Cultura foi realizado nos dias 29 e 30 de setembro de 2009 em Fortaleza-Ce. Na ocasião, ocorreu a socialização das ações realizadas pelo Pontão de Cultura Terra Viva, Terra de Arte, e os grupos participantes falaram de suas experiências nas capacitações, momento em que houve uma avaliação das atividades desenvolvidas, tendo o Pontão sido apontado como contribuinte no processo de crescimento e fortalecimento de valores e da autoestima dos grupos, e principalmente pelo reconhecimento e pela valorização de dados do local onde vivem.

Além disso, o projeto propiciou a aquisição de vários equipamentos (câmera fotográfica; cartão de memória; equipamentos de som; computador; impressora; estabilizador; webcam; nobreak; kit tv/dvd; câmera filmadora; tripé profissional; kit e sistema de iluminação para estúdio; gravador digital; mesa de luz e desenho; microfones sem fio; microfones com fio; mesa de som 16 canais; amplificador; caixa de som; folhas de gelatinas; mesa de iluminação 16 canais, refletor de luz; cabos, canhões de luz, suporte para canhão; tomadas; lâmpadas de 1000 w) e materiais de expediente e de divulgação.

O projeto contou com a contrapartida da Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos nas seguintes ações: capacitações artísticas; alimentação proporcionada nas capacitações; monitoria local; aluguel de computadores; hospedagem dos professores e/ou oficinairos.

Em reconhecimento do seu trabalho, o projeto foi convidado para apresentar suas ações no II Salão Nacional dos Territórios, em Brasília-DF, promovido pela SDT/MDA, e em 2010 foi homenageado pela Prefeitura Municipal de Canindé com o Prêmio Destaques do Ano.

4.3 Pontos de Cultura em Assentamentos Rurais no Território Sertões de Canindé

Ponto de Cultura da Casa de Cultura da Reforma Agrária

O projeto Ponto de Cultura da Casa de Cultura da Reforma Agrária foi aprovado no Edital II de Pontos de Cultura de da Secult - CE em 2010 e tinha como período de vigência de 2015 a 2018. A Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos deveria receber 180 mil reais, divididos em três parcelas de 60 mil reais. A primeira parcela e única até o

momento (julho de 2018) foi recebida em julho de 2015⁵⁶. Lamentavelmente, as demais parcelas previstas não foram repassadas para a associação. De acordo com relatos de integrantes do Grupo Carrapicho, a Secult – CE alega que parte dos recursos advinham do MinC e, com as mudanças no Governo Dilma e posterior Governo Temer a parceria foi rompida, não sendo mais repassado recurso para a secretaria. Neste contexto, os Pontos de Cultura aprovados neste edital tem se mobilizado pressionado a Secult- CE, entretanto até o momento esta não sinalizou a favor de repasse das outras parcelas.

O Ponto de Cultura previa uma programação mensal na Casa de Cultura e formações voltadas para o próprio assentamento. Ao comparar os projetos (Ponto e Pontão), uma jovem diz:

[...] o Pontão visava mais a construção de espetáculos teatrais e os trabalhos de formação, sempre vinha facilitadores para a construção do espetáculo. Às vezes a gente passava seis meses trabalhando com o facilitador para a construção de espetáculos teatrais. Já com o Ponto de Cultura, a gente vê que ele tem sido diferentemente porque ele é uma programação mensal que acontece todos os meses, durante doze meses, encerrou já a primeira etapa, é dividido em três etapas. Ano passado que foi em novembro já tá na reta final da primeira etapa, é mais essa programação mensal. Todos os meses ele tem uma programação na Casa de Cultura. Uma programação que dá oportunidade para a comunidade, que vem outros grupos de fora apresentar, que vem facilitadores dar oficinas e que ele sirva como uma forma de lazer para as pessoas da comunidade. É uma programação que todo mês você está aqui para ver as apresentações e ele também tem um folderzinho que é a programação do mês, o que vai acontecer, os espetáculos, as oficinas. Eu vejo essa diferença do Pontão para o Ponto, o Ponto tá valorizando mais essa programação mensal e é uma forma de lazer para a comunidade, já que não tem outras coisas (Coordenadora do Ponto de Cultura da Casa de Cultura da Reforma Agrária – entrevista concedida em dezembro de 2016).

A primeira atividade realizada pelo Ponto de Cultura foi o lançamento do projeto em si, que ocorreu no dia 14 de novembro de 2015, na Casa de Cultura do Assentamento Todos os Santos (Figura 16). Na ocasião da solenidade, estiveram presentes: a Coordenadora do Pacra; o Diretor e os integrantes da Cia do Latão; os representantes da Fetraece, do STTR de Canindé, da Ong Cactus, do Polo 17, do Núcleo Dramas, do Grupo Nós de Teatro, da Crede 7 Canindé, da Câmara Municipal de Canindé, do Assentamento Monte Orebe, do Assentamento São Paulo, Aconteceu a apresentação do Espetáculo *Procura-se*, do Grupo de Teatro ASAS do Assentamento Santana/Monsenhor Tabosa, e logo após ocorreu a exibição e o debate do Filme *Ópera*

⁵⁶ Dados/informações fornecidos pela Secult-CE (Processo nº 2103800/2017), em resposta à solicitação realizada através de Ofício nº 21 (UFC/Pós-Graduação em Geografia), protocolado no dia 27/03/2017.

dos Vivos – Ato 1 – Sociedade Mortuária Sessão.

Figura 16 – Lançamento do Ponto de Cultura Casa da Cultura da Reforma Agrária, Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará, 2015



Fonte: Arquivos do Ponto de Cultura Casa da Cultura da Reforma Agrária, 2015.

Após o lançamento, foram iniciadas as formações, conforme Quadro 6, entre 2015 e 2016 foram realizadas cinco capacitações. Essas tiveram o objetivo de aperfeiçoar e potencializar as habilidades artísticas existentes na comunidade.

Quadro 6 – Capacitações realizadas no Ponto de Cultura Casa da Cultura da Reforma Agrária, Canindé, Ceará, 2015 a 2016

Capacitações		Período
1	Teatro e Espaço: Um Olhar Flâneur sobre a Comunidade	Dezembro de 2015
2	Gerenciar no Campo	Dezembro de 2015
3	Teatro Infantil	Dezembro de 2016
4	Audiovisual	Janeiro de 2016
5	Elaboração de Projetos	Março de 2016

Fonte: Relatório do Ponto de Cultura Casa de Cultura da Reforma Agrária, 2016.

A capacitação, intitulada Teatro e Espaço: Um Olhar Flâneur sobre a Comunidade, ocorreu do dia 04 ao dia 06 de dezembro de 2016. Foi uma oficina com o objetivo de instigar a observação dos espaços geográficos e arquitetônicos da comunidade, para a criação de cenas teatrais e performances junto aos atores participantes.

Figura 17 – Grupo Nóis de Teatro, Oficina de Teatro, Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará, 2015



Fonte: Arquivos do Ponto de Cultura Casa da Cultura da Reforma Agrária, 2015.

Durante esta capacitação, foram realizadas várias atividades, das quais destacam-se duas: a) exibição e debate de 09 vídeos, resultados da investigação do Grupo sobre os espaços públicos a partir da ideia do Flâneur e das Crônicas de João do Rio (A alma encantadora das ruas); b) apresentação da peça *Todo Camburão tem um pouco de Navio Negreiro*, pelo Grupo Nóis de Teatro (Figura 17), momento em que grande parte da comunidade esteve presente.

A capacitação Gerenciar no Campo ocorreu no dia 10 de dezembro de 2016, executada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e teve o objetivo de debater sobre o aproveitamento de alimentos, para incentivar e contribuir para o não desperdício de alimentos, mostrando alternativas para a utilização das sobras.

A capacitação de Teatro Infantil, executada pelo Grupo Carrapicho (Figura 18), ocorreu nos dias 02, 09, 16, 23 e 30 de dezembro de 2016 e teve como público as crianças do assentamento e em especial os componentes do Grupo Carrapichinho. O objetivo da capacitação foi desenvolver a auto expressão por meio da arte cênica (teatro) potencializando a atenção, observação, imaginação e a criatividade. Como

atividades foram trabalhadas músicas populares e a relação com corpo e a mente, expressões faciais, gestos, coletividades, brincadeiras educativas (alteridade, agilidade) e outras.

Figura 18 – Capacitação de Teatro Infantil, Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará, 2016



Fonte: Arquivos do Ponto de Cultura Casa da Cultura da Reforma Agrária, 2016.

A capacitação Audiovisual (Figura 19) ocorreu no dia 10 de janeiro de 2017. Foi executada por dois integrantes do Grupo Carrapicho, que em outro momento foram alunos de capacitação com mesmo foco. Esta teve como objetivo ampliar o conhecimento sobre a produção audiovisual na elaboração de roteiros de filmes e teatro.

Figura 19 – Capacitação Audiovisual, Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará, 2016



Fonte: Arquivos do Ponto de Cultura Casa da Cultura da Reforma Agrária, 2016.

A capacitação de Elaboração de Projetos (Figura 20) ocorreu no dia 13 de março de 2017, facilitada por um representante do Pacra, e objetivou debater e apresentar as normas básicas e um roteiro de elaboração de projetos. Como atividade, os participantes discutiram, fizeram e apresentaram um pré-projeto.

Figura 20 – Capacitação de Elaboração de Projetos, Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará, 2016



Fonte: Arquivos do Ponto de Cultura da Casa da Cultura da Reforma Agrária, 2016.

Essa capacitação foi de cunho estratégico, tendo em vista que a maioria dos recursos para o fortalecimento e o desenvolvimento do Grupo Carrapicho e do assentamento foi adquirida via editais com submissão de projetos.

Ponto de Cultura Raízes da Terra

O projeto Ponto de Cultura Raízes da Terra foi aprovado no Edital I de Pontos de Cultura da Secult-CE de 2008 e teve a vigência de 2009 a 2014. A Associação dos Trabalhadores Rurais de Tiracanga II recebeu apenas duas parcelas, a primeira em julho de 2009 e a segunda em setembro de 2010⁵⁷, totalizando 120 mil reais. A última parcela não foi recebida por falta de experiência de gestão e execução de projetos, que acarretou na não realização das metas do plano de trabalho no prazo estipulado. O trecho a seguir apresenta bem essa dificuldade a respeito de execução do projeto.

[...] Tudo foi um aprendizado, no início a gente não sabia nem o que fazer com o dinheiro, assim, não em atividades, porque atividade a gente tinha bem

⁵⁷ Idem nota 50.

claro o que a gente queria, agora, como executar na parte burocrática mesmo a gente não tinha costume de lidar com empresa, com licitação e isso atrasou muito o recurso. Então, a gente ainda ficou com recurso da primeira parcela e a gente ainda ficou com recurso da segunda parcela que não deu tempo de a gente executar. Da primeira foi bem pouco, só foi essa parte mesmo da internet e intercâmbio, já da segunda ficou algumas oficinas, eu não lembro agora, mas depois eu posso te passar, não foram feitas porque o convênio se venceu.

A finalidade do projeto Ponto de Cultura Raízes da Terra foi beneficiar o assentamento em questão, fortalecendo a Cultura camponesa, valorizando a autoestima dos moradores do assentamento, gerando oportunidades inovadoras para a juventude rural e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do assentamento⁵⁸.

De acordo com o Plano de Trabalho do projeto, na primeira etapa foram realizadas as seguintes atividades previstas: constituição de uma equipe de coordenação; elaboração e divulgação da agenda cultural do Ponto de Cultura; aquisição de material de consumo; instalação do centro de multimídias e aquisição de equipamentos; Seminário Arte, Comunicação e Educação. Já na segunda etapa, foram realizadas: reuniões da equipe de coordenação; elaboração e divulgação da agenda cultural do Ponto de Cultura; aquisição de material de consumo; aquisição de equipamentos de som, de iluminação e instrumentos musicais; formações continuadas; apresentações culturais no Programa Mais Cultura; mapeamento cultural nos assentamentos de Canindé⁵⁹.

Durante o projeto, foram realizadas várias capacitações, conforme Quadro 7, nas quais os participantes tiveram conhecimento sobre assuntos diversos voltados para Artes, Cultura e Educação.

A capacitação em artes plásticas ocorreu de 26 a 31 de maio de 2010, quando foram discutidas e trabalhadas técnicas e dicas de como ornamentar locais, tendo como objeto a Casa de Cultura de Tiracanga II. Foram utilizados pincéis, cola, tinta, papel A4, isopor e Espuma Vinílica Acetinada (EVA), além de materiais recicláveis e naturais. Como resultado, criaram-se: letras, que foram usadas na identificação das salas da Casa de Cultura; um canteiro em formato da bandeira do Brasil; um flanelógrafo e estandartes para colocar avisos.

⁵⁸ ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO TIRACANGA II. *Projeto Ponto de Cultura Raízes da Terra*. Canindé, 2008.

⁵⁹ Idem Nota 50.

Quadro 7 – Capacitações realizadas no Ponto de Cultura Raízes da Terra, Canindé, Ceará – 2010 a 2013

Capacitação		Período	Participantes
1	Artes Plásticas	Abril de 2010	18
2	Confeção de Adereços	Maio de 2010	24
3	Confeção de Figurinos	Abril e maio de 2010	27
4	Informática – Módulo I	Maio de 2010	18
5	Dança – Danças populares e Sociais	Abril de 2010	28
6	Literatura	Fevereiro de 2011 e abril de 2011	18
7	Introdução à Dança Contemporânea	Maio e abril de 2011	17
8	Montagem do espetáculo de dança	Junho e julho de 2012	12
9	Expressão e Linguagem Corporal	Fevereiro e março de 2012	20
10	Formação em Informática – Módulo II	Outubro de 2012	18
11	Fabricação Artesanal de produtos do NIM	Outubro de 2012	12
12	Arte e Educação – Módulo I	Outubro de 2013	27
13	Arte e Educação – Módulo II	Novembro e dezembro de 2013	17
14	Percussão	Agosto de 2013	21

Fonte: Relatório Ponto de Cultura Raízes da Terra, 2013.

A capacitação em confecção de adereços (Figura 21) ocorreu de 17 a 24 de maio de 2010, com o objetivo de trabalhar a produção de adereços (acessórios, painéis e sapatos) voltados para o espetáculo *20 anos sem Gonzaga, 20 anos sem a sanfona de ouro*, do Grupo Raízes da Terra. Na capacitação foram produzidos: enfeites para a cabeça (arranjos para as mulheres e chapéus para os homens); painéis em tecido de algodão; enfeites para sapatos femininos e masculinos.

Figura 21 – Capacitação em Confeção de Adereços, Assentamento Tiraçanga, Canindé, Ceará, 2010



Fonte: Arquivos do Ponto de Cultura Raízes da Terra, 2010.

A capacitação em confecção de figurino (Figura 22), realizada de 20 de abril a 04 de maio de 2010, teve como objetivo principal ensinar técnicas de corte e costura e ornamentação em tecidos. As criações foram direcionadas aos figurinos a serem

utilizados em espetáculos do grupo Raízes da Terra. Foram produzidos moldes de calças, camisas e saias, de tamanhos diferentes. As peças, após construídas, foram decoradas com lantejoulas, flores, bicos, entre outros ornamentos.

Figura 22– Capacitação em Confeção de Figurino, Assentamento Tiracanga, Canindé, Ceará, 2010



Fonte: Arquivos do Ponto de Cultura Raízes da Terra, 2010.

A capacitação em dança popular e social foi realizada de 5 a 12 de abril de 2010, teve, entre outros, os seguintes objetivos: fazer uma retrospectiva da história da dança e sua importância no contexto da sociedade; abordar e explicar sobre os gêneros de danças e ritmos de músicas; estudar e vivenciar danças populares (baião, carimbó, cirandas, coco, frevo, axé); relacionar a música com a vivência do ser sertanejo. Questões como matrizes étnicas do povo brasileiro, modismo, função da música e dança levaram os participantes a refletir sobre a complexidade presente no cotidiano do assentamento. Um momento relevante foi o debate sobre as canções *Estrada de Canindé* e *Ave-maria Sertaneja*, de Luiz Gonzaga, quando se enfatizou a vivência do Sertanejo descrita pelo cantor. Ressalta-se que essas duas músicas, juntamente com mais outras, compõem o espetáculo *20 anos sem Gonzaga, 20 anos sem a sanfona de ouro*.

A capacitação de informática foi realizada em dois módulos. A necessidade de se ter acesso a equipamento específico (computadores e acesso à internet) fez com que a formação ocorresse em locais distintos de acordo com a disponibilidade. O primeiro módulo, com aulas no período de 07 a 16 de maio de 2010, foi no Centro

Vocacional Tecnológico (CVT), e o conteúdo abordado foi: Windows; Word; PowerPoint; Excel; acesso à internet; utilização do *Microsoft Service Network Messenger (MSN Messenger)*. O segundo módulo ocorreu na 7ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (Crede), de 13 a 23 de outubro de 2012, onde houve as atividades: explanação e utilização de ferramentas do *LibreOffice* (processador de texto *Writer*, *Calc* e *Impress*); orientação quanto à elaboração de documentos (ofícios, declaração e tabelas); ensinamento da criação de blog com *WordPress*.

A capacitação em literatura ocorreu nos dias 21 e 23 de fevereiro, e 6 e 7 de abril de 2011. Além de questões introdutórias sobre o que é literatura e suas vertentes, a capacitação teve como objetivo a confecção de livros individuais, com temáticas escolhidas pelos integrantes.

A capacitação de introdução à dança contemporânea ocorreu nos dias 19 e 20 de março, e 2, 3, 9, 10 e 29 de abril de 2011 (Figura 23). Nessa capacitação foram trabalhados ritmos e dança contemporânea.

Figura 23 – Capacitação de Introdução à Dança Contemporânea, Assentamento Tiraçanga, Canindé, Ceará, 2011



Fonte: Arquivos do Ponto de Cultura Raízes da Terra, 2011.

A capacitação em montagem de espetáculo de dança aconteceu nos dias 7 e 8 de junho de 2012, e 24, 25 e 26 de julho de 2012. Nessa formação, cujo objetivo foi montar um espetáculo de dança, os participantes realizaram todas as etapas desse processo: escolha de um tema para o espetáculo, que no caso foi definido como *A Terra e o Vaqueiro*; pesquisa e debate sobre o tema; seleção do repertório musical; criação das

coreografias, dos figurinos e dos adereços. O encerramento da capacitação se deu com a apresentação do espetáculo no assentamento.

A capacitação em expressão e linguagem corporal, realizada nos dias 04, 05 e 06 de fevereiro e 10, 11 e 12 de março de 2012, teve como objetivo fazer com que os participantes pudessem conhecer os limites do seu próprio corpo e trabalhar várias formas de se expressar sem dizer uma palavra oralmente. Foram trabalhados jogos teatrais explorando limites corporais, exercitando e expressando os sentidos.

A capacitação em Arte e Educação (Figura 24) foi desenvolvida em dois módulos. No primeiro módulo, desenvolvido de 06 de agosto a 09 de setembro de 2011, os assuntos abordados foram: concepção de Arte e Cultura; fundamentos da Arte na educação; ensino e prática teatral; ensino e prática em dança. No segundo módulo, realizado de 09 de novembro a 02 de dezembro de 2013, consistiu no debate sobre a história do surgimento do homem e sua forma de fazer arte e música. Esse momento foi pautado em sons e músicas. Outro objetivo da formação foi ensinar noções básicas de violão.

Figura 24 – Capacitação em Arte e Educação, Assentamento Tiracanga, Canindé, Ceará, 2012



Fonte: Arquivos do Ponto de Cultura Raízes da Terra, 2012.

A capacitação em percussão foi concretizada dos dias 02 a 04 e de 09 a 11 de agosto de 2013, tendo como meta ensinar como usar os seguintes instrumentos musicais: agô, triângulo, pandeiro, caixa, surdo e zabumba.

Outra atividade importante desenvolvida pelo Ponto de Cultura Raízes da Terra, nos dias 05 e 06 de maio de 2011, foi o Seminário de Arte, Educação e

Comunicação. Participaram desse evento 40 pessoas ligadas aos seguintes grupos e instituições: Raízes da Terra, Sementinha da Terra, Associação dos Trabalhadores Rurais de Tiracanga II, Associação de Tiracanga I, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé, Pacra, Incra/CE, Prefeitura Municipal de Canindé e Fundação de Cultura e Esporte de Canindé.

Como desafios encontrados o grupo aponta: 1. falta de credibilidade inicial por parte dos pais e das pessoas do assentamento; 2. falta de experiência e informação na execução de projetos (dificuldade na realização de relatórios, prestação de contas, licitações, entre outras atividades); 3. não constância de um acompanhamento do órgão responsável (Secult-Ce); 4. burocracia e demora na circulação de informações solicitadas; 5. dificuldade em encontrar empresas com características necessárias para participarem das licitações; 6. mobilização de pessoas para as atividades desenvolvidas; 7. manutenção do funcionamento da Casa de Cultura e ânimo de seus participantes após finalizados os recursos e o projeto em si.

Ponto de Cultura Terra que se Planta e Encanta

O projeto Ponto de Cultura Terra que se Planta e Encanta foi aprovado no Edital II – Pontos de Cultura da Secult de 2010. A vigência do projeto estava prevista para dezembro de 2017, entretanto a Associação dos Moradores de Santo Antônio recebeu apenas a primeira parcela de 60 mil, em fevereiro de 2013. Isso ocorreu pelo fato de a mesma não ter realizado a prestação de contas no tempo hábil, ocasionando a perda do convênio.

Em relação às atividades desenvolvidas, de acordo com conversas informais e entrevistas, foram realizadas duas capacitações (oficinas), uma de Produção de Adereços e Produção de Figurinos, e outra de Produção do Espetáculo *100 anos de Luiz Gonzaga*.

Sobre esse projeto, apresenta-se o seguinte depoimento:

Com o valor da primeira parcela, foi desenvolvida uma oficina de adereço para o grupo e outra oficina que era parecida com adereço, mas essa oficina no momento eu também não tô lembrado, mas foi realizado duas oficinas, essa de adereço, que seria todo o adereço pra quadrilha, pra festa junina que, no caso, não aconteceu. Mas foi feita a oficina dos adereços e foi feita também essa oficina de adereço também para o grupo, porque a gente tinha um novo figurino e esse adereço que ia compor o figurino. Foi feito uma que era tipo uns banner que a gente deixava na Casa Sede, inclusive, acho que eles tão até lá ainda. Foram realizadas essas duas oficinas. Em relação a movimentos, eu lembro que foram tirados valores altos pra quadrilha porque a quadrilha ia acontecer na data que saiu esse projeto. Foi tirado algum

repassa pra quadrilha (Ex-Coordenador do Ponto de Cultura Terra Que se Planta e Encanta – entrevista concedida em dezembro de 2016).

Diferentemente dos outros projetos, o Projeto Ponto de Cultura Terra que se Planta e Encanta não elaborou relatório das atividades e, segundo os participantes, os registros fotográficos se perderam. Nas entrevistas, percebeu-se que a memória não dá conta do ocorrido, levando ao esquecimento datas e detalhes importantes sobre o projeto.

O espetáculo *100 anos de Luiz Gonzaga* (Figura 25) foi apresentado no município de Caridade, em 2012, na I Mostra Estudantil de Teatro e Dança de Caridade, em comunidades e assentamentos vizinhos.

Figura 25 – Grupo Resgate Cultural Força Jovem, Caridade, Ceará, 2010



Fonte: Idace, 2010.

A I Mostra Estudantil de Teatro e Dança de Caridade, do Projeto Caridade das Tradições, instiga a valorização da riqueza artística do Sertão Cearense. As apresentações ocorreram na cidade de Caridade, com a participação de alunos de Boa Viagem, General Sampaio, Itatira, Paramoti, Canindé e Caridade. Aconteceu de 03 a 05 de agosto de 2012 e foi realizado pela Fundação Francisco Fonseca Lopes, com a Secretaria de Cultura e Educação dos municípios dos Sertões de Canindé e o apoio da Secult – CE.

Ao serem questionados sobre o que deu errado no projeto, os entrevistados esclareceram algumas questões.

Primeiro, houve disputa de poder dentro do próprio grupo na escolha de um integrante para coordenar o projeto e sobre o pagamento pela função. A falta de compreensão dos partícipes sobre o projeto em si e o não entendimento da função do coordenador geraram de início o desentendimento entre eles. A escolha da pessoa para desenvolver essa função, segundo alguns participantes, não foi legítima, causando um desconforto, e as decisões passaram a ser diluídas, provocando a desarticulação e a desunião do grupo.

Segundo, ocorreu o não entendimento da concepção ideológica da Política Cultura Viva, no caso do Ponto de Cultura, que deveria considerar as tradições existentes, no caso deles, em especial as quadrilhas. Essa desavença fez com que eles não valorizassem os sujeitos de “casa” e fossem buscar pessoas de “fora” como a melhor opção para contribuir na gestão e no desenvolvimento do projeto. Apesar de ser qualificada, no quesito coreografia e produção de indumentários, a pessoa de “fora” não levou em consideração o que de fato os participantes do grupo, donos do projeto, desejavam. Isso logo dispersou o grupo, pois parte dele deixou de participar das atividades. Em contrapartida, a pessoa de fora conquistou a confiança de parte da diretoria da associação, e aos poucos se apropriou do projeto, usando-o para interesses pessoais. Esse fato pode ser constatado na compra de materiais, na elaboração de roupas utilizadas por pessoas que não eram do grupo. Além disso, a falta de clareza na prestação de contas, como a não apresentação de certas notas fiscais, ocasionou a não aprovação da prestação de contas junto à Secult em tempo hábil e a consequente não liberação do restante das parcelas, o que deixou a associação inadimplente junto ao Tribunal de Contas do Estado.

É importante ressaltar que a mesma pessoa de fora ministrou capacitações no Projeto Ponto de Cultura Raízes da Terra. De acordo com relatos de integrantes do Grupo Raízes da Terra (Assentamento Tiracanga), essa pessoa agiu da mesma forma como fez no Assentamento Santo Antônio: primeiro, com suas habilidades de artista, ganhou a confiança do grupo, que o inseriu no projeto como coreógrafo e instrutor das capacitações; segundo, após ganhar a confiança de todos, semeou a discórdia entre o coordenador do projeto, jovens do grupo e alguns diretores da associação, causando o desconforto e o desentendimento dentro do assentamento. Após reuniões, os integrantes do grupo estabeleceram que a pessoa de fora não participaria mais de nenhuma

atividade, fato que gerou desavenças entre o Grupo Raízes da Terra, as quais foram, entretanto, superadas, promovendo a continuidade das atividades do projeto.

Nesse contexto, aponta-se que certos transtornos no Assentamento Santo Antônio poderiam ter sido evitados caso não tivesse havido falta de comunicação entre os integrantes beneficiários dos Projetos Pontos de Cultura. De acordo com relato de três integrantes dos Pontos de Cultura, também houve falta de qualificação na gestão e no controle de projetos por parte da concedente do projeto, para que os assentados pudessem geri-los sem maiores problemas.

O fato é que todos os problemas citados têm base na falta de organização e união do grupo, fator esse reconhecido e posto pela maioria dos entrevistados, conforme se verifica a seguir:

Em primeiro lugar tem que ter união, organização, se você não tiver união e organização nada vai pra frente. Você tem que pensar o grupo em geral. Por que o assentamento tá dando certo? Porque praticamente nós somos uma família e a gente se une, eu faço minhas coisas aberto, numa reunião, se deu pra um, deu pra todos. Eu não vou pensar em mim, e o outro? Então eu acho assim, que esse Ponto de Cultura era pra tá aqui umas mil maravilha, mas eu não vi nada feito. Então o nome que tá no jogo é o meu, que sou o presidente. Eu não sei como tá faltando uma nota e eu não sei como eu vou fazer. Eu recebi muitas ligações pra resolver isso aí. Eu não sei nem como vai ser (Presidente da Associação dos Moradores de Santo Antônio – entrevista concedida em outubro de 2016).

[...] foi a questão da desorganização e a questão de não haver um entendimento, de não ser focado exatamente no assunto que seria desenvolvido. O primeiro ano que foi, a gente tem uma planilha, o Ponto de Cultura fornece pra gente, uma das principais metas do primeiro ano nosso era ter feito a compra do kit multimídia. Era um valor destinado somente para esse kit multimídia. Esse kit multimídia era o primeiro passo a ser feito quando o recurso chegou ao encontro do assentamento. Ele não foi feito, não foi efetuado a compra desse kit. Você tem que fazer uma licitação com várias empresas e a comunidade, com a associação, com o presidente, escolher a empresa melhor pra fornecer o material melhor, que sai o melhor preço, daí então não foi feito. Começou a ser feito retiradas e pra oficinas foram feitas retiradas pra quadrilha, isso foi a primeira retirada quando ele entrou, não estava aqui, tava pra Pacatuba e aí então foi acontecendo oficinas, foram feitas retiradas pras oficinas e retiradas pra fazer o pagamento pedagógico. Daí então, ele parou, as outras ações do primeiro ano não foi desenvolvida nada porque dentro do projeto que a gente fez era trabalhar, fortalecer na época, eu me lembro, a questão das festas religiosas daqui, que são muito influentes também que são antigas (Ex-Coordenador do Ponto de Cultura Terra que Planta e Encanta – entrevista concedida em outubro de 2016).

[...] o projeto foi bom, se quando é que tá num grupo que tá junto, ele é forte. O que é, pegaram pessoas de fora que não têm nada a ver com esse grupo que tem aqui. Foi o caso de eles trazer o Augusto que era lá de Canindé. Na mesma hora, o que deu, se eu receber um projeto, se eu comprar a roupa pra um boi, tem a nota fiscal dela, se eu compro aqui um chinelo pra

uma pessoa, tem a nota fiscal dela, se eu compro qualquer tipo de coisa, se eu pagar um carro tem que anotar aqui, foi assinado por umas três pessoas que eram testemunhas ali. Aqui tudo se faz assim, se você fizer uma coisa, dizer que aquilo nada vale nada, amanhã ou depois vai prejudicar. Mas se você fizer uma coisa, fizer um projeto, se você correr tudo dentro do padrão não dá problema (Mestre do reisado do Assentamento Santo Antônio – entrevista concedida em dezembro de 2016).

Observa-se nos trechos das entrevistas a referência sobre a importância de se ter um grupo unido, organizado, que pense no bem coletivo, e a cobrança em relação ao cuidado em se executar um projeto, no que diz respeito tanto aos recursos humanos quanto aos recursos financeiros. Isso logicamente refletiu na execução do projeto, levando ao não cumprimento das metas, ao não registro das atividades e à não prestação de contas, etapas necessárias para a continuidade e o sucesso do projeto. E o que deveria contribuir para o crescimento e o desenvolvimento do grupo e assentamento virou um problema que prejudicou a associação.

4. 4 Casas de Cultura no/do Campo

Até julho de 2016, existiam sete Casas de Cultura em Assentamentos Rurais do estado do Ceará, três das quais são resultado da articulação do Pacra/Incrá com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará: Assentamento Mucuim (em Arneiroz), e Assentamento Todos os Santos e Assentamento Tiracanga (ambos em Canindé). As quatro casas restantes originam-se da articulação entre o MST e a SDA: Assentamento Dez de Abril no Crato; Assentamento Palmares em Crateús; Assentamento Santa Rita em Santana do Acaraú; Assentamento Logradouro em Canindé.

O recurso foi canalizado via Projeto São José da SDA do Ceará. As três Casas articuladas pelo Pacra funcionam como espaço cultural, apesar de dentro delas acontecerem outras atividades, como reuniões da associação.

Conforme entrevista realizada com a Coordenadora do Pacra (2016), a construção das Casas de Cultura estava articulada a uma demanda de assentamentos rurais que já realizavam atividades culturais e artísticas e já haviam sido beneficiados pelo Minc/Secult (com Ponto de Cultura ou Pontão de Cultura), mas não tinham local específico para realizar suas atividades. No Assentamento Tiracanga não existia um espaço físico, já nos assentamentos Todos os Santos e Mucuim existia uma casa, porém com a estrutura em precárias condições.

Inaugurada em dezembro de 2010, a Casa de Cultura da Reforma Agrária (Figura 26) no Assentamento Todos os Santos, construída próxima ao açude e à escola do assentamento, tem um anfiteatro, que pode ser adaptado a sala de cinema, além de espaços para capacitações, seminários e exposições, e uma sala de leitura com mesas e cadeiras.

A Casa de Cultura da Reforma Agrária teve o importante papel de formação artística e de difusão da tradições regionais proposta pelo Pontão de Cultura Terra Viva, Terra de Arte, criado no assentamento em parceria com os órgãos MinC e SDT/MDA. Nesse espaço foram realizadas várias capacitações ministradas e/ou organizadas pelo Pontão de Cultura. E desde 2015, têm funcionado na Casa de Cultura as ações do Ponto de Cultura Casa de Cultura da Reforma Agrária.

Figura 26 – Casa de Cultura da Reforma Agrária (amarela) e Casa Sede (azul), Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará, 2016



Fonte: Cabral, Trabalho de Campo, 2016.

Já a Casa Comunitária de Cultura do Tiraçanga (Figura 27), não teve inauguração oficial, mas está em funcionamento desde final de 2010. O local foi palco de desenvolvimento das ações do Projeto Ponto de Cultura Raízes da Terra e funciona como espaço de formação artística, circulação de plateia, ateliê de confecção de indumentárias, adereços e figurinos, centro de apoio às manifestações culturais da região, tendo ainda uma sala de inclusão digital com computadores.

Figura 27 – Casa de Cultura Comunitária e Ateliê, Assentamento Tiracanga, Canindé, 2016



Fonte: Cabral, Trabalho de Campo, 2016.

As Casas de Cultura, os Pontos e o Pontão de Cultura foram projetos que se complementaram, visto que a Casa de Cultura funciona como a estrutura física (forma) e os projetos as equiparam e viabilizaram o seu funcionamento, com uma programação de eventos que devem ser cumpridos ao longo do desenvolvimento desse projeto.

No caso do Assentamento Tiracanga, atualmente não há nenhum tipo de recurso inserido na manutenção e no funcionamento da Casa de Cultura. Isso de certa forma é um obstáculo, porque antes havia uma movimentação maior na casa, que lhe dava maior dinâmica com formações continuadas e eventos.

Quando se fala em Cultura nesses assentamentos rurais, grande parte dos camponeses as associam às Casas de Cultura, o que mostra que elas são referências no campo, não somente para os jovens, mas para todos no assentamento. E mesmo com as dificuldades de manutenção, as Casas de Cultura estão cumprindo sua função. O grande desafio é a autogestão e a preservação das unidades, como ter uma programação de funcionamento semanal, ter um convênio que financie água, energia, internet, monitores e manutenção de máquinas. Porém, enquanto isso não ocorre, estas são mantidas com as estratégias encontradas pelos camponeses assentados, principalmente os jovens.

Já foram elaborados convênios com a Prefeitura do Município de Canindé para o financiamento da manutenção das Casas de Cultura, no entanto os projetos nunca saíram do papel. Entretanto o que a prefeitura tem garantido até o momento é a energia elétrica das Casas de Cultura, conforme se verifica em trecho de entrevista abaixo com a coordenadora da Casa de Cultura Comunitária de Tiracanga.

A parte que a prefeitura tem é que ela paga a energia da Casa de Cultura. A gente tá tentou assinar um convênio com eles, mas nunca deu certo, a única parceria que a gente tem é só isso aí mesmo, ela paga só a energia daqui. O projeto não tem como manter o Ponto de Cultura na questão da água, da luz, papel, a impressora, essas coisas você não tem como ter, aí tem que ser fora a parte. A gente já tentou entrar em acordo com a prefeitura, mas nunca deu certo essa questão. Até às vezes pergunta “você são um Ponto de Cultura, deveria ter um convênio”. A gente já tentou várias vezes com a prefeitura convênio, mas nunca deram a resposta, dizem que nunca tem dinheiro, tá devendo muito, aquelas desculpas de sempre (Coordenadora do Ponto de Cultura Raízes da Terra – entrevista concedida em setembro de 2016).

Seis anos após a construção das Casas de Cultura, ao se questionar os camponeses sobre o tipo de influência delas no assentamento, as respostas surpreendem:

A Casa de Cultura é a animação do assentamento. Se não fosse a Casa de Cultura o assentamento era um deserto, tudo paralisado. Todo o movimento é aqui na Casa de Cultura, forró, ensaio... se não fosse a Casa de Cultura tava cada um nas suas casas (Integrante do Grupo Raízes da Terra 2 – entrevista concedida em setembro de 2016).

[...] mudou muitas coisas porque naquele tempo, como não tinha o Ponto de Cultura, os meninos saíam da escola, ia de casa para a escola, às vezes iam pra um jogo de futebol e só isso, e hoje não, quando sai da escola nós vem pra Casa de Cultura, às vezes faz, reflete alguma coisa, reflete em cima daquilo, monta peças, e danças, cada um dando o seu depoimento e vamos se encaixando. Aí se junta muito, são muitas pessoas que vem pra cá, os que participam olham e prestam atenção, aqui é uma coisa muito importante sim. (Integrante do Grupo Raízes da Terra 1 – entrevista concedida em setembro de 2016).

As manifestações que acontecem sempre aqui no assentamento Todos os Santos são os intercâmbios culturais, os intercâmbios de outros assentamentos ou até de cidades, que se deslocam até o assentamento pra fazer essas manifestações, como apresentações culturais, palestras que acontecem aqui na Casa de Cultura, palestras com outros facilitadores, oficinas de teatro também, uma das coisas que a gente prioriza aqui na comunidade e sempre acontece durante quase todo o mês. Sempre vem, sempre a gente tá tendo essa experiência que serve para o nosso grupo de teatro e para as pessoas que estão na comunidade (Coordenadora do Ponto de Cultura da Casa de Cultura da Reforma agrária – entrevista concedida em dezembro de 2016).

Pelas falas dos entrevistados é possível verificar várias questões. Primeiro, a questão de infraestrutura específica para a realização de atividades culturais, como Jacó disse. Antes da construção da Casa, a juventude não tinha um espaço próprio para se reunir, juntavam-se debaixo de um “pé de pau”, ou seja, no caso do período chuvoso ou no período noturno não tinha condições de a juventude se reunir ou ensaiar. Essa é uma questão importante de se analisar no Assentamento Santo Antônio. Para os ex-participantes do grupo de jovens desse assentamento, um dos fatores citados foi o fato

de não possuírem espaço próprio para realização de suas atividades, inclusive as atividades do Ponto de Cultura. Em trabalho de campo (realizado em dezembro de 2016), o material comprado e confeccionado com recursos do Ponto de Cultura deles encontrava-se numa sala da Casa Sede do assentamento, sem cuidado algum e totalmente empoeirado.

Segundo, a Casa de Cultura passou a ser um Ponto de encontro cotidiano, um local acessível a todos, para bater papo, ou desenvolver outras atividades que não as rotineiras, como aula na escola ou futebol no campo.

Terceiro, em relação ao lazer, a Casa de Cultura é tida como a “animação” do assentamento, local onde ocorrem os ensaios, as festas de forró, o Carnaval.

Quarto, é um local de reflexão sobre as tradições culturais do assentamento. No Tiraçanga, mesmo após findados os recursos do Projeto Ponto de Cultura, e sem previsão para realização de formações/capacitações, a Casa permanece com atividades geridas pela juventude do assentamento, como reuniões para reflexão sobre a Cultura do assentamento. No caso do Assentamento Todos os Santos, como o projeto Ponto de Cultura está em desenvolvimento, há uma programação anual de atividades na Casa.

Quinto, uma liderança do assentamento Tiraçanga II, um dos responsáveis pelo time de futebol local, revela em entrevista que com a ocupação dos jovens e as formações pelas quais passaram a juventude incidiram inclusive na diminuição do consumo da bebida alcoólica.

Sexto, os assentamentos passaram a ter uma maior visibilidade com as visitas feitas por várias turmas de alunos e pesquisadores de universidades distintas (UFC, URCA, entre outras). Essas instituições de ensino buscam esses espaços para conhecer e apreender sobre o funcionamento das Casas de Cultura e da Cultura desses assentamentos.

Sétimo, no caso específico da Casa de Cultura da Reforma Agrária do Todos os Santos, a mesma é também palco de desenvolvimento das tecnologias de comunicação, como as redes sociais. No interior da unidade e nas suas proximidades, o acesso à internet é gratuito, por isso, geralmente no final da tarde, os jovens vão para a calçada da Casa de Cultura com o objetivo de ter acesso a esta tecnologia (Figura 28).

Figura 28 – Jovens acessando a internet nas proximidades da Casa de Cultura da Reforma Agrária, Assentamento Todos os Santos, Canindé, Ceará, 2016



Fonte: Cabral, Trabalho de Campo, 2016.

Esse fato configura uma paisagem curiosa, não são apenas jovens acessando a internet, mas jovens do campo que foram beneficiados com projetos sociais comprometidos com a inserção no sistema mundo. A internet tem sido um importante local e ferramenta de divulgação dos grupos artísticos e das ações dos Pontos de Cultura.

De acordo com estudo realizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (2017) no ano de 2016, 54% dos domicílios brasileiros estavam conectados à Internet, ou seja, aproximadamente 36,7 milhões de residências. Outro resultado foi que o acesso à Internet estava mais presente em domicílios de áreas urbanas equivalente a 59%, enquanto em áreas rurais a proporção foi de 26%. Esta pesquisa também constatou que entre as atividades on-line, as mais citadas são o uso da Internet para envio de mensagens instantâneas (89%) e o uso de redes sociais (78%), sendo que o dispositivo de acesso mais utilizado (93%) para navegar na rede foi o celular.

Embora o crescente uso da Internet suscite diversas discussões nos mais diferentes setores, deve se reconhecer que essa forma de sociabilidade das redes sociais faz parte da sociedade contemporânea, se consolidando enquanto um modo de expressão coletiva das experiências sociais de comunicação, informação e relacionamento de pessoas.

Nas áreas rurais, as novas tecnologias de comunicação e informação têm sido um fator de mudanças sociais e das formas de comunicação. Ao acessar a internet, novos espaços são descobertos, onde desenvolvem teias de relações, redes de discussões, compartilhamento de experiências, conhecimentos, emoções e sensações (SALES, 2010).

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (2017) realizou também uma pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos equipamentos culturais brasileiros (museus, cinemas, arquivos, Pontos de Cultura, bem tombado, biblioteca e teatro) na qual se averiguou que o grande desafio para o uso de computador e internet nestes equipamentos culturais eram os recursos financeiros para investimento na área de tecnologia, onde também se mencionou os dispositivos ultrapassados e a baixa velocidade de conexão.

Na Casa de Cultura e Ateliê do Assentamento Tiracanga não há internet, pois apesar de sua implantação ter sido prevista no projeto não houve recursos para a sua manutenção. Mesmo assim, parte das casas do assentamento já possui internet. Sobre a relevância do acesso a internet a coordenadora do Grupo Raízes da Terra no Assentamento Tiracanga disse que

[...] é importante primeiramente pra interagir, um meio de comunicação veloz que tá em todo o mundo, então é muito fácil pra você divulgar um trabalho, você se comunicar com pessoas que estão distantes, é uma fonte potente de informação. Ela é muito boa tanto pra você fazer pesquisa, desde trabalhos escolares, acadêmicos, nos diversos aspectos, como também informações a nível de governo, no contexto social geral. É um meio de informação e comunicação muito importante para todos. A pessoa tem que ter senso pra quando se trata da juventude, mas o objetivo geral, se você souber trabalhar é um excelente meio de informação e comunicação e até de motivação ao estudo, à pesquisa (Coordenadora do Ponto de Cultura Raízes da Terra – entrevista concedida em dezembro de 2016).

A chegada da internet nos assentamentos rurais ocasionou mudanças, pois esta além de um local compartilhamento de informações e de relacionamento entre pessoas efetiva-se também como um local de produção de conhecimento.

A oferta de internet gratuita por *wi-fi* na Casa de Cultura da Reforma Agrária do Assentamento Todos os Santos possibilita que os camponeses desfrutem de tudo o que essa ferramenta pode proporcionar.

5 À GUIZA DE CONCLUSÃO

Apesar de a palavra Cultura possuir definições diversas, e ser objeto de estudo de diversos autores e ciências, a Cultura deve ser compreendida enquanto direito, plural, heterogênea, e como construção/produção humana (inerente ao ser humano).

Levando em consideração que nenhum indivíduo é desprovido de Cultura, todas as pessoas que constituem um assentamento trazem consigo conhecimentos, hábitos, anseios, sonhos, que, na “chegada”, são compartilhados e a partir dali começam a construir novos começos e recomeços, ou seja, uma nova “partida”.

Compreender a Cultura como um “direito é opor-se à política neoliberal, que abandona a garantia dos direitos, transformando-os em serviços vendidos e comprados no mercado e, portanto, em privilégios de classe” (CHAUÍ, 2008, p. 66). Nessa lógica, entende-se que as políticas culturais constituem um instrumento que, dependendo do projeto ideológico, pode assegurar esse direito aos camponeses. E esse direito potencializa o desenvolvimento dos camponeses e do assentamento rural.

Calabre (2007), ao tecer comentário sobre os desafios para o processo de implementação de políticas culturais, fala que não existe relação direta de causa e efeito no campo da ação cultural, o que torna complexa a avaliação. Parte das ações interage com o campo das mentalidades, das práticas culturais enraizadas, exigindo um tempo mais longo para gerar resultados visíveis.

Apesar dessa colocação, observou-se que a Política Cultura Viva incontestavelmente foi um marco para o fortalecimento das culturas populares, em especial da Cultura Camponesa.

No que diz respeito à distribuição dos Pontos de Cultura em regiões e em espaços geográficos, verificou-se que há uma concentração deles na região Sudeste e no meio urbano, mesmo levando em consideração a relação população e território. Isso levanta a reflexão sobre as consequências da inexistência de uma política cultural específica para o campo, como a dificuldade dos camponeses em acessarem as políticas culturais, agravada pela extensão territorial e pela diversidade cultural do país. Assinala-se, portanto a necessidade de se ter uma política cultural específica para os povos do campo ou pelo menos um programa.

Durante o processo de acesso até a desenvolvimento dos projetos culturais uma série de mediações entre os camponeses assentados e o poder público foi realizada (em diferentes níveis). Entre os agentes mediadores, destacam-se o Pacra e a ATER.

O Pacra, um dos maiores mediadores entre os camponeses e os setores do Estado voltados para a Cultura, principalmente no Ceará, tem contribuído efetivamente para que os camponeses tenham acesso às políticas culturais. Conforme especificado no capítulo 2, foi por meio desse projeto que mais de 30 assentamentos rurais foram beneficiados por algum tipo de projeto de cunho cultural. Apesar do reconhecimento nacional e da importância do Pacra para a Cultura e para o campo, o projeto não está institucionalizado, tornando-o fragilizado quanto a recursos humanos e financeiros. Entende-se, assim, que a institucionalização desse projeto favoreceria a Cultura camponesa.

Em relação à ATER, observou-se que a continuidade desses serviços contribuem de forma significativa na implementação e no acompanhamento de políticas públicas, com destaque para as políticas culturais foco desta tese. Entretanto entende-se que deve ser melhor trabalhado o incentivo à autonomia e ao empoderamento dos assentados. Eles devem ser protagonistas de todo o processo, desde a elaboração e a implementação de projetos culturais até o encerramento deles, até porque a essência do projeto é a Cultura deles.

É importante reiterar que no Ceará os camponeses assentados estão articulados ou ao movimento sindical dos trabalhadores do campo (STTRs, Fetraece, Contag), ou ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ambos os movimentos, de base camponesa, têm princípios ideológicos diferentes e conseqüentemente formas de agir díspares.

Os assentamentos rurais ora pesquisados estão ligados ao movimento sindical. Esse tem um papel significativo para os camponeses, tanto em Caridade quanto em Canindé, entretanto não possui secretaria e/ou coordenação específicas de Cultura, e esta é tratada de forma superficial juntamente nas Secretarias de Juventude e Educação. Nesses municípios, os sindicatos citados têm conhecimento das ações e dos projetos culturais nos três assentamentos rurais pesquisados e se colocam enquanto apoiadores da “luta” pela Cultura, entretanto reconhecem que no cotidiano a contribuição é pontual.

Embora os assentamentos estudados não sejam articulados ao MST e suas associações não tenham vínculo direto com esse movimento, cabe ressaltar que, para o MST, a Cultura é uma dimensão com grande respaldo e está intrinsecamente ligada às suas lutas, o que pode ser averiguado, por exemplo, em suas ações por meio da realização das místicas.

A Política Cultura Viva, nos assentamentos rurais, acarretou, entre outras consequências, o fortalecimento e a valorização da memória camponesa, e a conscientização dos assentados sobre a importância de respeitar, registrar e guardar todo o material referente à memória do assentamento, dos grupos artísticos e dos Pontos de Cultura. Essa memória rica em sabedoria representa o elo que vem do passado e direciona a construção do futuro, e alimenta as raízes existenciais das lutas do camponês assentado.

Essa política proporcionou também a visibilidade, o reconhecimento e a valorização dos assentamentos rurais e dos grupos artísticos; logo, da Cultura Camponesa. Enfatiza-se que o reconhecimento foi constatado em diferentes escalas: dentro dos assentamentos (por parte dos próprios assentados), em comunidades vizinhas, no município (Canindé), no estado, e até mesmo no país, no caso do Assentamento Todos os Santos. Tiraçanga e Todos os Santos recebem frequentemente visitas de turmas de alunos de diferentes universidades (UFC, UVA, URCA).

Como reflexo do que ocorreu nos assentamentos analisados, outros grupos artísticos se sentiram estimulados e encorajados a se dedicar à arte e à Cultura, como o caso do Grupo Brilho do Sol, do Assentamento Monte Orebe, e do Grupo de Jovens, do Assentamento São Paulo, ambos localizados em Canindé, estado do Ceará.

Com isso, ocorreu a potencialização da autonomia dos camponeses, principalmente dos jovens, superando o descrédito inicial e conquistando a confiança dos pais dos integrantes dos grupos artísticos e moradores do próprio assentamento.

Freire (1981) já falava sobre a importância de compreender o assentamento também enquanto unidade cultural, para que se possa superar o poder inibidor da Cultura do silêncio. Pensando dessa forma, a Cultura camponesa tem se revelado enquanto ferramenta de resistência do modelo de produção capitalista, que busca impor seus valores, princípios, modos de vida e tempo.

Nesse contexto, a partir da consolidação de grupos artísticos e de todo o processo (da implantação à execução) que os camponeses do Pontão e dos Pontos de Cultura vivenciaram, os assentados desenvolveram maior senso de coletividade, fortalecendo-se e organizando-se como indivíduos e como grupo, conscientes da importância da participação individual e da organização associativa como ferramentas para acessar as políticas públicas.

Os espetáculos teatrais do Assentamento Todos os Santos retratam questões da vida do camponês: de pressão, resistência e luta pela terra (“Narradores de Fogo”),

ou relações do modo de vida camponês (“Farra do Boi Carrapicho”). As danças de músicas de Luiz Gonzaga descrevem o sertão e o cotidiano do camponês, no caso dos assentamentos Tiracanga e Santo Antônio. Nesses momentos, esses sujeitos são também atores de sua própria história, rompendo com a “Cultura do silêncio” e levantando a bandeira da resistência contra a Cultura hegemônica.

Embora existam relatos de enfrentamento de obstáculos, constatou-se o êxito na execução dos Pontos de Cultura: Casa de Cultura da Reforma Agrária (em Todos os Santos) e Raízes da Terra (em Tiracanga). Para isso, certos elementos contribuíram fundamentalmente: o hábito dos assentados de se unirem e se organizarem para lutar por objetivos comuns; o desejo dos integrantes dos grupos artísticos de se espelharem em seus pais, camponeses que lutaram desde o início dos assentamentos por melhores condições de vida, acreditando na organização coletiva e associativista; o envolvimento de lideranças, que acreditaram na competência dos grupos e na Cultura como dimensão essencial de desenvolvimento do campo; o apoio e a assessoria do Pacra e da ATER.

Infelizmente o mesmo não ocorreu no caso Ponto de Cultura Terra que se Planta e Encanta (no Assentamento Santo Antônio), devido, questões cruciais como, a fragilidade da organização e inexperiência dos diretores da associação em lidar com projetos e recurso públicos, à falta de apoio de um órgão e/ou movimento, e à descontinuidade dos serviços de ATER.

Durante a pesquisa, observou-se que nesses assentamentos rurais a integração entre a Educação e a Cultura ainda se faz timidamente, como se fossem duas dimensões díspares. Em conversas informais com professores das escolas desses assentamentos, constatou-se que o debate sobre as ações dos Pontos de Cultura foi poderia ser mais articulado às escolas. Segundo os professores, as Casas de Cultura são utilizadas mais enquanto espaço físico para a realização de algumas atividades educacionais.

Cabe ressaltar que as formações foram e são fundamentais, apesar de se conceber que o próprio movimento social e a prática de manifestações artísticas sejam educativos, é imprescindível que os camponeses tenham acesso a capacitações. Nessas manifestações há o acúmulo, o compartilhamento e a produção de conhecimento sobre assuntos variados (elaboração de projetos, Cultura, Arte, organização, planejamento, informática, entre outros), e sobretudo há troca de experiências entre pessoas de

diferentes idades, sexos e locais, o que as prepara inclusive para angariar novos projetos (culturais ou não).

Salienta-se que a construção das Casas de Cultura, apesar de não ter sido de iniciativa da Política Cultura Viva, foi essencial para o funcionamento e sucesso do Pontão e dos Pontos de Cultura nos assentamentos, porque viabilizaram o local e a infraestrutura adequada para o desenvolvimento de atividades de cunho cultural, e passaram a funcionar também como local de encontro, de lazer e de reuniões.

Todas as pessoas são produtoras de Cultura, independentemente de ser ou não artistas, são sujeitos, agentes, autores da sua própria memória. Portanto é essencial garantir-lhes o direito de produzir sua própria obra da melhor forma possível, oferecendo-lhes condições para que possam criar formas de registro e preservação da sua memória (CHAUÍ, 2008).

Os assentamentos rurais passaram por grandes transformações com a implementação dos projetos culturais, do patrimônio material (construção das Casas de Cultura e aquisição equipamentos de som, de iluminação e instrumentos musicais) ao patrimônio imaterial (transformação pessoal do indivíduo e do coletivo nas escalas local, municipal e nacional).

As políticas culturais, implementadas por meio de projetos de capacitação, constituíram ferramentas essenciais ao indivíduo e à coletividade, pois permitiram a concepção e a elevação do nível de consciência social. Para Arroyo (2000, p. 203), essa consciência desempenha um papel central no desenvolvimento dos sujeitos, das classes, dos grupos sociais, ou seja, “um papel central na história social, nas condutas, na história do avanço dos direitos”.

A força de superação e de recriação dos camponeses em todas as lutas reflete também nos projetos culturais. Passados os avanços no Governo Lula, mesmo com as paradas e retrocessos nos Governos Dilma e Temer, as Casas de Cultura permanecem funcionando, ainda que com pouca capacidade financeira institucional (associações) e quase nenhum recurso do Estado.

A implementação e o desenvolvimento do Pontão e dos Pontos de Cultura impuseram muitos desafios, aqueles que tiveram acompanhamento efetivo do Pacra, (Assentamento Todos os Santos e Tiracanga), avançaram especialmente em relação as ações de ordem burocrática junto às instituições financiadoras (Minc e Secult-CE).

No Assentamento Tiracanga, os principais obstáculos observados foram: a incredulidade inicial por parte dos pais e das pessoas do assentamento; a inexperiência e

a falta de informação na execução de projetos; a dificuldade na elaboração de relatórios, na prestação de contas e também na execução de licitações; a burocracia e a demora na circulação de informações solicitadas à Secult-Ce; a falta de um acompanhamento efetivo por parte da Secult; a falta de recursos financeiros para a manutenção da Casa de Cultura e Ateliê, principalmente depois de finalizado o projeto.

Já no Assentamento Santo Antônio, as dificuldades além das mesmas apontadas no caso do Assentamento Tiracanga, foram agravadas devido problemas internos de relação e confiança entre os participantes do grupo artístico e os diretores da associação, os quais, somados à falta de um acompanhamento e/ou assessoria técnicos contínuos, ocasionaram inclusive o fim do grupo artístico, a interrupção do projeto e a inadimplência da associação junto à Secult-CE.

Embora a compreensão do campo Cultural enquanto variável de fortalecimento existencial dos Assentamentos possa ser tomada como um pressuposto, acredita-se que a inovação trazida por esse estudo reside na contextualização do tema a partir do olhar da Geografia Agrária, cujos trabalhos publicados no assunto ainda são escassos.

Realizar a leitura desta tese ou de outros trabalhos acadêmicos passa longe da experiência de vivenciar *in loco* a Cultura camponesa, todavia este trabalho chega à academia e possibilita a compreensão da vida camponesa como um todo ou pelo menos desperta a curiosidade e o interesse para apreciar mais essa fonte de conhecimento, se constituindo enquanto um registro para os próprios sujeitos pesquisados, e também ser utilizado para subsidiar a elaboração de futuros planos e projetos culturais voltados para o campo.

Por fim, entende-se que a Cultura é um fenômeno social e pode ser utilizada como instrumento de resistência ao modelo de desenvolvimento capitalista, com a capacidade de influenciar o desenvolvimento dos assentamentos rurais, conformando territórios e territorialidades. Quando as políticas culturais, como os Pontos de Cultura, reconhecem a Cultura existente, estimulando-a, fortalecendo-a e dando aos sujeitos sociais (assentados) a visibilidade enquanto protagonistas, pode alterar as formas/conteúdos do espaço, interferindo conseqüentemente nos significados e sentidos que o espaço adquire para os indivíduos.

Nesse sentido, o Pontão e os Pontos de Cultura em assentamentos rurais possibilitaram a inclusão social, fortalecendo a Cultura como expressão de valores e de

sentimentos e potencializando a Cultura Camponesa, demonstrando, sobretudo, o poder da organização camponesa na luta pela reforma agrária e pela sua Cultura.

REFERÊNCIAS

- AB’SÁBER, A. N.. Dossiê Nordeste Seco. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p.115-143, 1999.
- ABRAMOVAY, R.. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/Editora da Unicamp, 1992.
- ACADEMIA DE CIÊNCIAS E ARTES (Realizador). **A nova arte de se comunicar nos assentamentos rurais**. Ceará: ACARTES, 2016. Documentário CD-ROM.
- ACADEMIA DE CIÊNCIAS E ARTES (Realizador). **Dez anos de Arte e Cultura na Reforma Agrária: Pacra**. Ceará: ACARTES, 2016. Filme CD-ROM.
- ACADEMIA DE CIÊNCIAS E ARTES (Realizador). **Nos sertões de Canindé arte que transforma: Todos os Santos**. Ceará: ACARTES, 2016. Filme CD-ROM.
- ACADEMIA DE CIÊNCIAS E ARTES (Realizador). **Retratando nossa história: Tiracanga**. Ceará: ACARTES, 2016. Filme CD-ROM.
- ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.
- ACSELRAD, Henri. **Cartografias Sociais**. Entrevista com Henri Acelrad do ETERN/ IPPUR/UFRJ – parte 1. (vídeo). Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=idKsfpLkLcE>> Acesso em: 20.jan. 2016.
- ACSELRAD, Henri. **Cartografias Sociais**. Entrevista com Henri Acelrad do ETERN/ IPPUR/UFRJ – parte 2. (vídeo). Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/videos/cartografias-sociais-ii-entrevista-com-henri-acselrad-etern-ippurufjr/>> Acesso em: 20. jan. 2016.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M.. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALENCAR, F. A. G. de. **Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: Edições UFC, 2000.
- _____. **Uma Geografia das Políticas Fundiárias no Estado do Ceará**. 2005. 297f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- _____. (Re)descobrimo o Rural no Ceará. In: SILVA, J. B. et al. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005. p. 411-428.
- _____. O mercado de terras ou a terra como mercadoria. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (Org). **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006. p. 205-226.

ALMEIDA, A. et al. (Org.). **Cultura pela palavra**: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003-2010, Gilberto Gil e Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. **A terra e o homem do Nordeste**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

ARROYO, M. G.. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Cad. CEDES**. Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a04v2772.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M.. **A Educação Básica e o Movimento Social**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 1999.

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS TRABALHADORES ORGANIZADOS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TODOS OS SANTOS I. **Portifólio das atividades realizadas pelo Pontão de Cultura Terra Viva Terra de Arte**. Canindé: Pacra, 2009.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO TIRACANGA II. **Projeto Ponto de Cultura Raízes da Terra**. Canindé, 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO TIRACANGA II. **Relatório Ponto de Cultura Raízes da Terra**. Canindé, 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS TRABALHADORES ORGANIZADOS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TODOS OS SANTOS I. **Relatório Ponto de Cultura Casa de Cultura da Reforma Agrária**. Canindé, 2016.

ATENDIMENTO CIDADANIA E DIVERSIDADE. **Re: Solicitação**. Mensagem recebida por <brunadelfinocv@gmail.com> em 14 out. 2015 [citado em 14 out. 2015]. [1 parágrafo e 2 anexos].

BACELAR, T. de A.. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo/Flacso Brasil, 2013. p. 157-172.

_____. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F. et al. (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 540-562.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Programa de Cultura** - [citado em 8 jul. 2014]. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/editais-culturais>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

BARBALHO, A.. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 37-60.

_____. Em tempos de crise: o MinC e a politização do campo cultural brasileiro. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 23-46, 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/22014>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BARBOSA DA SILVA, F. A. B.; CALABRE, L. (Org.). **Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3167/1/livro_pontosdecultura.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BARREIRA, C.. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BARREIRA, C.; ALENCAR, F. A. G. de. Assentamentos rurais: o sonho da terra conquistada. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 38, n. 1, p. 128-142, 2007.

BARROSO, O.. **Arte e cultura na construção da reforma agrária**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

_____. **O vasto mundo dos assentados: Sertão da tradição**. Fortaleza: Caldeirão das Artes, 2010.

_____. Reisado: um patrimônio da humanidade. In: SOARES, I. de M.; SILVA, I. B. M. da. (Org.). **Cultura, política e identidades: Ceará em perspectivas I**. Fortaleza: Iphan, 2015. p. 181-204.

_____. **Teatro como encantamento: Bois e Reisados de Caretas no Ceará**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2013.

BARQUETE, P. R. F.. **O engodo do novo mundo rural: reflexões a partir de Canindé-CE**. 2003. 300f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C.. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOGO, A.. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BOSI, A.. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, E.. **Cultura de Massa e Cultura Popular: leitura de operárias**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOTELHO, I.. Dimensões da cultura e Políticas públicas. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001.

BONNAL, P.; KATO, K.. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro. In: MIRANDA, C.; TIBÚRCIO, B. (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. p. 61-88.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal / Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda constitucional nº 48 de 10 de agosto de 2005**. Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – 2013. **Programa Cultura Viva**. Documento Base. São Paulo/Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10901/0/Documento+Base+-+Programa+Cultura+Viva/385d23eb-dd67-4f3c-acb6-b32c175dfd1b?version=1.2>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

BRASIL. Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 03 dez. 2010.

BRASIL. Lei 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional Cultura Viva e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 jul. 2014.

BRASIL. Decreto Lei nº 311 de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. **Coleção de Leis**, 1938.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Documento de Referência: 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Território Sertões de Canindé – PTDRS**. Ceará, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio085.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Histórico**. [citado em ?]. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/historico>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 206, de 4 de setembro de 2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, nº 172, 5 set. 2018. Seção 1, p. 22. Disponível em: http://www.impresanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39729251/do1-2018-09-05-portaria-n-206-de-4-de-setembro-de-2018-39729135. Acesso em: 20 set. 2018.

BURKE, P.. **A Cultura Popular na Idade Moderna** (Europa, 1500-1800). Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

CALABRE, L.. Políticas culturais no Brasil: perspectivas e balanços. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-108.

- _____. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A.; CALABRE, L. (Org.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 33-48.
- CALDART, R. S. Educação do campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 259-267.
- CARDOSO, F. H.. Prefácio. In: WEFFORT, F.; SOUZA, M. (Org.). **Um olhar sobre a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Funarte, 1998. p. 13-16.
- CARVALHO, H. M. de; COSTA, F. de A.. Agricultura camponesa. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 28-34.
- CASCUDO, L. da C.. **Civilização e cultura**. São Paulo: Global, 2004.
- CASTRO, I. E.. *Seca versus seca*: Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Brasil**. Questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 283-324.
- CASTRO, M. E. de. **Os assentados** – lavradores do século XXI: assentamento Tiracanga Logradouro em Canindé, Ceará (2007 - 2008). 2009. 108f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.
- CHAUÍ, M.. **Conformismo e resistência** – aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación: Revista latino-americana de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, ano 1, n. 1, p. 53-76, jun. 2008.
- CLAVAL, P.. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola e Margareth de Castro A. Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideais e formas. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**: TIC domicílios 2016. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2017.
- _____. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos equipamentos culturais brasileiros**: TIC cultura 2016. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2017.
- CUNHA, E. da. **Os Sertões**. 11. ed. São Paulo: Martin Claret, 2016.
- DELGADO, N. G.; LEITE, S. P.. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.).

Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil. Brasília: IICA, 2011. p. 89-130.

ELIOT, T. S. **Notas para a definição de cultura.** Tradução de Eduardo Wolf. São Paulo: Realizações, 2013.

FARIAS, A. E. M. de. **Educação contextualizada e a convivência com o semiárido no assentamento Acauã-PB.** 2009. 112f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

FELÍCIO, M. J.. A conflitualidade dos projetos de desenvolvimento rural a partir dos conceitos camponês/agricultor familiar. **Colloquium Humanarum**, v. 4, n. 1, jun. 2007, p. 46-57.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil:** Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios.** 2. ed. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, B. M.. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** São Paulo: Editora da Unicamp, 2008. p.173-230.

_____. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, v. 93. p. 9-17, mar. 1999.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária:** o debate paradigmático e o conhecimento geográfico / Bernardo Mançano Fernandes. Presidente Prudente: [s.n], 2013 v.1-2 : il + memorial.

_____. A reforma agrária que Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial / Flacso Brasil, 2013. p. 191-206.

_____. Os campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa:** questões para reflexão. Brasília: MDA, 2006. Brasil. p. 27-39.

FERREIRA, J.. A centralidade da cultura no desenvolvimento. In: BARROSO, A. S.; SOUZA, R. (Org.). **Desenvolvimento:** ideias para um projeto nacional. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2010. p. 265-278

FISCHER, C. et al. Práticas educativas no Ensino Médio. In: MACHADO, C. L.B. CAMPOS, C. S.; PALUDO, C. (Org.). **Teoria e prática da educação do campo:** análises de experiências. Brasília: MDA, 2008. p.128-141.

FREIRE, P.. **Ação cultural para a liberdade.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Política e Educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, M.. A questão da educação formal/não-formal. Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes sans solution? Institut International des droits de l'enfant, Sion, 2005.

GEERTZ, C.. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GIL, G. Palestra sobre políticas culturais no Brasil, na Universidade de Columbia, Nova York, 2005. In: ALMEIDA, A.; ALBERNAZ, M. B.; SIQUEIRA, M. (Org.). **Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003-2010**, Gilberto Gil e Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2013. p. 313-332.

GORAYEB, A.; MEIRELES, J.. Cartografia social vem se consolidando com instrumento de defesa de direitos. **Rede Mobilizadores**. 10 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/?eixo=>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

GRUMAN, M.. A Unesco e as políticas culturais no Brasil. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 174-186, 2008. Disponível em: <www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/download/3343/2456>. Acesso em: 12 jan. 2016.

HAESBAERT, R.. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora. In: SERPA, A. (Org.). **Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 393-419.

HEREDIA, B. M. A de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos agricultores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1936.

_____. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. et al (Org.). **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

IANNI, O.. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Revolução e cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. **Origens agrárias do Estado Brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010.** Disponível em: <www.ibge.gov.br/censo2010/resultados_do_censo2010.php>. Acesso em: 20 nov. de 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório da Pesquisa Avaliativa do Programa Cultura Viva.** Avaliação dos Pontões de Cultura do Programa Cultura Viva. O perfil dos Pontões de Cultura. Os instrumentos de articulação, formação e difusão da Rede de Cultura. Brasília: DISOC/IPEA, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil Básico Municipal de Canindé.** Governo do Estado do Ceará, 2014a.

_____. **Perfil Básico Municipal de Caridade.** Governo do Estado do Ceará, 2014b.

_____. **Perfil Populacional do Ceará.** V. 1. Fortaleza, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. SR2. **Relação de Beneficiários.** PA Carneiro. Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária. Data: 30 de junho de 2016. 4f.

_____. SR2. **Relação de Beneficiários.** PA Todos os Santos. Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária. Data: 30 de junho de 2016. 6f.

_____. SR2. **Relação de Beneficiários.** PA Tiracanga/Logradouro. Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária. Data: 30 de junho de 2016. 6f.

_____. **Jovens cearenses encenam história de criação de assentamento.** Fortaleza, 1º fev. 2012. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/jovens-cearenses-encenam-historia-de-criacao-de-assentamento>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Mapeamento Cultural do PA Todos os Santos.** Arquivos do Incra, CE. Processo v. 73. Folha 14651. Fortaleza, 2011.

_____. **Plano de Recuperação do Assentamento Logradouro Tiracanga.** Fortaleza: ACACE, 2007.

_____. **Plano de Recuperação do Assentamento Todos os Santos.** Fortaleza: ACACE, 2007.

LARAIA, R. de B.. **Cultura:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A Agricultura Familiar:** uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília/São Paulo: IICA/Nead/Editora Unesp, 2004.

LEITE, S.; WESZ JÚNIOR, V. J.. O financiamento da política de desenvolvimento territorial: uma análise do Pronat e do Programa Território da Cidadania. In:

MIRANDA, C.; TIBÚRCIO, B. (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. p. 169-196.

LIMA, E. de S.. **A formação continuada de professores no Semiárido**: valorizando experiências, reconstruindo valores e tecendo sonhos. 2008. 240f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

LOPES, J. G.; ALENCAR, F. A. G. de. Espacialização e territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra. In: SAMPAIO, J. L. et al. (Org.). **Espaços, Natureza e Resistências Camponesas no Nordeste**. Fortaleza: EDUFC, 2014. p. 131-158.

LOPES, K. C. D.; DOULA, S. M.. Juventude Rural na Sociedade da Informação: A Internet e seus usos no Brasil. **Oikos**, Revista Brasileira de Economia Doméstica, Viçosa, v. 24, n. 2, p. 113-132, 2013.

LULA DA SILVA, L. I.. **Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de lançamento do Programa Mais Cultura**. Brasília, 04 out. 2007. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2007/10/05/discurso-do-presidentelula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-maiscultura/>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

MARTINS, J. de S.. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. de S. (Coord.). **Travessias**: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da História lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 11(2): p. 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

_____. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

MARTINS, M. D.. **Açúcar no sertão**: a ofensiva capitalista no Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

MATTOS, B.. **Educação do Campo e práticas educativas de convivência com o semiárido**: a escola agrícola Dom Fragoso. 2010. 243f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2010.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M.. Escola do campo. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário do Campo**. Rio de Janeiro / São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012. p. 326-333.

MORIN, E.. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez & UNESCO, 2000.

MORO, M. F.. **Síntese florística e biogeográfica do domínio fitogeográfico da Caatinga**. 2013. 366f. Tese (Doutorado em Biologia Vegetal) – Instituto de biologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MOTA, C. G.. **Ideologia da cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 1977.

NEVES, D. P.. Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora. In: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. de M. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: UNESP; Brasília: Nead, 2008. p. 137-162.

OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, A. U. de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Geografia das lutas no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, A. M. de. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. 2005. 379f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. **A participação do Banco Mundial no Mercado de Terras no Brasil e no mundo**. Fortaleza: EDUFC, 2012.

OLIVEIRA, A. M.; SAMPAIO, J. L. F.; ALENCAR, F. A. G. de. Diálogo e Compromisso Social: Um percurso com jovens do campo. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, São Paulo, v. 26, p. 118-131, 2013.

OLIVEIRA, C. D. M. de. Festas populares religiosas e suas dinâmicas espaciais. **Mercator**, Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, ano 6, n. 11, p. 23-32, 2007.

PACRA Blog. **Projeto Arte e Cultura na Reforma**. Ceará: Incra. [citado em ?]. Disponível em: <<http://arteculturanaformaagraria.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

PACRA Blog. **Projeto Arte e Cultura na Reforma**. Grupo de teatro Carrapicho. Fortaleza, junho de 2011. Disponível em: <<http://arteCulturanaformaagraria.blogspot.com.br/2011/06/grupo-de-teatro-carrapicho-assentamento.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

POULANTZAS, N.. **Poder político e classes sociais**. Tradução de Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO JÚNIOR, C.. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

_____. **Evolução política no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

_____. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

RAMIRES, J. C. de; PESSÔA, V. L. S.. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia. In: MARAFON, J. G. et al. **Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. p. 23-36.

ROSA, J. G.. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

REIS, P. F. dos. **Políticas Culturais do Governo Lula: análise do Sistema e do Plano Nacional de Cultura**. 2008. 140f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

RIBEIRO, D.. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido de Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, A. A. C.; Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

_____. Políticas culturais no governo Lula. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 08-24.

_____. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A.; CALABRE, L. (Org.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 11-32.

SANTOS, M.. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

SANTOS, E. G. dos. Formulação de políticas públicas culturais: as leis de incentivo e o Programa Cultura Viva. In: BARBOSA DA SILVA, F. A. B.; CALABRE, L. (Org.).

Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva. Brasília: IPEA, 2011. p. 155-178.

SALES, C. de M. V.. Juventude, espaços de formação e modos de vida. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 12, edição especial, p. 24-41, set. 2010.

SARAIVA, R. C. F.. “A Cultura não é a cereja do bolo”: reflexões sobre cultura, memória e identidade. In: BÔAS, R. L. V.; PEREIRA, P. M. (Org.). **Cultura, Arte e Comunicação**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 59-74.

SARNEY, J.. Incentivo à cultura e sociedade industrial. In: JELÍN et al. **Cultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000. p. 27-44.

SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (Org.). **Capturando a terra:** Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SDA). **Plano de desenvolvimento do Assentamento Santo Antônio**. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010.

SHANIN, T.. La clase incómoda. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

_____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **NERA**. Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 01-21, 2005.

SILVA, J. M.; MENDES, E. de P. P.. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, J. G. et al. **Pesquisa Qualitativa em Geografia:** Reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. p. 207-222.

SILVA, L. B. da. **Reforma Agrária:** A conquista de novos territórios – O caso do Assentamento Tiracanga Logradouro, Canindé, CE. 2010. 132f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SILVA, J. G. da et al. O que há de novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, jan./abr. 2002.

_____. **Modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SIMONETTI, Mirian Claudia L. **A longa Caminhada:** a (re)construção do território camponês em Promissão. 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SIMIS, A.. A política cultural como política pública. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p.

133-156.

SODRÉ, N. W.. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda (1960-1980)**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TARDIN, J. M.. Cultura camponesa. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário do Campo**. Rio de Janeiro / São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012. p. 180-188.

THOMPSON. E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TURINO, C.. **Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

UNESCO. **Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization**. Londres: UNESCO, 1945.

_____. **Mexico City Declaration on Cultural Policies**. Paris: UNESCO, 1982. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. **Planejamento de médio prazo, 1977-1982**. Paris: UNESCO, 1997.

_____. **Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural**. 2002. Disponível em <http://portal.unesco.org/culture/en/files/12762/11295421661mexico_en.pdf/mexico_en.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. **L'UNESCO et la question de la diversité culturelle: bilan et stratégies, 1946-2004: étude réalisée à partir d'un choix de documents officiels**. Paris: Divisão de Políticas Culturais e do Diálogo Intercultural/UNESCO, 2004.

_____. **Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais**. Brasília: UNESCO, 2006.

VASCONCELOS, F. M. T.. Programa cédula da terra em Canindé – CE: uma discussão sobre a construção do território pelos sujeitos assentados. In: SAMPAIO, J. L. et al. (Org.). **Espaços, Natureza e Resistências Camponesas no Nordeste**. Fortaleza: EDUFC, 2014. p. 87-112.

VIEIRA, S.. **Velhos sanfoneiros Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará**, 2006.

_____. Metáforas do Sertão: linguagens da cultura na música de Luiz Gonzaga. **Revista Ciências Sociais**, UFC, Fortaleza, v. XXIII/XXIV, n.1/2, p. 127-148, 1992/1993.

VIDAL, V. B.. Celebração da colheita: festa camponesa de comunhão e cumplicidade. In: SAMPAIO, J. L. et al. (Org.). **Espaços, Natureza e Resistências Camponesas no Nordeste**. Fortaleza: EDUFC, 2014. p. 159-170.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WOORTMANN, K.. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-73.

APÊNDICE A - MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO DE SOM E IMAGEM

Pesquisa: Cultura(s) Nos Sertões: Impactos de Políticas Culturais em Assentamentos Rurais no Ceará.

Pesquisadora: Bruna Delfino Cabral

Prezado(a) participante,

Sou estudante do curso de Doutorado da Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal do Ceará. Estou realizando uma pesquisa sob orientação da professora Dra. Alexandra Maria de Oliveira, cujo objetivo é analisar os impactos de políticas culturais em assentamentos rurais no Território Sertões de Canindé, Ceará.

Sua participação envolve a realização de uma entrevista, que será gravada, se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de uma hora. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Gostaríamos de publicar trechos gravados nessa entrevista assim como, imagens coletadas durante a pesquisa. No entanto, na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo, caso assim o deseje. Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas através: fone (85) 999167576.

Atenciosamente,

Bruna Delfino Cabral
Matrícula: 370537

Orientadora
Alexandra Maria de Oliveira

Consinto em participar deste estudo, autorizando o uso da imagem e do som. Declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Local e Data

Nome e assinatura do participante

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 1
(Coordenador do Pacra)

1. Como surgiu o Pacra?
2. Quais os parceiros mais contínuos do Pacra?
3. Quais foram os maiores agentes financiadores?
4. A implementação do Plano Nacional de Cultura influenciou de alguma forma o Incra, ou o Pacra?
5. Qual a importância da transformação o Programa Cultura Viva em lei?
6. Qual a sua análise do governo Lula, Dilma e o atual, em relação às políticas culturais?
7. Qual a importância da implementação dos pontos de cultura em assentamentos rurais?
8. O papel da cultura dentro de um assentamento, ele pode ser também expressão de luta ou não?
9. Como a cultura era tratada nos assentamentos antes da atuação do PACRA?
10. O primeiro Pontão de Cultura implementado foi o Todos os Santos. O que levou a escolha desse assentamento?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 2
(Coordenador dos Pontos de Cultura do Ceará)

1. De forma geral, qual a importância da Política Cultura Viva?
2. Na sua opinião qual o diferencial dos pontos de Cultura?
3. Como é realizado o acompanhamento da Secult dos Pontos de Cultura.
4. Como se dá a relação com os integrantes do Ponto de Cultura?
5. Quais os principais desafios na implementação dos Pontos de Cultura?
6. Conhece o Programa de Arte e Cultura na reforma Agrária – Pacra? Como é a relação da Secult com o Pacra?
7. Existe alguma Política, projeto na Secult voltado especificamente para áreas rurais?
8. Como você traduz, sinteticamente, as Políticas Culturais no Governo Lula, Dilma e Temer.

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 3
(Coordenador dos Pontos de Cultura)

1. Que entende por cultura?
2. Como surgiu a ideia de formar um grupo? Quantos componentes eram e são atualmente?
3. Qual importância do grupo de teatro carrapicho para o assentamento?
4. Existe uma preocupação em relação a continuidade do grupo? Que ações são realizadas nesse sentido?
5. Qual a principal importância do Pontão para o Assentamento? Mudou algo depois?
6. Qual Edital do Pontão? Valor executado? Vigência (meses/ano)? Metas?
7. Para o contexto dos assentamentos rurais em geral?
8. Por que devem existir projetos na área cultural?
9. Qual a importância da construção da Casa de Cultura para o Assentamento?
10. Qual Edital do Ponto de Cultura? Valor executado? Vigência (meses/ano)? Metas?
11. Que diferença estão sentindo na execução entre Pontão de Cultura e Ponto de Cultura?
12. Por que devem existir projetos na área cultural?
13. Cite as Manifestações religiosas e culturais do assentamento.

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 4 (Grupo
Participante Diretos/Indiretos)

1. O que entende por Cultura?
2. Como surgiu a ideia de formar um grupo? Quantos componentes eram e são atualmente?
3. Dificuldades que o grupo enfrentou?
4. Conquistas do grupo?
5. Como iniciou o interesse pelo teatro a/ou dança? Porque pelo teatro e/ou dança?
6. Quais capacitações participaram?
7. Quais as mudanças percebidas no assentamento depois do desenvolvimento de projetos culturais (Ponto de Cultura)?

APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 5 (Não Participante)

1. O que entende por Cultura?
2. Conhece as ações do Ponto de Cultura e o grupo artístico do assentamento?
3. Por que não se inseriu nas atividades do Ponto de Cultura?
4. As ações desenvolvidas na área de Cultura são importantes para o Assentamento, por que?